

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL**

ALESSANDRA PINTO RIBEIRO MEDINA

FEMINI: Jornalismo Guiado por Dados na construção de uma plataforma sobre Violência
Contra Mulher em São Luís

São Luís
2022

ALESSANDRA PINTO RIBEIRO MEDINA

**FEMINI: Jornalismo Guiado por Dados na construção de uma plataforma sobre Violência
Contra Mulher em São Luís**

Dissertação de Mestrado apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Carneiro dos Santos.

São Luís
2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Medina, Alessandra Pinto Ribeiro.

FEMINI : Jornalismo Guiado por Dados na construção de uma plataforma sobre Violência Contra Mulher em São Luís / Alessandra Pinto Ribeiro Medina. - 2022.

129 p.

Orientador(a): Márcio Carneiro dos Santos.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação - Modalidade Profissional/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Jornalismo Guiado por Dados. 2. Violência contra Mulher. 3. Visualização. I. Santos, Márcio Carneiro dos. II. Título.

ALESSANDRA PINTO RIBEIRO MEDINA

**FEMINI: Jornalismo Guiado por Dados na construção de uma plataforma sobre Violência
Contra Mulher em São Luís**

Dissertação de Mestrado apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Carneiro dos Santos.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Carneiro dos Santos (Orientador)

Doutor em Tecnologias da Inteligência e Design Digital

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Flávia de Almeida Moura (Avaliador Interno)

Doutora em Comunicação

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dra. Rita de Cássia Romeiro Paulino (Avaliador Externo)

Doutora em Mídia e Conhecimento

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não foi de forma alguma um trabalho solitário. Portanto, devo meus agradecimentos aos inúmeros personagens que estiveram compartilhando esta jornada comigo.

Agradeço primeiramente a Deus, pelas bênçãos concedidas, pelo dom da vida, e por tudo que sou.

Aos meus pais, Rosângela Medina e Juscelino Medina, por me ensinarem todos os valores que possuo hoje e por todo apoio.

Ao meu irmão, Juscelino Júnior, por ser sempre o primeiro a comemorar minhas conquistas.

À minha irmã de coração, Layana Cristina, que desde a infância se mostrou um ombro amigo acolhedor e um porto seguro de valor imensurável e apresentou este mundo com Lara Thalia. Também a Ester Silveira, Jeanine Adler e Rebecca Baldez, amigas-irmãs que a vida me presenteou.

A Cynthia Carvalho, amiga e companheira de jornadas acadêmicas e profissionais.

A Lucas Dias, Dandara Mendes, Caroline Martins e Juliana Diniz. A felicidade por ter vocês em minha vida é gigantesca.

A Lucas Ribeiro e Saylon Sousa, por estarem extremamente presentes nas aventuras do mestrado e por serem amigos de valor imensurável.

Também a Marcus Elicius, Hugo Guimarães, Jonas Magno, Joseppe Jhemyson, Tayna Abreu e Luisa Rabelo por todo apoio em todos os momentos.

A Stefanie Monteiro, que com as perspectivas de uma internacionalista, trouxe novos ares e possibilidades para minha vida profissional.

À Assunção Siqueira e Anaí Baldez, por serem minhas mães do coração e me receberem de braços abertos em suas famílias.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Márcio Carneiro dos Santos, pela atenção, paciência e compreensão. Espero poder contar com essa parceria por muitos mais trabalhos.

A Profa. Dra. Flavia Moura, por ter aberto diversos caminhos para reflexões sobre meu papel profissional, social e como mulher.

Ao Prof. Dr. Thales Passos de Andrade, pelo apoio e compreensão e por incentivar a realização do mestrado em conjunto com os exercícios da atividade profissional.

Por fim, agradeço também a Brenna Sampaio, Aristóteles Freitas, Polyana Costa, Pedro Sobreiro, Andressa Farias, por estarem presentes nessa jornada.

RESUMO

Nos portais de notícias de São Luís, percebe-se pouca utilização de bases de dados e visualizações para tratar sobre Violência contra Mulher, não tirando a abordagem de boletim de ocorrência das matérias. Além disso, dificuldades técnicas são uma barreira para maior difusão de ferramentas digitais para a produção do jornalismo local. Nesse cenário, o presente trabalho é uma pesquisa aplicada que descreve o desenvolvimento de plataforma digital que fornece dados, informações e visualizações sobre Violência contra Mulher, nos contextos de São Luís, Maranhão e Brasil. O produto, intitulado Femini, é uma instanciação segundo definição da Design Science, ou seja, o nível mais tangível de um artefato, apresentando a solução de problemas de forma mais acessível para os usuários. A pesquisa ocupa-se de definir as funcionalidades da plataforma, considerando o fluxo de trabalho o Jornalismo Guiado por Dados - JGD e tendo em vista a sua utilização por jornalistas locais. Para isso, seguiu-se a etapa de aplicação de pesquisa com jornalistas das redações de São Luís, coleta de dados com números de casos de violência na capital, e utilização de ferramentas digitais para desenvolvimento das visualizações e da plataforma. Ainda, levantam-se discussões sobre o JGD, percurso histórico, definições e etapas de trabalho, que incluem extração/coleta, análise e visualização etapas seguida no desenvolvimento do próprio produto. Discussões sobre ser mulher e Violência contra Mulher são apresentadas, na intenção de entender qual papel social atribuído ao feminino, qual a construção do papel de submissão na relação homem-mulher, o percurso de transformação dessa relação em violência, quais as características, tipos e como a legislação brasileira entende a problemática, além de apresentar um breve panorama sobre a violência contra mulheres no Maranhão. Na pesquisa, foi percebido que os portais de São Luís não têm lançado mão das ferramentas disponibilizadas pelo JGD, ao contrário do cenário nacional.

Palavras-chave: Jornalismo Guiado por Dados; Violência Contra Mulher; visualização; Femini.

ABSTRACT

In the news portals of São Luís, there is little use of databases and visualizations to deal with Violence against Women, not taking away the incident report approach of the materials. In addition, technical difficulties are a barrier to the greater dissemination of digital tools for the production of local journalism. In this scenario, the present work is applied research that describes the development of a digital platform that provides data, information, and visualizations of Violence against Women, in the contexts of São Luís, Maranhão, and Brazil. The product, called Femini, is an instantiation according to Design Science's definition, that is, the most tangible level of an artifact, presenting the solution of problems in a more accessible way for users. The research deals with defining the platform's functionalities, considering the Data-Guided Journalism - JGD workflow, and considering its use by local journalists. For this, the stage of applying a survey with journalists from newsrooms in São Luís followed, collecting data on the number of cases of violence in the capital, and using digital tools to develop the visualizations and the platform. Still, discussions about the JGD, historical course, definitions, and work steps are raised, which include extraction/collection, analysis, and visualization steps followed in the development of the product itself. Discussions about being a woman and Violence against Women are presented, to understand what social role is attributed to the feminine, what is the construction of the role of submission in the man-woman relationship, the path of transformation of this relationship into violence, what are the characteristics, types and how Brazilian legislation understands the problem, in addition to presenting a brief overview of violence against women in Maranhão. In the research, it was noticed that the portals of São Luís have not made use of the tools made available by the JGD, contrary to the national scenario.

Keywords: Data-Driven Journalism; Violence against Women; visualization; Femini.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fluxo de trabalho de JGD segundo Mirko Lorenz	27
Figura 2 - Exemplo de Grafo.....	28
Figura 3 - Exemplo de Rede.....	29
Figura 4 - Recorte de tabela utilizada na Femini.....	30
Figura 5 - Parte da planilha de Violência contra Mulher em São Luís	32
Figura 6 - Parte da planilha de Violência contra Mulher em São Luís	33
Figura 7 - Parte da planilha de Violência contra Mulher em São Luís	33
Figura 8 - Mapa destacando limites dos municípios da ilha de Upaon-Açu.....	34
Figura 9 - Recorte do PDF sobre Femicídios no Maranhão em 2017.....	35
Figura 10 - Elementos da estética de visualizações.....	41
Figura 11 - Recorte do infográfico Retrato da violência no Mundo da plataforma Femini	45
Figura 12 - Parte da visualização Mulheres no Jornalismo Brasileiro	46
Figura 13 - Ilustração na pesquisa Mulheres no Jornalismo Brasileiro.....	47
Figura 14 - Trecho da visualização The Hidden Risks of Sesame Allergies	48
Figura 15 - How you play spades is how you play life	48
Figura 16 - Mapeamento dos abrigos para mulheres em cidades da Alemanha	65
Figura 17 - Página Inicial do projeto Sobreviventes	66
Figura 18 - Página Inicial do Lost Mothers.....	67
Figura 19 - Página principal da Gênero e Número.....	68
Figura 20 - Identidade Visual do Projeto MonitorA	69
Figura 21 - Trecho do Tutorial de como fazer pesquisa avançada no Google	73
Figura 22 - Trecho de tutorial de técnicas de pesquisa do Google	74
Figura 23 - Gráfico de respostas sobre os tipos de violência que os jornalistas já produziram notícias.....	78
Figura 24 - Gráficos com respostas sobre utilização de manual para produção de notícias sobre Violência contra Mulher	79
Figura 25 - Recorte das respostas sobre dificuldades encontradas para produzir notícias sobre Violência Contra Mulher	79
Figura 26 - Recorte das respostas sobre dificuldades encontradas para encontrar dados sobre Violência contra Mulher em São Luís nos meios digitais	80
Figura 27 - Recorte das respostas sobre dificuldades com visualizações	81
Figura 28 - Recorte da planilha resultante da raspagem do L Scholar para o termo "Femicídio".....	82
Figura 29 - Recorte das respostas de jornalistas ao questionário aplicado.....	86
Figura 30 - Recorte das respostas de jornalistas ao questionário aplicado.....	86
Figura 31 - Recorte das respostas de jornalistas ao questionário aplicado.....	87
Figura 32 - Recorte das respostas de jornalistas ao questionário aplicado.....	87
Figura 33 - Recorte das respostas de jornalistas ao questionário aplicado.....	88
Figura 34 - Mapa do Site	90
Figura 35 - Identidade Visual do produto Femini	91
Figura 36 - Página Inicial da Femini	92
Figura 37 - Feed RSS na plataforma Femini	93
Figura 38 - Recorte das respostas sobre quais fontes utilizadas.....	94
Figura 39 - Arquivo PDF de quantitativo de Femicídios no MA.....	95
Figura 40 - Página inicial com recorte da visualização.....	96

Figura 41 - Infográfico inserido na página Femini.....	97
Figura 42 - Página Visualizações e Dados	99
Figura 43 - Mapa na página Visualizações e Dados.....	100
Figura 44 - Recorte da planilha com colunas de latitude e longitude dos bairros de São Luís	101
Figura 45 - Escolha de colunas para posicionar marcadores no mapa, após importação da planilha no My Maps	101
Figura 46 - Informação de um dos marcadores inserido no mapa	102
Figura 47 - Recorte da planilha para construção da linha do tempo	103
Figura 48 - Linha do tempo da página "Leis"	103
Figura 49 - Página Fontes para jornalistas	104
Figura 50 - Página Sobre	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definições de JGD	23
Quadro 2 - Termos e definições relacionadas à visualização, segundo Cairo (2016).....	40
Quadro 3 - Procedimentos metodológicos.....	71
Quadro 4 - Perguntas de questionário aplicado com jornalistas de São Luís	76
Quadro 5 - Etapas de desenvolvimento do produto	84
Quadro 6 - Matriz SWOT do produto	85
Quadro 7 - Fontes para coletas de Dados	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PROBLEMA DA PESQUISA	14
JUSTIFICATIVA	14
OBJETIVOS	16
ESTRUTURA DO TRABALHO	16
1 JORNALISMO GUIADO POR DADOS	18
1.1 FLUXO DE TRABALHO DO JGD	24
1.1.1 Dados e a Extração	27
1.1.2 Análise	31
1.2 BASES DE DADOS NO JGD	36
2 VISUALIZAÇÕES DE DADOS NO JGD	39
2.1 VISUALIZAÇÃO.....	40
2.2 INFOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO DE VISUALIZAÇÕES	42
3 SER MULHER E A VIOLÊNCIA	50
3.1 VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	54
3.2 VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO MARANHÃO	59
3.3 JORNALISMO, DADOS E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	63
4 PERCURSO METODOLÓGICO	71
4.1 IDENTIFICAÇÃO DO JGD EM NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER EM SÃO LUÍS	72
4.2 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO	76
4.3 LEVANTAMENTO DE LITERATURA SOBRE OS TEMAS	81
4.4 APLICAÇÃO DE ROTEIRO	83
5 PERCURSO PARA DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO	85
5.1 CONSTRUÇÃO DA PLATAFORMA FEMINI.....	89
5.2 COLETA E EXTRAÇÃO DE DADOS	93
5.3 CONSTRUÇÃO DAS VISUALIZAÇÕES DA PLATAFORMA	96
5.4 DIFICULDADES ENCONTRADAS	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	109
ANEXOS	116
ANEXO A - Roteiro para o design de projetos orientados a produtos	117
APÊNDICES	125
APÊNDICE A – Questionário aplicado a jornalistas para validação do projeto	126
APÊNDICE B – Telas da plataforma Femini.....	127

INTRODUÇÃO

Em outubro de 2021, foi aprovada a Lei 14.232 de 2021, que institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres. Com ela, o Brasil ganhará uma base de dados unificada sobre a temática. A ação é uma conquista para o combate a essa violência que a cada minuto, vitimiza oito mulheres no país, segundo o relatório de Violência contra Mulheres 2021 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. No mesmo relatório, mais uma triste realidade: entre março de 2020 e dezembro de 2021, 2.451 mulheres no país foram assassinadas. No mesmo período, 100.398 casos de estupro foram registrados. Em 2021, em média, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas.

Ainda em 2021, no Maranhão, a Secretaria de Segurança Pública do Estado registrou 1.070 ocorrências em São Luís de algum tipo de violência contra mulher. Desse total, 927 eram casos de lesão corporal. Os bairros com maiores registros desse crime foram Turu (28), São Francisco (23), Vila Embratel (23), Cidade Operária (21) e Maracanã (20). Já o crime de importunação sexual teve 119 casos registrados. O Centro foi o bairro com o maior número de casos (13).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 1.144 mulheres negras foram mortas no Maranhão de 2008 a 2018. Em 2019, 3.737 mulheres brasileiras tiveram suas vidas tiradas e 66% eram negras, tendo o Maranhão registrado 114 casos. Desse total, 93 eram de mulheres negras.

Essa realidade refletida em números é possível ser conhecida por meio de coleta de dados em instituições e órgãos públicos que trabalham no Combate a Violência contra Mulher. Antes mesmo de uma política nacional de dados, já existiam esforços para uma sistematização de informações. A aprovação da Lei traz fôlego para essa luta, que sofre percalços por um problema estrutural: há lacunas substanciais em dados referentes às mulheres. Para Perez (2019), essas lacunas são resultado da falha de coleta de informações, mas também são resultado do domínio masculino.

Tal domínio não está limitado à ausência de dados sobre mulheres. Ele é demonstrado por meio de agressões verbais, físicas, psicológicas, e por ações como estupro e assassinato. À mulher, do ponto de vista masculino, cabe o papel de submissão. Em alguns casos, era legítima a violência que a mulher sofria. O Código Criminal de 1830 previa que em situação de adultério, o homicídio cometido pelo marido era atenuado (BLAY, 2003). Em 1916, o Código Civil previa que para trabalhar, a mulher precisava de autorização do marido, já que o sexo feminino exercer atividades laborais significava desagregação da família (Besse, 1999).

Blay (2003) aponta que entre as décadas de 1920 e 1930, o Brasil sofria com um gravíssimo problema de assassinato de esposas e companheiros, muitas vezes motivados pela defesa à honra. Em resposta, o movimento feminista se organizava cada vez mais, atingindo o auge na década de 70, quando a socialite Ângela Diniz foi assassinada por Doca Street, que não aceitava a separação. Doca foi absolvido do crime, o que causou uma revolta popular. Os jornais se referiam ao momento com indignação; alguns jornalistas acreditavam que as feministas condenaram um inocente. Outros noticiavam o caso como um incidente. Em uma entrevista com o delegado responsável pelo caso, ele afirma que o crime passionai não deveria ser julgado com rigor (BLAY, 2003). Para as feministas, a justiça não estava tratando o caso com seriedade e as revoltas continuaram. Até que, em 1981, o Ministério Público recorreu e Doca Street foi condenado por homicídio.

Desde então, os coletivos feministas se organizaram para garantir que demandas de igualdade de gênero fossem atendidas. Nesse contexto, surgiam as Delegacias de Defesa da Mulher, o Conselho da Condição Feminina e outras instituições que oferecem atendimento às vítimas de violência.

As mudanças sociais e políticas resultantes das ações de feministas também ressoaram no jornalismo. Até a década de 1980, segundo Blay (2003), o teor das notícias era de culpabilização das vítimas. Na última década do século XX, os noticiários eram mais investigativos e, em um certo nível, neutros.

Dessa forma, o jornalismo passou a estar ao lado do Combate à Violência contra Mulher. Para as feministas, este novo aliado era essencial, já que o jornalismo é uma prática social fundamental para a produção de sentidos nas sociedades democráticas e, portanto, para construção sociocultural da realidade (GUILHERME, 2019), e nele reside a possibilidade de construção de uma realidade igualitária.

Dados sobre as mulheres passaram a fazer parte do dia a dia jornalístico, mesmo com as dificuldades de acesso a eles. Ações e projetos foram criados, com foco exclusivo nas mulheres. A Gênero e Número¹, por exemplo, é uma organização de mídia orientada por dados para qualificar o debate sobre equidade de gênero e raça. Redações jornalísticas e alguns projetos destacam-se por utilizar o Jornalismo Guiado por Dados – JGD para fomentar o debate acerca de temáticas que envolvem questões das mulheres.

No JGD, os dados contam histórias. Os dados são elementos utilizados para quantificar o mundo. Eles podem ser: números de casos de Violência contra Mulher em um determinado

¹ Disponível em: <https://www.generonumero.media/>

local; quantos jornalistas de outros estados atuam em redações maranhenses ou até mesmo quantas vezes você utilizou a caneta azul para assinar documentos em um determinado período de tempo. Quantificando o dia a dia, os dados refletem a realidade.

“Os dados ajudam a promover uma maior compreensão a respeito de realidades que nem sempre são tratadas com a devida atenção pela sociedade como, por exemplo, a persistência da desigualdade de gênero no país” (GUILHERME, 2019, p. 266). Não é novidade que o jornalismo empregou as bases para adicionar maior qualidade e profundidade às suas narrativas (BARBOSA, 2004). Elas se relacionam com o big data, “grandes repositórios de dados que podem ser capturados, comunicados, agregados, armazenados e analisados” (MANYIKA et al, 2011, p.4), ao qual foi incorporado ao jornalismo no processo de, segundo Medeiros (2016), resposta às temáticas emergentes do atual cenário da informação digital.

Para Manovich (2001), uma base de dados é diferente de uma coleção tradicional de documentos, pois permite acessar, classificar e reconhecer rapidamente milhões de registros, além de poder conter diferentes tipos de mídia e pressupõe indexação múltipla. Mayer-Schönberger e Cukier (2013) afirmam que por meio do processamento de dados, é possível dar visibilidade para padrões e correlações que fomentam novas ideias. “As correlações podem não nos dizer com exatidão porque algo está acontecendo, mas nos alertam que algo está acontecendo. Em muitas situações, isso é bom o suficiente” (MAYER-SCHÖNBERGER; CUKIER, 2013, p. 9). Um produto jornalístico realizado a partir da extração, análise e visualização pode contribuir para o alerta mencionado por Mayer-Schönberger e Cukier.

Se em um nível nacional há uma expressiva utilização do JGD nas pautas sobre mulheres, especificamente sobre Violência contra Mulher, em um nível local esta realidade ainda não está consolidada.

Em São Luís, o jornalismo tem dado foco na Violência Contra Mulher a partir de uma abordagem semelhante aos boletins de ocorrência. Para compor as notícias, é pouco ou quase nada o nível de utilização de base de dados e visualizações (por exemplo: infografia), ferramentas do JGD exploradas em veículos de comunicação nacional.

Por meio de análise de notícias publicadas em portal local e aplicação de questionário com jornalistas de São Luís, foi possível entender o cenário de produção de notícias sobre Violência contra Mulher e compreender as dificuldades em relação ao JGD. A análise do cenário levou em consideração os esforços de sistematização de dados qualificados para fomentar o debate da temática.

Dentro desse contexto, desenvolve-se a plataforma digital Femini (<https://femini-dados.wixsite.com/femini>) , que funciona como uma espécie de site em que são

disponibilizados dados, informações e visualizações sobre Violência Contra Mulher para auxiliar jornalistas nas rotinas de produção e garantir acesso à informação qualificada. A Femini tem como público-alvo os jornalistas de São Luís e traz dados da cidade, dentro de um contexto estadual e nacional.

Nessa plataforma, o trabalho com dados é o foco, na intenção de refletir a realidade da Violência contra Mulher em São Luís, no Maranhão e no Brasil em números. Toda construção deste produto digital perpassa pelo fluxo de trabalho do Jornalismo Guiado por Dados, simplificado nas etapas de extração e análise de dados, e criação de visualizações. As informações ficam disponíveis na Femini para livre utilização por jornalistas e público interessado.

PROBLEMA DA PESQUISA

Na construção da Femini, o problema da pesquisa reside em quais funcionalidades o produto digital deve ter para atender às necessidades dos jornalistas de São Luís em relação a produção de pautas sobre Violência contra Mulher.

JUSTIFICATIVA

Para Gerhke (2021), questões técnicas representam uma barreira para a maior difusão do JGD. Em São Luís, as dificuldades incluem falta de conhecimento para a produção de visualizações por parte dos profissionais, sendo esta identificada por meio de aplicação de questionário do Google Forms, que contou com 23 respostas de jornalistas das redações G1 MA, Imirante, O Imparcial e jornalistas freelancers, processo descrito no capítulo de metodologia deste trabalho.

Em relação a Violência Contra Mulher, dificuldades no acesso aos dados e fontes de informação foram percebidas. Em análise do Imirante, portal de São Luís vinculado à TV Mirante, de 50 notícias publicadas sobre violência contra mulher, 31 eram reproduções de notícias nacionais sem nenhuma utilização das possibilidades do Dados e sem representar o cenário real da violência na cidade.

A partir dessas dificuldades, e com a percepção de que a capital maranhense está atrás no cenário nacional quando se trata do JGD, apesar de esse cenário maior parecer escasso, com uma estimativa de esse tipo de jornalismo estar inserido em 52 instituições (DE LIMA SANTOS, 2019), surge uma inquietação, a que Gil (1987) relacionaria como o início do

empreender em uma pesquisa científica, no intuito de conhecer melhor o mundo. A inquietação reside no fato de que JGD não está sendo explorado dentro dos portais jornalísticos de São Luís.

Diante desse contexto, a plataforma Femini tem funcionalidades de acesso a banco de dados, visualizações, informações sobre Violência contra Mulher e fontes. O produto justifica-se por se apresentar como ferramenta para difusão do JGD e por ir na contramão das dificuldades identificadas.

A Femini pode contribuir para o fortalecimento da utilização de dados. Guilherme (2019) os vê como subsídios para elaboração de políticas públicas no país, através das quais o Estado planeja o atendimento de necessidades básicas da sociedade.

Assim, considera-se que acessar os dados disponibilizados pela plataforma, seja possível construir a realidade desta violência, como uma estratégia de levantamento de discussões sobre a temática. Portanto, justifica-se o impacto social do produto.

O presente trabalho também se justifica por trazer questões sobre a utilização de tipos de visualização, como a infografia.

A infografia pressupõe uma narrativa, sendo que, neste caso, ela é construída a partir da inter-relação indissolúvel entre texto (que vai além de uma simples legenda ou título) e imagem que deve ser mais que uma ilustração de valor essencialmente estético, por exemplo, mas algo que tenha o propósito claro de contribuir para a construção e consequente compreensão plena desta narrativa (TEIXEIRA, 2010, p. 33).

A contribuição para a narrativa pode vir por meio do que é expresso no infográfico, ou por meio do não-dito, do silêncio. “Tais silenciamentos são mobilizados narrativamente como forma de fazer os números falarem, de forma que eles engendram um mecanismo argumentativo calcado em uma dialética entre o explícito e o latente nas produções noticiosas” (CASADEI; DE CONTI; BIERNATH, 2016, p.108). Os ditos e não-ditos dos infográficos podem ser percebidos a partir das escolhas das informações. Um infográfico sobre Violência Contra Mulher em São Luís que enfatize, por exemplo, apenas 3 bairros da cidade, silencia os casos que acontecem em outras localidades.

A pesquisa ainda se justifica por contribuir para a discussões de gênero. Guilherme et al (2019) explica que trabalhos desenvolvidos dentro da questão de gênero são relevantes em um país em que a qualidade do debate sobre o tema precisa de melhorias. Trabalhos de tal natureza podem ajudar na construção de políticas públicas voltadas para o combate à violência de gênero. Nesse mesmo sentido, Ribeiro (2017) afirma que um jornalismo de dados com enfoque em gênero é uma possibilidade de romper o silêncio e com as violências naturalizadas no cotidiano, que muitas vezes não são percebidas desta forma. A Femini permite que a

problemática saia do espaço privado para ocupar o espaço público, tornando-se, assim, um problema com ampla necessidade de atenção do Estado (RODRIGUES, 2020).

Ainda, este trabalho justifica-se por questões pessoais. A escolha pela temática Violência Contra Mulher reside na identificação da autora como mulher e a percepção que a própria pode ser uma vítima. Além disso, há a reflexão do papel social como profissional do jornalismo, em que a pesquisadora, e desenvolvedora do produto, buscou por meios de cooperar, como jornalista, nos caminhos para o combate a essa violência. A afinidade com o JGD, resultante de trabalhos na graduação e de cursos realizados pós-graduação, justifica optar por esse jornalismo para o desenvolvimento do trabalho.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Desenvolver um produto digital que forneça dados, visualizações, infografias sobre Violência contra Mulher para qualificar o debate sobre a temática e fortalecer as práticas de Jornalismo Guiado por Dados levando em conta o cenário do jornalismo local.

Objetivos Específicos

- Compreender as possibilidades de utilização do Jornalismo Guiado por Dados;
- Entender as especificidades dos dados aplicados à Violência contra Mulher
- Criar uma plataforma digital em consonância com necessidades de profissionais do jornalismo local

ESTRUTURA DO TRABALHO

Diante dos objetivos, este trabalho estrutura-se com capítulos de discussão teórica, percursos metodológicos e descrição do produto. Em **Jornalismo Guiado por Dados**, são apresentados conceitos fundamentais da área, bem como o percurso histórico de consolidação e o fluxo de trabalho dentro do JGD. É importante explicar a escolha pelo termo “Jornalismo Guiado por Dados”. Nas revisões teóricas, percebe-se que as expressões Jornalismo de Dados, Jornalismo Guiado por Dados e até mesmo Jornalismo Computacional são utilizadas de maneira intercambiável. Para Babosa e Torres (2012), a prática desse tipo de jornalismo é um fenômeno pertencente ao paradigma Jornalismo Digital em Bases de Dados. Träsel (2014) destaca que o JGD tem por objetivo a produção, tratamento e cruzamento de grandes

quantidades de dados para a apuração de reportagens. Nesse sentido, entende-se que os dados são uma bússola para pauta. Por eles serem determinantes para a abordagem jornalística a ser adotada, bem como definirem como serão as visualizações, opta-se por utilizar a nomenclatura **Jornalismo Guiado por Dados**.

No capítulo **Visualizações de Dados no JGD**, são explicados os limites entre os conceitos de visualização e infografia. Apesar de serem utilizados nessa pesquisa como sinônimos, há sutis diferenças entre os termos, que podem ser simplificadas em infografia ser um tipo de visualização, que se utiliza de gráficos, textos e imagens para comunicar uma ideia.

Já no capítulo **Ser mulher e a Violência**, discute-se o que significa ser mulher, o conceito socialmente construído do termo, quais as atribuições sociais relacionadas à figura feminina. Além disso, discute-se sobre as relações de poder que a colocam na posição de submissa, o que a leva para uma situação de violência. Ainda nesse capítulo são discutidos os tipos de Violência contra Mulher, um breve histórico brasileiro da temática e uma breve explicação sobre o feminismo de dados. As discussões são guiadas por estudos do movimento feminista. Opta-se pelo termo Violência contra Mulher por trazer a especificidade de quem é a vítima, o que é refletido nos dados armazenados e coletados, sendo Violência de Gênero um termo que amplia as definições de quem são as vítimas.

No capítulo **Percurso metodológico**, encontram-se as definições de técnicas e metodologias aplicadas para esta pesquisa, que envolve um caráter de pesquisa exploratória, pesquisa aplicada, que utiliza métodos de triangulação e métodos digitais, todos esses conceitos trabalhados no capítulo.

Por fim, o capítulo **Percurso para Desenvolvimento do Produto**, em que são traçados os caminhos percorridos para a construção da Femini.

1 JORNALISMO GUIADO POR DADOS

Porta-voz da verdade, formador de opinião e intérprete. É assim que Anderson, Bell e Shirky (2013) definem o jornalista. Cabe a esse profissional interpretar o dito (e não-dito) pelas fontes, sejam elas pessoas, documentos ou materiais audiovisuais. Ainda na categoria de elementos a serem interpretados, encontram-se os dados, responsáveis por quantificar ou estruturar o mundo (COSTA et al, 202). Segundo a Escola de Dados (2022), essa estruturação não precisa ser, obrigatoriamente, em números. Podem ser conceitos ou posições em um mapa. Os dados podem ser mensurados e medidos por meio de instrumentos e ferramentas, e podem, também, ser atribuídos de forma arbitrária. Bradshaw (2014) argumenta que jornalistas estavam acostumados com dados como um grupo de números reunidos em uma planilha. Porém, "quase tudo pode ser (e quase tudo é) descrito com números" (BRADSHAW, 2014, p.8).

Nesse sentido, o gênero de um filme é considerado um dado, por exemplo. A mensuração pode ocorrer a partir do momento em que uma pessoa quer descobrir qual tipo de longa-metragem ela mais assistiu durante um determinado período. Assim, é possível contar as ocorrências dos gêneros e quantificá-las. Se uma pessoa assistiu a 50 filmes no período de um mês e "terror" foi o maior número de ocorrências, este dado é interpretado como "terror foi o gênero mais assistido no mês x por pessoa y".

No contexto da plataforma Femini (<https://femini-dados.wixsite.com/femini>), produto tratado nesta pesquisa, os dados são relacionados à Violência contra Mulher e podem nos apresentar alguns cenários, a exemplo: números de casos de importunação sexual em São Luís em cada bairro ou número de estupros registrado no Maranhão de 2011 a 2016, em que se nota qual foi o ano mais "violento" para mulheres na faixa delimitada.

Os dados são fortemente relacionados ao Jornalismo Guiado por Dados - JGD, mas esta prática jornalística não pode ser resumida apenas a esse elemento.

Com raízes no Jornalismo de Precisão, em que Meyer (2002) aponta 1973 como o ano da primeira publicação sobre o tema, o Jornalismo Guiado por Dados é uma combinação entre faro jornalístico e contação de uma história envolvente com a escala e o alcance absolutos da informação digital (BRADSHAW, 2014).

Jornalismo de dados pode ajudar um jornalista a formular uma reportagem complexa através de infográficos envolventes. [...] Ou ainda o jornalismo de dados pode ajudar a explicar como uma reportagem se relaciona com um indivíduo [...] Ele pode também revelar o processo de construção das notícias. (BRADSHAW, 2014, p.9).

A raiz, o Jornalismo de Precisão, é marcada por ser um esforço sistemático de unir o fazer jornalístico aos métodos científicos. Meyer (2002) aponta que as ciências sociais lançaram mão do que estava crescendo em meados dos anos 70: os computadores faziam quantificação de dados de uma forma eficiente e barata. Para os jornalistas, "encarregados de descobrir e transmitir a verdade diariamente" (MEYER, 2002, p.8, tradução nossa), essa inovação era essencial para trazer novos rumos para a profissão e resultar em reportagens mais precisas e sem erros.

“Novas possibilidades para o jornalismo exigem novas formas de organização” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p.32). Portanto, como aponta Meyer (2002), talento para escrever já não é suficiente para a profissão de jornalista. As novas formas de organização exigem que o profissional tenha a aptidão mínima para entrevistar dados. “Um jornalista tem que ser um gerenciador de banco de dados, um processador e um analista de dados” (MEYER, 2002, p.1, tradução nossa). Assim, com essas habilidades, é possível interpretar esse elemento e trazer uma percepção profunda do fato.

O passo-a-passo do fluxo de trabalho do JGD envolve extrair dados, tratá-los e analisá-los e criar visualizações, para a contação da narrativa jornalística, passos estes adotados para a construção da Femini. Este fluxo não é nem de longe atual ou exclusivo do JGD. Meyer (2002) já destacava que os jornalistas deveriam estar familiarizados em como encontrar informações, analisá-las e como comunicá-las de forma que pudessem chegar às pessoas que precisam e querem.

Historicamente, o Jornalismo de Precisão encontrou dificuldades. "A antiga tradição sustenta que a mídia deve relatar notícias, não fazer notícias" (MEYER, 2002, p. 3, tradução nossa). Essa tradição ainda determinava que um repórter deveria ser alguém que lançava um olhar novo em todos os fatos, mas não poderia ter conhecimento especializado: isso causaria um sobrecarregamento no profissional. Para o JGD, tal linha de pensamento é prejudicial para o fazer jornalístico. Dados são abstrações da realidade, construções humanas, portanto estão passíveis de diferentes tipos de erros (COSTA et al, 2020). É essencial que os jornalistas conheçam os antigos e novos processos de produção e tenham, em certo nível, um conhecimento especializado, na intenção de evitar erros no tratamento e análise. Além disso, é preciso entender como os dados foram criados. Isso é fundamental para compreender os prováveis vieses e fraquezas (ROGERS, 2013).

A superação de dificuldades se alia ao processo evolutivo do Jornalismo de Precisão. Segundo Meyer (2002), as pesquisas jornalísticas começaram a ganhar força nos anos 80; os editores já não acreditavam nas pesquisas coletadas por políticos. A pesquisa tornou-se uma

maneira aprimorada no processo de coleta de notícias, mas os jornalistas deveriam estar em todo o processo: eles eram responsáveis pela concepção, desenho da pesquisa, análise e interpretação. Seja nos anos 80, seja em 2021, o jornalista deve estar inserido nas etapas de produção.

Ter conhecimento sobre busca, limpeza e visualização de dados é transformador também para o exercício da reportagem. Jornalistas que dominam estas habilidades vão perceber que construir artigos a partir de fatos e ideias é um alívio. Menos adivinhação, menos busca por citações; em vez disso, um jornalista pode construir uma posição forte apoiada por dados, o que pode afetar consideravelmente o papel do jornalismo. (LORENZ, 2014, p. 11)

No processo de consolidação do Jornalismo de Precisão, a década de 1970 foi marcante. A crescente disponibilidade de computadores tornou grandes volumes de dados disponíveis aos jornalistas de uma forma que antes não era possível (MEYER, 2002). O jornalismo se tornava mais científico. Na França, segundo Meyer (2002), o termo "Jornalismo de Precisão" chegou a ser traduzido como "Jornalismo Científico".

Os jornalistas passavam a carregar as características de cientistas. As máquinas tornam possíveis coisas que antes não podiam ser feitas, mas para tirar o máximo proveito delas, precisamos pensar da maneira que os cientistas pensam, construindo os modelos que nos permitem usar o novo poder da computação. (MEYER, 2002, p.13, tradução nossa).

A facilidade de acesso dos computadores nos anos 70, que agora passavam a ser de uso pessoal, não apenas trouxe precisão ao jornalismo, mas fortaleceu abordagens de investigação on-line. A Reportagem Assistida por Computador (RAC), do inglês *Computer-assisted reporting* (CAR), ou ainda Jornalismo Assistido por Computador, *Computer-assisted journalism*, chegou às redações nos anos 80, quando registros públicos foram digitalizados nos Estados Unidos e programas de banco de dados estatísticos e relacionais foram desenvolvidos e poderiam ser usados em computadores de mesa (WILLIAMS; NICHOLAS, 1997). A partir dessa inserção nas empresas de jornalismo, os computadores estavam (e estão) em diversas etapas de produção de notícia: na escrita, coleta de informações, pesquisa, fotografia e distribuição.

A RAC, na definição de Garrison (1998), inclui o uso de computadores para buscar informações e recuperá-las de outros computadores e seus bancos de dados, no processo que o autor chama de pesquisa on-line. O termo inclui, também, o uso de computadores para analisar bancos originais e de outras fontes de informação, no chamado Jornalismo de Banco de Dados (*Database Journalism*). Com as possibilidades da Reportagem Assistida por Computador, é

possível coletar dados públicos e analisá-los para um novo entendimento político-social e econômico da sociedade.

O principal benefício é que essas novas ferramentas geralmente vão além de apenas organizar e encontrar informações. Essas novas ferramentas estão permitindo que repórteres assistidos por computador também extraiam significado. A partir disso, é claro, vem a compreensão. Onde outras análises oficiais foram feitas, ou onde nenhuma análise foi feita, os repórteres podem encontrar não apenas dados, mas também novas maneiras de ver coisas antigas, novas visões agregadas e até exemplos específicos para apoiar a intuição ou outras generalizações. (GARRISON, 1998, p. 14, tradução nossa).

A crescente variedade de dados disponíveis e a evolução do uso do computador trouxeram novas possibilidades para o jornalismo, com jornalistas se adaptando ao uso dessa tecnologia. No final dos anos 80, como aponta Ferrari (2010), muitos computadores estavam conectados, os investimentos em hardwares e softwares aumentavam, a *World Wide Web* nascia, baseada em hipertexto e sistemas de recursos para a Internet. Com o advento da rede mundial de computadores, o aprimoramento gráfico de websites se fazia necessário, sites de buscas pesquisavam melhores interfaces para suas páginas, os portais de notícia nasciam e a preocupação com a fidelização dos leitores digitais era crescente, afinal o ambiente digital crescia e se consolidava.

Assim, o JGD se posiciona como uma derivação das práticas da Reportagem Assistida por Computador e do caráter metodológico do Jornalismo de Precisão, dentro do contexto de evolução do espaço digital.

Em definição,

Trata-se da aplicação de técnicas computacionais e científicas na apuração, edição, publicação e circulação de produtos jornalísticos, que podem tomar a forma de textos, audiovisuais, narrativas hipertextuais, visualizações gráficas, ou aplicativos noticiosos. Essas técnicas se apresentam como uma forma de ampliar a capacidade do jornalismo para a investigação de acontecimentos e problemas sociais, com vistas ao cumprimento de sua função de fiscalização das instituições democráticas em nome do interesse público. (TRÄSEL, 2014, p.15).

Publicação pelo WikiLeaks dos arquivos da guerra do Afeganistão; vazamento de telegramas diplomáticos dos Estados Unidos; farras de despesas parlamentares revelado no Reino Unido e gripe suína. Para Rogers (2013), noticiar esses eventos só foi possível graças a repórteres que não tinham medo de matemática, sabiam utilizar planilhas e trabalhavam com ferramentas de visualização.

Reportagens serem trabalhadas a partir de dados são reflexo da transparência governamental. Desde a década de 60, jornalistas têm analisado bases públicas com métodos científicos para fiscalizar o poder de forma independente (BOUNEGRU, 2014). Rogers (2013) destaca que 2009 foi crucial para a transparência e fortalecimento de trabalhos com dados: Barack Obama, então presidente dos Estados Unidos, anunciou a criação do "data.gov"², portal com conjuntos de dados públicos relacionados aos mais diversos departamentos do governo, com livre acesso. Nesta plataforma, os dados são abertos, ou seja, disponíveis em planilhas, arquivos CSV, ou algum formato capaz de ser lido por computador para facilitar a extração; segundo Rogers (2013), disponibilizar dados em formato PDF é dificultar o trabalho de análise.

A iniciativa do governo americano inspirou nações ao redor do mundo. No Brasil, o Portal Brasileiro de Dados Abertos foi lançado em 2012. A Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação – LAI, determinou que a administração pública tem a obrigação de publicar dados na internet em formatos abertos e processáveis por máquinas. Assim, o Poder Executivo desenvolveu a Política de Dados Abertos, composta de dois elementos: 1) Plano de Dados Abertos, documento orientador de promoção de abertura de dados de uma organização pública; e 2) Portal Brasileiro de Dados Abertos³, ferramenta para que todos os cidadãos possam encontrar dados e informações públicas.

No Portal, encontram-se as mais variadas temáticas. Destaca-se a Violência Contra Mulher, em que é possível encontrar dados sobre registros dessa violência em alguns estados, um balanço anual sobre a Centra de Atendimento à Mulher, além de dados de Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

A transparência e a difusão de dados abertos fortalece a prática de JGD, mas o uso desse elemento no jornalismo não é algo novo. O *The Guardian*⁴, em maio de 1821, publicou uma tabela: lista de escolas em Manchester e Salford, com quantos alunos frequentaram cada uma e gasto médio anual. “Ele nos disse, pela primeira vez, quantos alunos recebiam educação gratuita – e quantas crianças pobres havia na cidade” (ROGERS, 2013, p. 327). Do século 18 para o século 21, o que muda é apenas a facilidade de acesso e a interpretação feita a partir de evidências quantitativas (ANDERSON, 2018; ROGERS, 2013).

No século 21, época em que o JGD se tornou um campo estável segundo Anderson (2018), tal jornalismo ganhou definições como as expostas no quadro abaixo:

² Disponível em: <https://www.data.gov/>

³ Disponível em: <https://dados.gov.br/>

⁴ Jornal diário nacional britânico independente. Até 1959, era conhecido como Manchester Guardian.

Quadro 1 - Definições de JGD

Definição de JGD	Autor(es)
Práticas e saberes associados ao conhecimento científico por meio da verdade e objetividade do método.	GERHKE, 2021
Ferramenta de ampliação da aplicação da computação e dos saberes das ciências sociais na coleta, processamento, interpretação e apresentação de dados, ampliando a função da imprensa de defensora do interesse público.	TRÄSEL, 2014
Um conjunto de práticas inseridas no contexto do jornalismo investigativo e do jornalismo digital e em rede.	HAHN; STALPH, 2019
Jornalismo de dados é contar histórias com números ou encontrar histórias neles. É tratar os dados como uma fonte para complementar testemunhas humanas e especialistas. Diferentes jornalistas usam dados nas reportagens, apesar de eles não definirem o trabalho dessa maneira.	HOWARD, 2014

Fonte: Autora (2022)

Em um resumo de um questionário global aplicado com jornalistas, Heravi (2018) conclui que, para alguns desses profissionais, o JGD é apenas jornalismo. Porém, não é um aprimoramento do campo jornalístico, mas uma área resultante de mudanças no campo político-institucional (MANCINI; VASCONCELOS, 2016).

Na era digital, o jornalista de dados se configura como alguém que analisa tal elemento, equipado com as ferramentas corretas, e colhe o que há de interessante, sem subestimar a estatística (HUGHES, 2014). Esse método de trabalho é um amadurecimento das práticas passadas de trabalhos de dados, que hoje resultam no JGD presente globalmente. A área reflete uma democratização de recursos, métodos e ferramentas (DE LIMA SANTOS, 2019).

Esse não é um tipo de jornalismo isolado, com práticas específicas que não se comunicam entre si. A partir dessas definições, nota-se que o Jornalismo Guiado por Dados,

em seu fluxo de trabalho, leva em conta a assertividade do método científico sem esquecer o caráter social, investigativo e de inserção em um ambiente digital. Para Rogers (2014), JGD incorpora um variedades de estilos: de visualizações à longos artigos e reportagens. Mas é irrelevante o resultado, o que importa é a história percebida a partir dos dados e o processo para contá-la.

1.1 FLUXO DE TRABALHO DO JGD

Ao se trabalhar com dados, não se pode resumir o trabalho a utilizá-los ou criar visualizações. Não se trata de produzir infografia. Histórias podem ser contadas em imagens, mas, às vezes, elas são mais bem contadas em palavras e narrativas. O JGD se dedica aos dados propriamente dito; não é apenas utilização para incrementar uma reportagem. O que importa no processo é saber o que fazer (MEYER, 2002).

Para o fluxo de trabalho com dados Meyer (2002) estabelece 6 passos:

1. Coleta - Nesta etapa, cabe ao jornalista definir o melhor método de coleta.
2. Armazenamento - É preciso salvar os dados coletados, criando uma base, “para armazenar informações no formato mais valioso possível” (HOLOVATY, 2006, on-line)
3. Recuperação - Ferramentas podem ajudar a recuperar dados que o próprio jornalista coletou, ou recuperar de uma base de terceiros.
4. Análise - Busca por padrões que sugerem diferentes fenômenos
5. Redução - "Uma boa notícia é definida pelo que deixa de fora, bem como pelo que inclui" (MEYER, 2002, p. 7).
6. Comunicação - É preciso contar uma história a partir dos dados, caso contrário, eles não serão compreendidos por um público geral.

Compreendendo que o processo de produção do JGD sofre mudanças com novas ferramentas tecnológicas que surgem, Rogers (2013) elenca pontos que não podem faltar:

1. Coleta em variadas fontes: pesquisas jornalísticas, dados governamentais.
2. Análise das possibilidades, em que é preciso se questionar a necessidade de cruzar dados com outros conjuntos, outras bases, e analisar a forma como estão disponíveis e organizados. Para Rogers (2013), o PDF é o pior formato
3. Levantamento de possíveis histórias.
4. *Output*. Como a história será contada? Usará gráficos? Tabelas? Infográficos? Nesta etapa, são tomadas decisões sobre como a história chegará ao público.

Rogers (2014) ainda simplifica o percurso de trabalho: “Aqui está um conjunto de dados. Aqui está outro. Aqui há algumas ferramentas gratuitas. Agora se torne um jornalista de dados” (p.16).

Bradshaw (2017) também elenca pontos para o trabalho. Para ele, os primeiros jornalistas de dados criaram suas próprias funções e práticas. Agora, o trabalho nas redações já foi formalizado, e as segunda e terceira décadas do JGD (BRADSHAW, 2017) pedem que os jornalistas sigam princípios essenciais. São eles:

1. Questionar: dessa forma, é possível dar poder aos jornalistas, que terão uma interpretação dos dados capaz de guiá-los nas tomadas de decisões.

2. Inclusão da independência tecnológica na independência editorial: no século 21, um conhecimento aprofundado das ferramentas tecnológicas e de linguagens de programação geram um maior domínio de produtos ou criação de métodos próprios.

3. Objetividade nas ferramentas: Ao criar ferramentas para utilização no trabalho de JGD, deve-se levar em conta os vieses de cada construção. Por exemplo, ao construir um mapa, a linguagem visual deve ser objetiva, levando em conta as particularidades cartográficas e sociais do que está sendo retratado.

4. Imparcialidade: Aqui, ela reside não apenas nas histórias que existem nos dados ou são de fácil interpretação, mas além.

5. Dar voz aos silenciados: Criar dados para grupos invisibilizados ou abrir os que já deveriam ser transparentes.

6. Atenção à personalização: o jornalista deve manter a responsabilidade editorial e fazer uma cobertura contextualizada

7. Histórias humanizadas: encontrar e contar as histórias percebidas.

8. O algoritmo e o trabalho devem ser abertos: compartilhar o processo humano e computacional dão credibilidade à produção e cria uma rede profissional qualificada.

9. Compartilhar o código: esta ação permite que o trabalho se torne eficiente e padrões sejam elevados.

10. Empoderar cidadãos: por meio dos dados, cidadãos podem exercer seus deveres e garantir seus direitos.

Para Marchand (2017), as histórias são o que mais importam no trabalho com dados. Números e fatos não irão importar sem uma conexão emocional, esta nascida das histórias identificadas. Os números têm algo a contar, e é papel do jornalista dar visibilidade a esse fato, de maneira convincente. Os passos para isso, na perspectiva de Marchand (2017), são: escolher a mensagem, contextualizar os dados e compará-los. Analisar primeiro, identificar uma história,

dar contexto aos dados e compará-los com conjuntos do passado ou com novo padrões. Esse percurso deve levar em conta oito perguntas: 1) quem é sua audiência? 2) ela conhece o tema? 3) quanto tempo a audiência passaria consumindo seu conteúdo? 4) há conexão entre cada elemento do trabalho com um tema geral? 5) há um fluxo lógico dos elementos? 6) há algo inesperado nos dados? 7) a audiência pode se relacionar com trabalho realizado? 8) você quer que a audiência realize alguma ação após o consumo do conteúdo?

Essas perguntas guiam o trabalho para um resultado eficiente e com visualizações construídas de maneira aplicável.

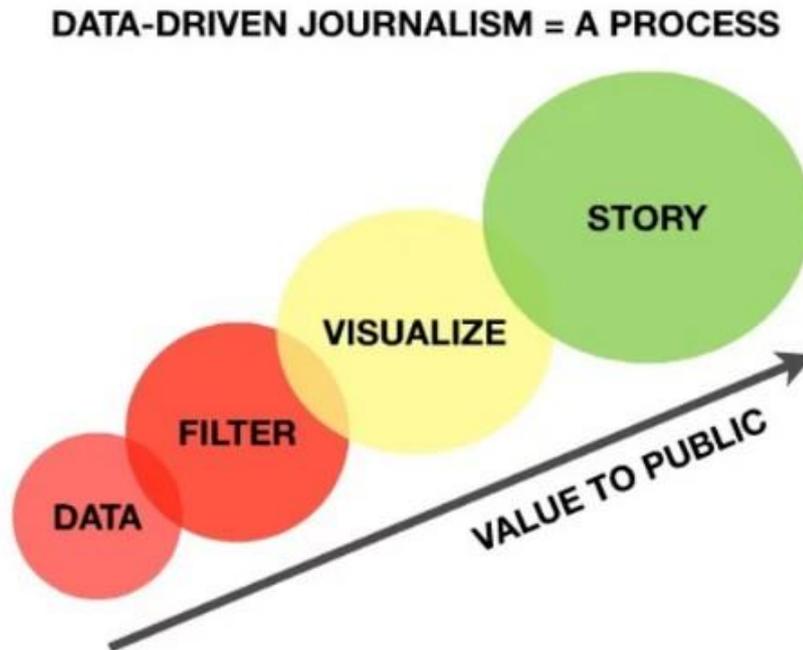
Hughes (2014) traz a mineração e raspagem como passos de trabalho. Na visão da autora, não há necessidade de ser um programador, mas o entendimento do básico abre caminhos para a “mineração da web” (HUGHES, 2014, p.48). Linguagens de marcação e estilo como HTML e CSS, linguagens orientadas a objetos como Python ou estruturadas como Javascript, e conhecimentos de *back end* e *front end* formam uma base de saberes que ajudam o jornalista a entender como os dados podem se comportar no ambiente digital, facilitando a mineração e raspagem. Esta última consiste na coleta em si. Feita de maneira manual ou automatizada, é o caminho para encontrar histórias.

Araújo (2018, p.159) estabelece um percurso similar aos outros autores.

[...] para o jornalismo de dados ser realizado de forma satisfatória é preciso, inicialmente, uma disponibilização de informações na web, pois a prática se concretiza à medida que profissionais se dispõem a coletar dados, selecioná-los, criar uma visualização adequada para ele e disponibilizá-lo da maneira mais adequada possível de acordo com o público consumidor de notícia.

Lorenz (2010) entende o fluxo de trabalho JGD como os dados sendo a base para análise, visualização e - o que ele entende por ser a etapa mais importante - *storytelling*, conforme ilustrado na imagem abaixo.

Figura 1 - Fluxo de trabalho de JGD segundo Mirko Lorenz



Fonte: Lorenz (2010).

Em algumas perspectivas do autor, o jornalismo está sob ataque e modelos de negócios que funcionaram no passado estão falhando. Se antes veículos de imprensa conseguiam imprimir milhões de cópias diárias de edições de jornal e distribuí-las em casas e bancas, a Internet mudou completamente este formato. Agora, os dados podem ser um caminho para o futuro (LORENZ, 2010) e as empresas jornalísticas podem transformar os dados brutos em visualização e *storytelling* carregados de significados, estabelecendo uma nova relação com o público, ou seja, o consumidor. Aqui, cabe-se a reflexão de JGD como um possível modelo de negócio para o jornalismo.

O fluxo de trabalho do JGD pode ser resumido em extração, análise e visualização. Para melhor aproveitamento do trabalho, a compreensão do conceito e definições de dados deve ser adequada. O jornalista não deve ficar intimidado com o processo para trabalhar com dados. Como afirma Hughes (2014), é mais fácil do que se imagina.

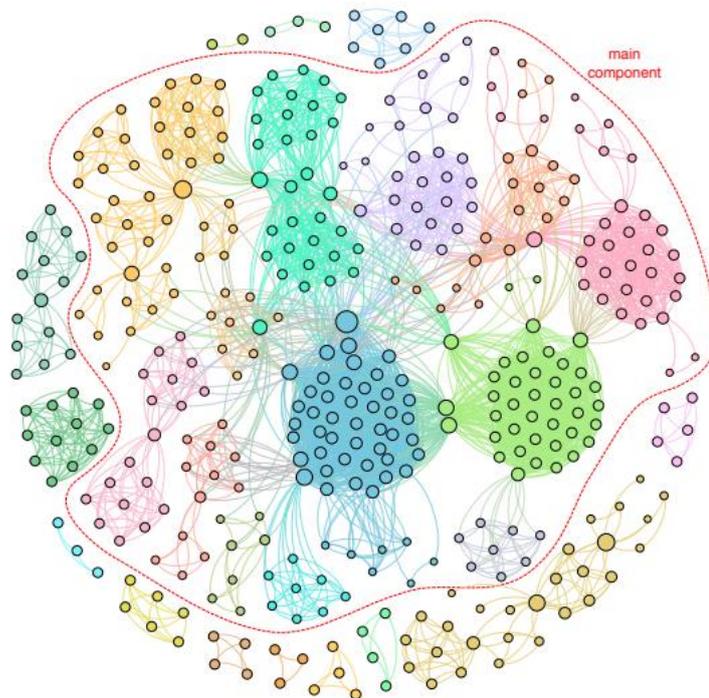
1.1.1 Dados e a Extração

A Escola de Dados, em 2020, realizou o curso Dados 360⁵, com uma introdução de JGD para jornalistas interessados. A instituição segue a definição de dados como um valor atribuído a algo, podendo estes serem: qualitativos: qualidade de algo, descrição de experiências, entrevistas; quantitativos: referentes aos números.

Outras categorias também são apresentadas, como os dados categóricos, responsáveis por categorizar algo, como “disco novo”, “bola antiga” etc. Os discretos, definidos como numéricos com brechas na sequência entre eles. Já nos contínuos, todos os valores são possíveis. Exemplo: tamanho das bolas de golfes pode ser qualquer valor, 10,53 mm, 10,54 mm ou 10,536 mm.

Ainda no curso, a Escola indica que os dados podem se apresentar em diferentes formatos: sequências ordenadas, tabelas, gráficos, redes e grafos, dados geográficos, texto e imagens.

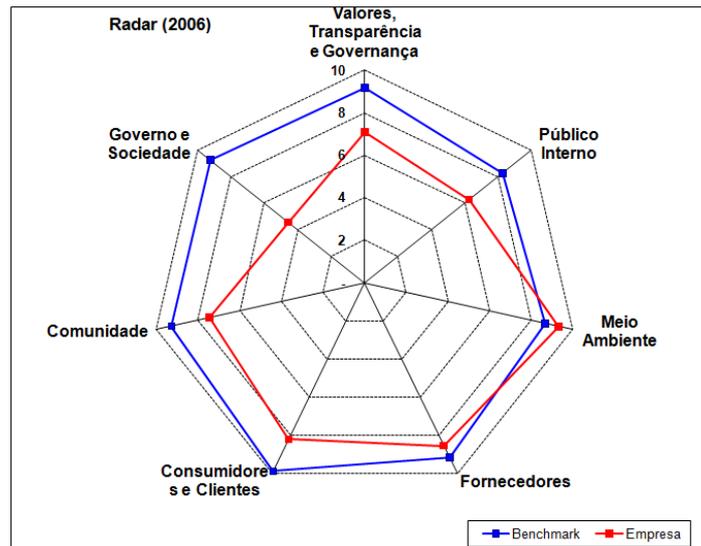
Figura 2- Exemplo de Grafo



Grafo com resultados do estudo sobre redes de corrupção. Fonte: Ilumeo (sd). Disponível em:
<https://ilumeo.com.br/todos-posts/2019/05/06/analise-de-redes-sociais>

⁵ Disponível em: <https://escoladedados.org/dados-360-comunicacao-baseada-em-dados/>

Figura 3 - Exemplo de Rede



Rede com o resultado 2006 do indicador Ethos. Fonte: (ROMANO, 2010)⁶

Para Bertocchi (2016), os dados se categorizam como estruturados, semiestruturados ou não estruturados. Os dados estruturados são organizados em uma igual estrutura de representação, a exemplo de uma base SQL. Os semiestruturados são organizados de forma irregular, comuns no ambiente da Internet em formatos XML, RDF ou OWL. Sem estrutura definida, como um texto Word ou um HTML simples, é a conceituação para dados não estruturados.

A seguir, exemplo de dados utilizados na plataforma Femini. A tabela é apresentada de maneira estruturada, com dados quantitativos e geográficos.

⁶ ROMANO, André; OLIVEIRA, Selma. Inovação nos Sistemas de Gestão Socioambientais: Rumo à Sustentabilidade Corporativa. São Paulo, 2010.

Figura 4 - Recorte de tabela utilizada na Femini

POR BAIRRO					
Item Criminal / Ano	2019	2020	2021	Latitude	Longitude
Assédio Sexual	12	17	15		
Não informado	3	2	0		
Angelim	0	0	1	2°31'59.7"S	44°14'09.1"W
Apeadouro	0	0	1	2°32'59.1"S	44°14'28.5"W
Barreto	0	1	0	2°33'08.5"S	44°19'51.2"W
Calhau	1	1	0	2°32'30.6"S	44°16'20.2"W
Centro	0	0	2	2°28'37.6"S	44°11'57.7"W
Cidade Operária	1	1	0	2°32'54.6"S	44°17'36.9"W
COHAB Anil IV	1	0	0	2°32'48.5"S	44°14'08.2"W
Cohama	0	1	0	2°32'44.3"S	44°16'44.0"W
Cohatrac IV	0	1	0	2°31'24.8"S	44°14'40.9"W
Cruzeiro do Anil	0	1	1	2°33'54.2"S	44°16'22.8"W
Igarau	0	0	3	2°32'25.6"S	44°16'50.1"W

Fonte: A autora (2022)

Aliado a essas conceituações, entra a definição de base de dados, entendida como uma coleção estruturada de dados, organizados para pesquisa e recuperação por um computador - (MANOVICH, 2002). Esta definição pertence à Ciência da Computação. No contexto em que Manovich (2002) debate a linguagem dos novos *media*, essas bases aparecem como coleções de itens nos quais o usuário pode realizar várias operações: visualizar, navegar, pesquisar. Com essas operações, a base “se torna o centro do processo criativo na era do computador” (MANOVICH, 2002, p. 200), sendo o jornalista o encarregado de trazer o resultado do processo criativo.

Em uma teorização simples, pode-se citar a existência de dois tipos de base: aquelas que o próprio jornalista cria e aqueles que foram criadas por outra pessoa, geralmente sem o objetivo final do jornalista sendo considerado.

Na Femini, trabalha-se com os dois tipos, já que o produto se propõe a disponibilizar bases de terceiros e ser uma plataforma de base de dados e informações.

Não faltam ferramentas para trabalhar com dados, contemplando as 3 etapas: extração, análise e visualização. Segundo Holovaty (2006), muitas das informações que as organizações jornalísticas coletam são incansavelmente estruturadas. É preciso apenas alguém para perceber a estrutura, e alguém para começar a armazená-la em um formato estruturado. Às vezes, as habilidades de análise serão aplicadas a dados que foram coletados por outras pessoas. Em outros momentos, o próprio jornalista terá que fazer a extração, também entendida como coleta.

Dados podem ser coletados manualmente/pessoalmente, por correio e por telefone (MEYER, 2002). A tecnologia continua trazendo novos métodos, como por exemplo: buscas avançadas com operadores lógicos, no ambiente digital. Na busca do Google, por exemplo, pesquisar por um termo entre aspas traz resultados específicos sobre ele. É possível, ainda, determinar o tipo de arquivo a ser retornado, tornando o acesso a planilhas facilitado.

O acesso direto a bases de dados disponibilizadas on-line também é uma forma de coleta. Para os casos de dificuldades nessa etapa, a Lei de Acesso à Informação (LAI) é uma ferramenta que garante acesso aos dados públicos. Chamada nos Estados Unidos de *Freedom Of Information Act* (FOIA), a LAI é um mecanismo de garantia de transparência.

Os PDFs, já apontados como vilões, recebem tratamento específico para cada caso. Em situação de PDF ser uma imagem, é possível recuperar os dados por meio da técnica de reconhecimento óptico de caracteres (OCR), capaz de transcrever o que está no documento.

Em caso de os dados não estarem estruturados no ambiente digital, *scraping*, ou raspagem, é a solução aplicável. Segundo Costa et al (2020, p. 89), esse processo envolve "realizar cópias de informações de interesse disponibilizadas em páginas web, organizando-as como dados estruturados".

1.1.2 Análise

Na fase da análise, é preciso tratar, ou limpar, os dados. Planilhas disponibilizadas de maneira aberta podem conter colunas ou linhas em branco, ou até mesmo categorias que não são relevantes para o trabalho jornalístico, sendo utilitárias apenas no contexto original. "É comum que as bases de dados não cheguem prontas para análise e precisem passar por uma série de verificações e limpezas. É bastante frequente detectar inconsistências ou retirar colunas para reduzir o tamanho de uma base de dados e lidar com elas mais facilmente." (COSTA et al, 2020, p.94).

A etapa de análise consiste em verificação, limpeza e análise propriamente dita. São passos importantes, já que dados são imperfeitos e entender a natureza deles pode levar a uma história bem contada. Rogers (2013) discute algumas especificidades: dados não são uma força em si, não podendo criar valores próprios; não são um perfeito reflexo do mundo, apenas representam o mundo que foi coletado, selecionado, filtrado e analisado; não falam por si mesmo, necessitando de pesquisa para poderem ser interpretados; não são poder, já que democratização da informação não resulta imediatamente em democratização do poder. Levando esses aspectos em consideração, cabe ao jornalista carregar em seus valores o

pensamento crítico em relação aos dados. Como afirma Holovaty (2006), dados brutos não ajudam as pessoas.

Dentro do processo de verificação e compreensão de dados, Costa et al (2020) fala da biografia de dados, constituída por entender a origem, captação, recorte e limitações do que foi coletado. Aqui é a entrevista com dados, em que é preciso conhecer a base antes de análises quantitativas. Para a biografia, Heather Krause, em uma das aulas do curso *Equity & ethics in data journalism: Hands-on approaches to getting your data right*⁷, produzido pelo *Knight Center*, aponta questões fundamentais: O que foi perguntado ou medido nesses dados? Como foram coletados? Onde foram coletados e armazenados? Por que e quando foram coletados? A partir dessas perguntas, estabelece-se a verificação.

Para a limpeza, operações matemáticas, filtros, ordenações etc. são possíveis caminhos a serem escolhidos para a organização dos dados. As linguagens de programação podem automatizar o processo de tratamento. Caso não haja familiaridade com as linguagens, pode-se optar por softwares ou ferramentas, alguns já conhecidos, como Excel e Google Sheets. Costa et al (2020) listam problemas que podem surgir no decorrer da limpeza e carecem de atenção: ausência de valor, entradas duplicadas, cabeçalho com informações inúteis, grafia distinta, entre outros.

Na construção da Femini, alguns desses problemas foram identificados. Ao coletar dados da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, por meio de pedido na Ouvidoria do órgão, foi recebida uma planilha com dados sobre Violência Contra Mulher em São Luís, em que é possível identificar casos de importunação sexual por bairro. Na tabela, a grafia distinta resultou em dois campos para se referirem ao mesmo bairro, como mostra a imagem a seguir.

Figura 5 - Parte da planilha de Violência contra Mulher em São Luís

176	POR BAIRRO				
177	Item Criminal / Ano	2019	2020	2021	
178	São Bernardo	0	3	0	
179	São Cristóvão	4	1	5	
180	são cristovão	0	0	1	
181	São Francisco	2	2	4	
182	São Joaquim	0	0	1	
183	São Marcos	0	1	0	

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (2022)

⁷ Disponível em: <https://journalismcourses.org/pt-br/course/2020dataethics/>

Como destacado na figura, as grafias “São Cristóvão” e “são cristovão” podem ser erroneamente interpretadas como dois bairros distintos. Aqui ressalta-se a importância da biografia dos dados e da análise. Sem essa etapa, a tabela poderia ser interpretada como “Casos de Importunação Sexual em 96 bairros de São Luís”, sendo 96 o número de campos que constam nomes de bairros. Porém, após limpeza, escritas diferentes são eliminadas e unificadas, e a interpretação muda: “Casos de Importunação Sexual em 95 bairros de São Luís”.

Outros problemas foram identificados. Na tabela, encontram-se registros dos bairros “Cohatrac” e “Cohatrac I”, conforme a imagem abaixo.

Figura 6 - Parte da planilha de Violência contra Mulher em São Luís

126	POR BAIRRO				
127	Item Criminal / Ano	2019	2020	2021	
128	Cohama	1	3	1	
129	Cohatrac	2	1	1	
130	Cohatrac I	0	0	1	
131	Cohatrac V	2	0	0	
132	Conjunto Planalto Turú	0	0	1	

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (2022)

Segundo o Mapa de Arruamento e Bairros de São Luís⁸, documento elaborado pela Prefeitura da cidade, o nome do bairro é “Cohatrac I”, ou seja, esses dois campos referem-se a uma mesma região.

Outra ocorrência nos dados trabalhados na Femini foi o registro de bairros com a identificação “Vila”. Abaixo, ilustra-se a duplicação de campos pela inserção deste termo.

Figura 7 - Parte da planilha de Violência contra Mulher em São Luís

156	POR BAIRRO					192	POR BAIRRO				
157	Item Criminal / Ano	2019	2020	2021		193	Item Criminal / Ano	2019	2020	2021	
158	Maranhão Novo	1	0	2		194	Vila Luizão	1	0	0	
159	Mauro Fecury II	0	0	1		195	VILA MAURO FECURY II	0	1	0	
160	Monte Castelo	0	1	2		196	Vila Operária	0	0	1	
161	Parque Pindorama	0	0	1		197	Vila Palmeira	1	0	4	
162	Parque Vitoria	0	0	2		198	vila vitoria	0	1	1	

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (2022)

⁸ Disponível em: https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/2253_bairros_e_arruamento_urbano.pdf

“Mauro Fecury II” e “Vila Mauro Fecury II” referem-se a um mesmo bairro, mas a adição de “Vila” pode causar a interpretação de serem dois locais diferentes, acrescentando mais um campo à contagem.

Uma peculiaridade ao se trabalhar com dados de São Luís é o próprio entendimento do que é “São Luís”. O termo se refere à capital do estado do Maranhão, mas também pode se referir à “Ilha de São Luís”, “Região Metropolitana de São Luís” e “Grande São Luís”. Estas nomenclaturas englobam os municípios de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar que, juntos à São Luís, compõem Upaon-Açu, nome oficial da ilha. Na imagem abaixo, pode-se conferir os limites entre os municípios.

Figura 8 - Mapa destacando limites dos municípios da ilha de Upaon-Açu



Fonte: Barbosa (2017)⁹

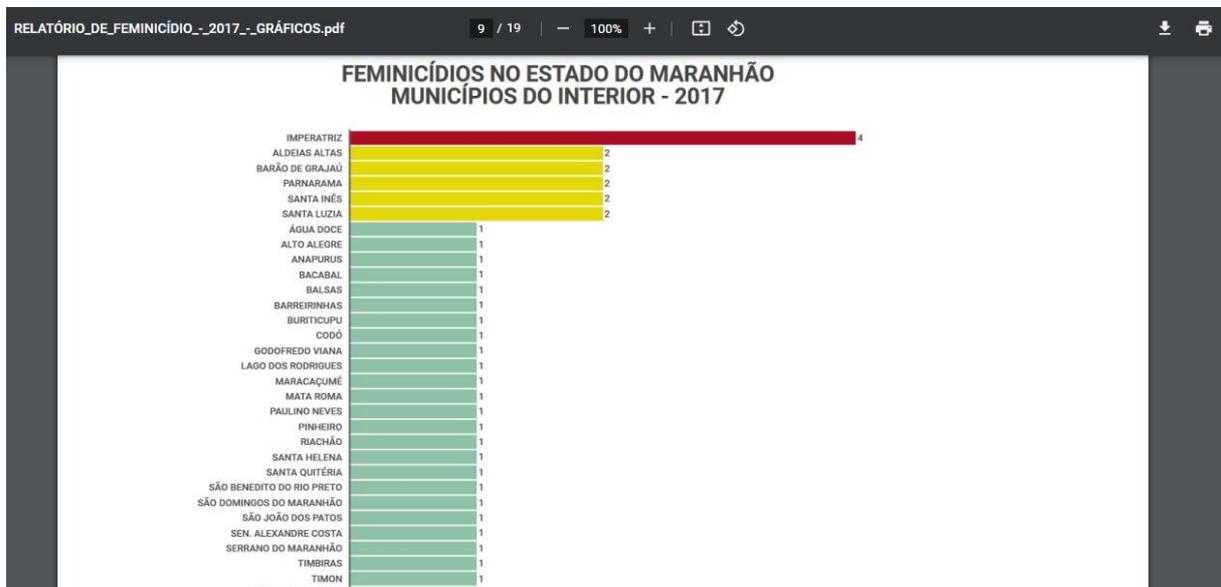
A organização dos limites entre os municípios da ilha interfere nos dados. Foi solicitado à Secretaria de Segurança Pública dados sobre a cidade de São Luís, mas no material recebido

⁹ BARBOSA, Antonio Carlos Leite. Gentrificação e expansão urbana em São Luís, MA. *Revista Espacios*, Vol. 38 (Nº 17) Año 2017.

constam bairros como “Maiobão”, pertencente à Paço do Lumiar, e “Araçacy”, pertencente à São José de Ribamar. Assim, a tabela não é apenas “Casos de Importunação Sexual em São Luís”, mas “Casos de Importunação Sexual na Região Metropolitana de São Luís”. Nesse contexto, é preciso conhecer bem a forma como os dados foram organizados e ao que eles se referem, para não resultar em análise errôneas.

Os arquivos PDF também são um problema. O Ministério Público do Maranhão publica anualmente relatórios com informações sobre Femicídios no estado, mas o material é apenas divulgado no formato de leitura e não são disponibilizados para download os dados utilizados para a criação das visualizações. A saída é extrair manualmente ou buscar pela fonte de onde ocorreu a extração original.

Figura 9 - Recorte do PDF sobre Femicídios no Maranhão em 2017



Fonte: Ministério Público do Maranhão (2018)

Problemas superados, é hora de analisar. Aqui, atenção dobrada. Meyer (2002) dizia que números, quando mal utilizados, podem criar ilusões de certeza, o que, para o jornalismo, não é uma característica que se almeja alcançar.

O básico para análise é ter em mente que um número isolado não tem um significado em si. Há a necessidade de comparação. Meyer (2002) destaca que quando as comparações são feitas, elas devem ser feitas em uma base de "maçã com maçã" (p.35, tradução nossa), ou seja, categorias similares.

Desenvolver um método é o esqueleto para a análise de dados. Por meio das perguntas O que exatamente espera-se encontrar? De que maneira essa busca será sistematizada? Que

evidências seriam suficientes para corroborar hipóteses? monta-se o plano de ação de análise (COSTA et al, 2020).

As análises requerem um amplo entendimento do conceito de base dados.

1.2 BASES DE DADOS NO JGD

As coleções de itens que permitem visualização, navegação e pesquisa dentro de sua coleção são *databases* (MANOVICH, 2002), em português chamadas de base de dados ou banco de dados.

Conforme detalhado por Manovich (2002), as bases podem ser hierárquicas, de rede, relacionais e orientadas a objetos, sendo estes objetos as estruturas de dados complexos armazenados pela base, organizados em classes hierárquicas que podem herdar propriedades de classes superiores. São diversos modelos para organização. Além das classes, eles também podem ser estruturados em forma de árvore. Para o leitor, modelos altamente estruturados de bases podem não fazer diferença, mas para o jornalista, noção básica de tais modelos pode ser útil para o trabalho de análise, ou para a estruturação da própria base, afinal "Os criadores de dados precisam coletar dados e organizá-los ou criá-los do zero" (MANOVICH, 2002, p. 198).

Dentro da base, os dados precisam ser limpos, organizados e indexados, representando o mundo como uma lista de itens (MANOVICH, 2002). A priori, pode-se criar uma base com um número determinado de campos, mas representar a realidade por vezes não é uma ação que se consegue limitar.

De acordo com Fidalgo (2007), há sempre a possibilidade de mais um campo, e assim sucessivamente, ao infinito.

Daí que os campos da base de dados sobre os quais assenta um jornal devam ser tantos e tão diversos como tanta e diversa é a realidade. As propriedades e as características das coisas dão origem a campos correspondentes na base de dados, mas a determinação completa de um objecto, seja ele uma coisa, um estado de coisas, um acontecimento, uma opinião, uma ilusão, é uma tarefa infundável. (FIDALGO, 2007, p.109).

No campo da Comunicação, a base de dados é entendida de maneira mais simplificada. Não é uma coleção organizada para armazenamento e consulta, mas é, como explica Machado (2007), uma interface do ambiente digital que permite explorar, compor, recuperar e interagir com narrativas. Uma base é capaz de transformar o produto digital em uma experiência autêntica e envolvente para o usuário (BARBOSA, 2007).

Para o jornalismo, incorporar bases traz novas perspectivas e configurações para apresentação da notícia.

Num produto digital estruturado em bases de dados, as possibilidades combinatórias entre os itens ou notícias inseridas podem gerar mais conhecimento com valor noticioso, produzindo diferentes configurações para as informações e, inclusive, novas tematizações ou elementos conceituais para a organização e apresentação dos conteúdos (BARBOSA, 2007).

A incorporação não deve se limitar a apenas analisar coleções existentes. Uma base de autoria própria traz uma série ímpar de informações, permitindo exploração da narrativa, com identificações de padrões que não foram notados por especialistas (BARR, 2021).

Construir uma base de dados requer, conforme Barr (2021), um pensamento estruturado, narrativa estabelecida, planejamento, foco no objetivo, levantamento dos possíveis locais, físicos ou virtuais, de dados já existentes. Cumprido os requisitos, a obtenção de dados pode ser iniciada. Após a coleta, os próximos passos incluem familiarização com os dados, leitura da biografia deles, limpeza e tratamento.

Salienta-se que a base, após construída, não é um produto finalizado. Novos campos podem ser adicionados, e os dados, no relato de Ma (2021), não serão sempre o ponto de partida das narrativas: eles podem aparecer em um estágio mais avançado. Eles podem sequer aparecer e não ter dados é um dado: D'Ignazio (2021) alerta que instituições e organizações específicas são superestimadas no processo de coleta. Isso se relaciona ao jogo de poder: aqueles no poder versus aqueles em posições desfavoráveis. Nas questões de gênero, por exemplo, há uma lacuna, em que a "presença ausente em forma de mulher" (PEREZ, 2019, p., tradução nossa) se reflete em uma sociedade não atendendo às necessidades das mulheres, como os dispositivos de segurança de carros que não levam em conta as medidas do gênero feminino (PEREZ, 2019). Coletar dados é uma tarefa árdua e, às vezes, comprometida.

Os jornalistas podem se deparar com uma situação de lidar com um grande volume de dados - ou até mesmo criar esse grande volume. O Big Data, a área responsável por estudar metodologias para trabalhar com coleções de dados muito grandes, se forma a partir da variedade de dados e diversidade de fontes: dados da Internet; transacionais, como consumo, financeiro, entretenimento; biometria para identificação e validação; gerados pelo dia a dia, por meio de envio de e-mails, documentos, mensagens etc. (TAURION, 2013).

Taurion (2013) enfatiza a qualidade de dados como ponto fundamental do processo metodológico de lidar com eles. Seja em bases pequenas, ou naquelas categorizadas como

produtos de Big Data, é preciso estruturar os atributos relacionados, e tomar nota de como os elementos podem ser utilizados de uma forma diferenciada.

Bases podem ser construídas por meio de um gerenciador de banco de dados ou com uma simples planilha. O dado, peça-chave da base, já foi definida neste trabalho de diversas formas, e às elas acrescenta-se mais a definição de ser um fato ou evento isolado, representado por uma simbologia qualquer, armazenado e, posteriormente, resgatado (FEITOSA, 2008).

Um dado pode ser número, data, nome, texto, imagem, áudio ou vídeo. De forma isolada, este dado tem um significado em si. Dentro de um contexto, ele se transforma em informação (FEITOSA, 2008).

Ao tratar de análise de bases de dados, e de construção de bases, Barbosa (2013) lê as bases como estruturantes para a atividade do jornalismo. Ela define um modelo próprio, o Paradigma Jornalismo Digital em Base de Dados (JGDB), com estrutura, organização, composição e apresentação de conteúdo a partir das bases de dados, a partir de funcionalidades e categorias específicas. Entre as funcionalidades e categoria, estão: indexar e classificar; integrar processo; gerenciar fluxo de informação; automatizar e flexibilizar (BARBOSA, 2013).

Adotar as bases no processo jornalístico pode, conforme Barbosa (2013), ampliar espaço para inovação e oferta de conteúdo mais diversos, além de disponibilização e apresentação das informações de maneira diferenciada. A responsabilidade deste formato diferenciado recai na visualização.

2 VISUALIZAÇÕES DE DADOS NO JGD

Assim como o processo de utilizar dados no jornalismo não é algo novo, a visualização não é recente. Para Cairo (2011), consiste no uso de representações gráficas para ampliar a cognição. Em um breve contexto histórico dessa representação, temos Florence Nightingale. Mãe da enfermagem moderna, ela é conhecida por ter servido como chefe e treinadora de enfermeiras durante a Guerra da Crimeia. O conflito, ocorrido na península da Crimeia, no sul da Rússia, envolveu o Império Russo contra o Reino Unido, França, Império Otomano e outros apoiadores. Florence, sob o comando inglês, percorria as enfermarias com uma lanterna na mão, feito que lhe rendeu a alcunha "A Dama da Lâmpada". Entre suas responsabilidades, apresentar relatórios para o Parlamento. Nestes relatórios, ela "melhorou e popularizou as apresentações visuais de informação, incluindo o gráfico de pizza" (ROGERS, 2013, p.326). Em 1858, ela apresentou um relatório sobre as taxas de mortalidade no exército inglês, com diversas tabelas e diagramas. Por causa desse relatório, Rogers (2013) chega a chamá-la de jornalista de dados.

Porém, Nightingale não foi a inventora dos gráficos. Em 1801, início do século 19, William Playfair, engenheiro fundador dos métodos gráficos de estatística, criou o gráfico de pizza e o gráfico circular. Antes disso, em 1786, ele desenvolveu diagramas de linha, de área e gráfico de barras de dados econômicos.

John Snow também foi destaque na produção de informação gráfica. O médico, pai da epidemiologia moderna, criou, em 1854, um mapa de Londres para mostrar a relação entre a água contaminada e a epidemia de cólera que se alastrava pela cidade. De Playfair para a contemporaneidade, a informação gráfica tem se consolidado. No recorte do jornalismo digital, a visualização se fortalece do final da década de 1990 para início do século XXI, em especial por causa dos atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos e, na sequência, durante a Guerra do Iraque (RODRIGUES, 2010).

Essa consolidação reside no fato apontado por Cairo (2011) de que os seres humanos são animais visuais, o que reflete na forma como nos expressamos. Uma dessas formas é a infografia, um sinônimo para visualização, e ambas as palavras carregam a função de expor e ajudar na reflexão do que é colocado à mostra (CAIRO, 2011). Para este trabalho, esta não distinção entre os dois termos é adotada, mas é preciso esclarecer as características de cada um.

2.1 VISUALIZAÇÃO

As visualizações não são apenas transformações de dados em um formato visual bonito e atraente, bem como o JGD não é apenas criar tais produções. Para Cairo (2016), a visualização é a representação visual de informação, com intenção de comunicar e permitir análise, descoberta e exploração.

Ela é, ao mesmo tempo, um termo guarda-chuva, ou seja, engloba um grupo de conceitos relacionados, sendo eles: gráficos, infográficos e visualização de dados. Para cada um desses termos, Cairo (2016) traça as seguintes definições, mostradas no quadro 2.

Quadro 2 - Termos e definições relacionadas à visualização, segundo Cairo (2016)

Termo	Definição
Visualização	Termo guarda-chuva; representação visual de informação. Permite: comunicar; analisar; descobrir, explorar.
Gráficos	Representação visual em que os dados são codificados com símbolos que possuem diferentes formas, cores ou proporções. Geralmente, a representação é dentro de um sistema de coordenadas cartesianas. Ex: gráfico de barras.
Infográficos	Representação visual de várias seções de informações destinadas a comunicar uma ou mais mensagens específicas. Infográficos são feitos de uma mistura de gráficos, mapas, ilustrações e texto que fornecem explicação e contexto.
Visualização de dados	Exibição de dados projetada para permitir análise, exploração e descoberta. Podem ser ferramentas que permitem que as pessoas extraiam suas próprias conclusões dos dados.

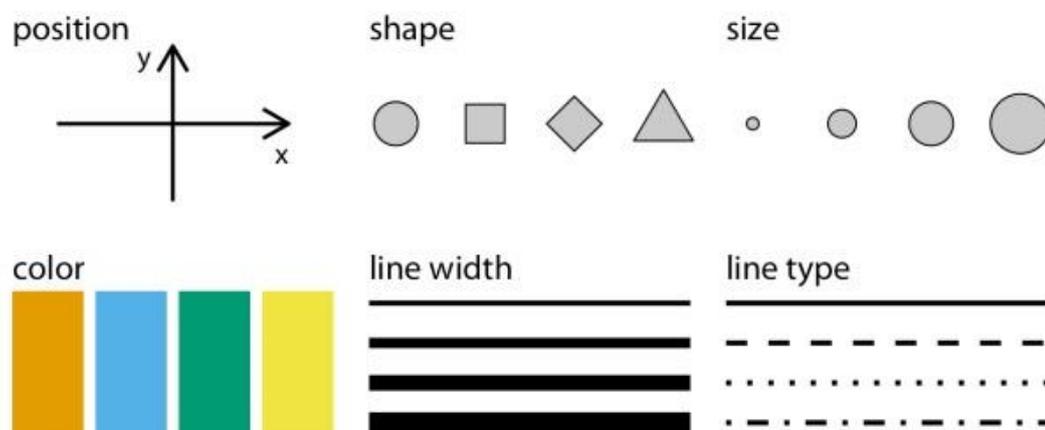
Fonte: A autora (2022)

Outros autores também trazem definições para visualização. Card, Mackinlay e Shneiderman (1999) a entendem como utilizar o computador para criar representações visuais interativas de uma informação, utilizando da percepção visual para tal objetivo. Manovich (2011) fala de “infovis”, abreviação de visualização de informação, "um mapeamento entre dados discretos e uma representação visual" (p.46).

As percepções de visualização podem, em certo nível, se diferenciar, mas algumas características discutidas por Cairo (2016) são inerentes: (1) as visualizações são verdadeiras, porque são baseadas em pesquisas; (2) são funcionais, pois são construídas de maneira que o público realize ações, como analisar; (3) são bonitas, visualmente atraentes; (4) promovem insights, revelando outras formas de enxergar uma igual informação, e (5) são esclarecedoras.

Ao encontro dessas características, Wilke (2019), ao descrever os fundamentos de visualização, dá ênfase à estética, e a estabelece como responsável por descrever todos os aspectos de um determinado gráfico. Entretanto, não é uma questão de foco na beleza e criação de visualizações extremamente chamativas. É ter o cuidado com o componente que é crítico na representação visual. Mesmo em um gráfico em preto e branco, as cores precisam ser visíveis: preto se o fundo for branco, branco se o fundo for preto. Para Wilke (2019) alguns fatores integrantes da estética são posição, forma, tamanho, cores, espessura e tipo de linha, conforme ilustrado abaixo.

Figura 10- Elementos da estética de visualizações



Fonte: Wilke (2019)

A estética será responsável por dar ao cérebro humano não apenas a oportunidade de processar a informação visual, mas gerar significado sobre esta: uma visualização que utiliza a cor vermelha em contraste à azul, por exemplo, pode querer transmitir a ideia de dados alarmantes.

Visualizações podem ser utilizadas nas mais variadas áreas e para as mais diversas finalidades. Nesta pesquisa, destaca-se as visualizações utilizadas no jornalismo, sendo a infografia, em especial a infografia on-line, um dos tipos de "conteúdo mais um dos tipos de conteúdo mais atraentes no ciberjornalismo, sobretudo, por sua capacidade de traduzir temas aparentemente profundos em linguagem de fácil entendimento, com potencial lúdico e explorando a visualidade" (LONGHI; CORDEIRO, 2018, p.164).

2.2 INFOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO DE VISUALIZAÇÕES

Infográficos, para Ochoa (2009), são uma combinação de elementos visuais que proporcionam uma visualização gráfica de informações. Para o jornalismo, a infografia é a transmissão de notícias de forma visual, para explicar acontecimentos e situar os protagonistas da narrativa jornalística em um contexto determinado (SOJO, 2000). É combinação de design e jornalismo.

Se, como já definido neste trabalho, a visualização é a representação visual de informação para comunicar e permitir análise e exploração, e é um termo generalista, os infográficos podem ser interpretados como um tipo de visualização, já que eles combinam elementos visuais para comunicar uma ou mais mensagens.

Os limites entre os dois conceitos são tênues. Qualquer visualização apresenta, conforme explica Cairo (2016), informações e permite pelo menos uma quantidade limitada de exploração ou até personalização. Portanto, intercambiar visualização e infográfico, para a construção da plataforma Femini, não é prejudicial, sendo os termos tomados como sinônimos. A terminologia não é o foco. O objetivo de qualquer trabalho de visualização é ser compreensível (CAIRO, 2011).

A infografia é baseada no uso de gráficos: estatísticas, mapas e diagramas. São dois tipos de gráficos (CAIRO, 2011): figurativos e não figurativos. O primeiro representa fenômenos físicos; um mapa ou uma ilustração explicando a operação de uma máquina. O segundo, fenômenos abstratos: representação que, por meio de cores diferentes, mostra a evolução da taxa de desemprego, por exemplo.

Na infografia em base de dados, elas são fomentadoras de visualizações mais dinâmicas, interativas e sofisticadas (RODRIGUES, 2010). Os gráficos figurativos e não figurativos são, no contexto da JGD, atualizados continuamente, com um dinâmico cruzamento de dados e passíveis de personalização, seja de conteúdo e forma (RODRIGUES, 2010).

Na construção do infográfico, Sojo (2000) tem título, imagem e legenda como componentes estruturantes. Teixeira (2010), a partir de leituras de De Pablos (1999) e George-Palilonis (2006), adiciona texto introdutório, indicação de fontes e assinatura de autoras a essa estrutura.

Qualquer notícia pode ser acompanhada deste elemento visual (KANNO; BRANDÃO, 1998), mas é preciso atentar-se que, para o público, o uso exacerbado desse recurso torna-se cansativo.

Na visualização, dividir as informações em blocos capta a atenção do leitor. Evitar textos longos: excessos dificultam a leitura. Planejamento e pauta bem definidos garantem o sucesso (KANNO; BRANDÃO, 1998).

O infográfico deve ser carregado de sentido, ao passo que este deve ser completo. " [...] não pode ser construído de maneira aleatória ou que privilegie a estética ou os recursos tecnológicos em detrimento da informação jornalística" (TEIXEIRA, 2010, p.34).

Em relação à infografia, alguns mitos devem ser derrubados. Entre eles, Sojo (2000) cita: a crença de que é um gênero novo, refutável pelos registros históricos visuais datados desde a Antiguidade, por exemplo. A infografia jornalística ter nascido dos avanços da tecnologia é outro mito, o que é falso. Apesar de o gênero dever muito à expansão das tecnologias, as infografias artesanais eram produzidas antes mesmo da inserção dos computadores nas redações. O terceiro mito é a utilização dos termos gráficos, mapas, tabelas e estatísticas como equivalentes à infografia. Esta última explica e/ou descreve uma situação. Os outros elementos demonstram tendências ou resumem parte da informação, e são incorporados à infografia no geral. Sojo (2000) ainda diferencia os termos a partir da ideia de que a infografia utiliza uma combinação palavras e de imagens de alto grau de iconicidade e transforma em visualização os trechos noticiosos.

Em perspectivas de classificações de infografias feitas por Sojo (2000), elas podem ser artesanais ou criadas por meio de um computador. Para esta pesquisa, foca-se neste segundo tipo, em que as infografias serão produzidas por meio de desktop de uso pessoal. Na estética, elas podem ser preto e branco ou coloridas. Aqui, não se fecha a um certo tipo, já que os dados serão responsáveis por dizer qual tipo de visualização adequada para representá-los, influenciando nas cores. Em relação ao tamanho, a infografia pode ser normal ou

megainfografia. Novamente, esta é uma categoria a ser determinada pelos dados. Segundo a finalidade, a infografia pode ser geográfica, de acidentes, cronológica e de possibilidades, e apontam para as respostas das perguntas *Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?*, sendo mais uma categoria a ser definida pelos dados.

Os infográficos se baseiam em diferentes técnicas de trabalho e podem agrupar diversos modelos e estilos. Para ilustrar, seguem algumas exemplificações.

No infográfico “O retrato da violência no mundo”, produzido para a Femini, optou-se por cores claras e neutras, com um tom de rosa, cor associada ao feminino. Na ilustração, uma mulher de olhos fechados, em lágrimas, retratando a dor da violência, tema da visualização, conforme mostra a figura.

Figura 11 - Recorte do infográfico Retrato da violência no Mundo da plataforma Femini



o retrato da violência no mundo

A violência contra as mulheres é um grande problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos das mulheres.

30%

das mulheres em todo o mundo foram submetidas a violência física e / ou sexual por parceiro íntimo ou violência sexual por não-parceiro em sua vida.



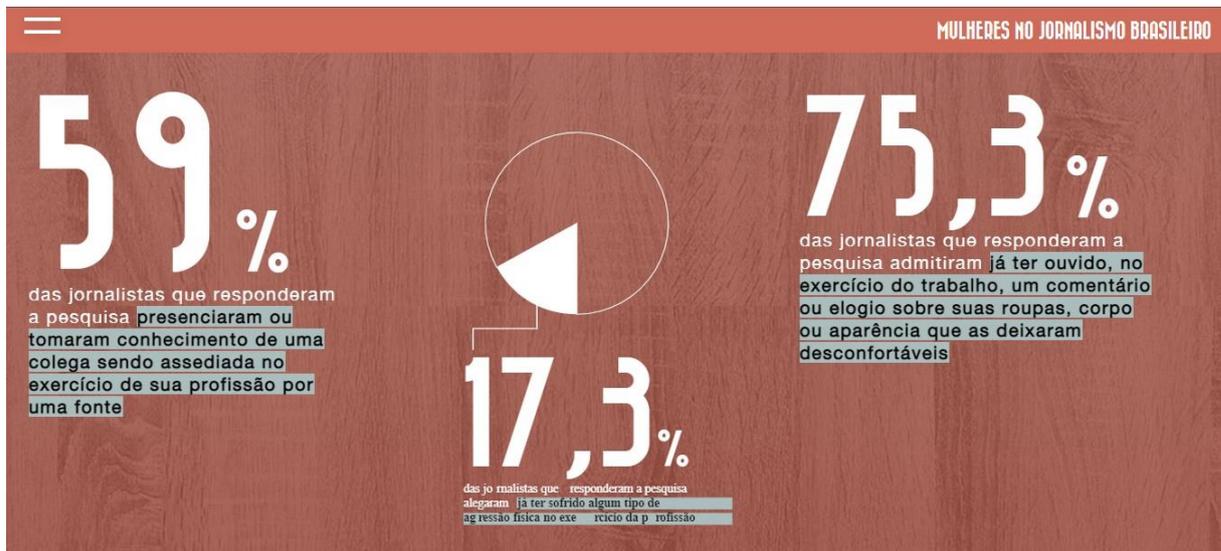
27%

das mulheres de 15 a 49 anos que estiveram em um relacionamento relatam que foram submetidas a alguma forma de violência física e / ou sexual por parte de seu parceiro íntimo.



Na pesquisa Mulheres no Jornalismo Brasileiro, realizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e Gênero e Número, a visualização representa os desafios enfrentados pelas mulheres no exercício da profissão jornalística. Em parte da visualização, encontramos gráficos e porcentagens, bem como suas respectivas legendas.

Figura 12 - Parte da visualização Mulheres no Jornalismo Brasileiro



Fonte: Mulheres no Jornalismo Brasileiro, Disponível em <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/>

Ilustrações também pode fazer parte das infografias, como mostra o próximo exemplo.

Figura 13 - Ilustração na pesquisa Mulheres no Jornalismo Brasileiro



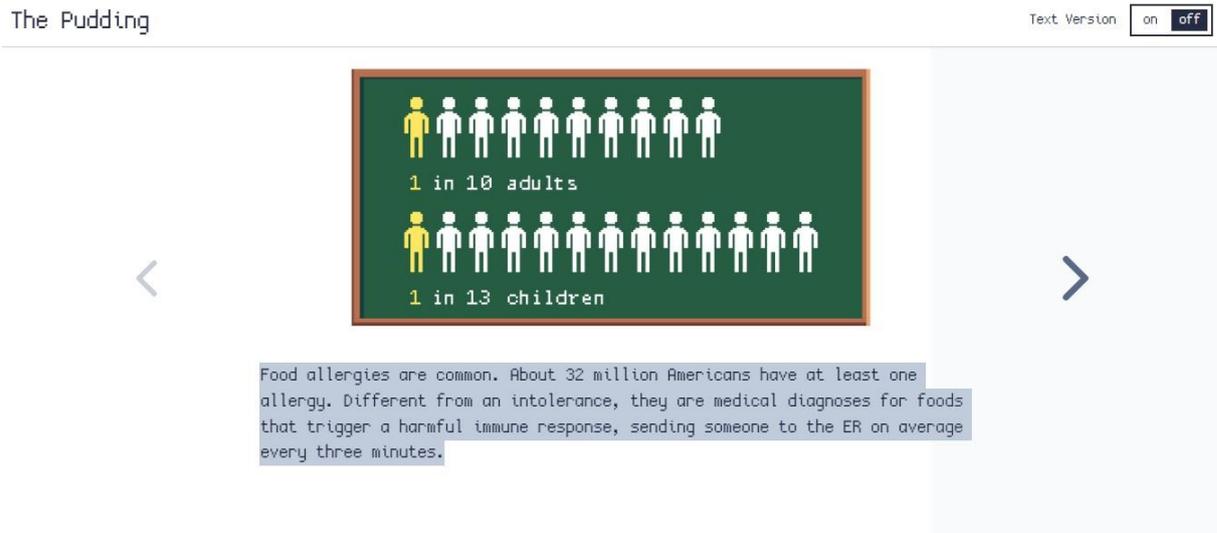
Fonte: Mulheres no Jornalismo Brasileiro, Disponível em <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/>

Nas visualizações produzidas pelo *The Pudding*, publicação digital que faz jornalismo de dados para contar histórias e se autodefine como uma instituição que "cria histórias incríveis com dados"¹⁰, diversos elementos visuais e textuais são explorados, contando com as facilidades de ferramentas on-line e, quando aplicável, com resultados de programação.

A exploração da interatividade é ponto-chave para *The Pudding*. Ao falar sobre alergias alimentares, o infográfico conta com uma navegação que permite ao usuário controlar o ritmo de passagem de informações.

¹⁰ Disponível em: <https://pudding.cool/>

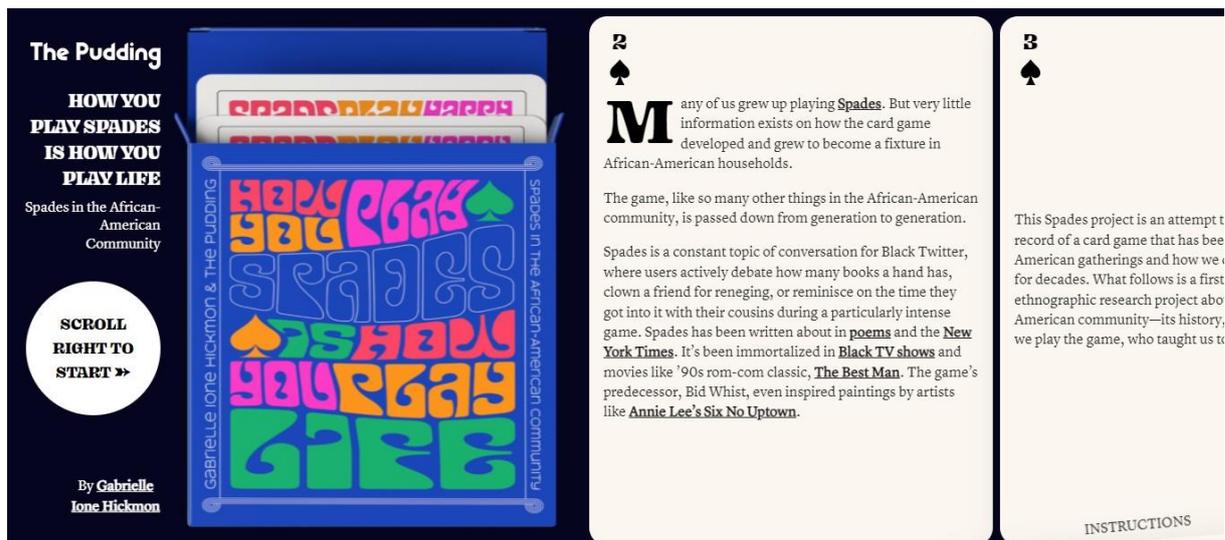
Figura 14 - Trecho da visualização *The Hidden Risks of Sesame Allergies*



Fonte: The Pudding (2021)¹¹

Em *How you play spades is how you play life*, os dados contam qual a relação entre comunidades afro-americanas e jogar baralho, um jogo de cartas. Parte da visualização pode ser vista na Figura 6, abaixo.

Figura 15 - *How you play spades is how you play life*



Fonte: The Pudding (2021)¹²

Ao falar de um jogo de cartas, a opção ilustrativa foi representar os dados dentro do próprio objeto. Aqui, percebe-se que os dados definem o aspecto visual das informações.

¹¹ Disponível em: <https://pudding.cool/2021/12/sesame/>

¹² Disponível em: <https://pudding.cool/2021/08/spades/>

Os exemplos de *The Pudding* e de Mulheres no Jornalismo Brasileiro refletem um trabalho minucioso dentro as visualizações, que são entregues ao público de maneira visualmente estimulante. Porém, os infográficos não precisam ser extravagantes e feitos com diversas ferramentas. Às vezes o simples funciona.

No fluxo de trabalho do Jornalismo Guiado por Dados, após as etapas de extração e análise, tem-se a visualização. Para construí-las, algumas ferramentas estão disponibilizadas no espaço digital.

Mas Costa et al (2020) alerta: as ferramentas importam menos do que os princípios básicos de infografia. O crucial é entender como gráficos funcionam e quais são as formas mais efetivas de usá-los. Para além de entender os dados, é preciso entender a temática. Portanto, para a construção de uma base de dados sobre Violência Contra Mulher, é preciso entender essa violência e, até mesmo, o que é ser mulheres, discussões essas expostas no capítulo a seguir.

Entendendo dados e temáticas, o Jornalismo Guiado por Dados não se torna um conjunto de práticas “sem-coração” (ROGERS, 2017, p.40, tradução nossa).

3 SER MULHER E A VIOLÊNCIA

Em uma busca utilizando operador lógico no Google, a partir do termo "violência contra mulher", são retornados quase 2 milhões e 800 mil resultados¹³. Nos links relacionados a portais de notícias, ocorrências policiais ou ações do judiciário são os tipos de publicação mais frequentes. Em outros links, redirecionamentos para "O que é violência contra mulher?", "Violência contra a Mulher: causas e consequências", e para dossiês e relatórios com quantitativos de vítimas. A partir dessa busca, em uma análise empírica, nota-se que a Violência contra Mulher é rotineira, sendo um fator que compõe cidades, estados e o Brasil inteiro. Para Teles e Melo (2002), o assunto sequer chega a ser comovente por ser banalizado, tratado como algo que faz parte do dia a dia.

Essa violência é " [...] um fenômeno antigo que foi silenciado ao longo da história" (TELES; MELO, 2002). Isso é uma consequência da própria percepção que a sociedade tem sobre o que é ser mulher.

Historicamente, as mulheres são uma ausência presente (PEREZ, 2019). O "homem", ou o "masculino", é o padrão. As vidas masculinas são utilizadas para representar a humanidade no geral e as vidas das mulheres só serão consideradas quando especificadas, em um processo que Perez (2019) chama de "masculino até que se diga o contrário" (do inglês *male-unless-otherwise*, p.127, tradução nossa).

Para exemplificar esse cenário, Perez (2019) traz o caso do Guerreiro de Birka. Em 1889, arqueólogos encontraram em Birka, antigo território viking na Suécia, um túmulo do século 10 com restos mortais. No local, armas, espadas, lanças, escudos e mapas para estratégias militares, além de dois cavalos sacrificados, elementos que apontavam para a identidade do esqueleto: um guerreiro, ou seja, um homem. Apesar da pélvis indicar que o fóssil pertencia a uma mulher, os estudiosos afirmavam que os itens encontrados pertenciam a um homem, já que, segundo os registros, eram os homens que ocupavam a função de guerreiros. Portanto, não havia justificativa para os restos mortais serem femininos. Por pouco mais de 120 anos, essa foi a crença. Em 2017, novas pesquisas foram feitas sobre o Guerreiro de Birka e testes de DNA trouxeram a reviravolta: era uma mulher. Esta verdade, porém, foi questionada e teorias surgiram: os ossos poderiam ter sido misturados ou outras razões ainda não esclarecidas eram o motivo por que havia uma mulher enterrada com itens bélicos. Nessa situação, Perez (2019), afirma: esqueletos masculinos nessas exatas condições não seriam questionados. Mas a

¹³ Referente a janeiro de 2022.

possibilidade de uma mulher ter sido uma guerreira abriu caminho para novos questionamentos: quantas outras também exerceram essa função? A pesquisa continuou e descobriu-se que nem de longe a Guerreira de Birka foi a única mulher a ter trabalhado em serviços bélicos. Perez (2019) fez uma leitura do *The Guardian* e, em uma reportagem feita por Natalia Haynes, se surpreendeu com um fato: na Eurasia, um conjunto entre a Europa e Ásia, há registros de mulheres guerreiras, a exemplo dos Citas¹⁴, em que 37% de mulheres e meninas desse povo eram guerreiras ativas.

O "masculino até que se diga o contrário" não está inserido apenas em resultados de pesquisas. Está enraizado mais além: na língua. A palavra homem é usada de maneira ambígua, tanto para representar o masculino quanto para a espécie humana em geral (PEREZ, 2019). Beauvoir (2009) também traz uma equivalente reflexão ao afirmar que “O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos ‘os homens’ para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo latino vir o sentido geral do vocábulo homo” (p.14). Lutar contra essa realidade pode ser exaustivo, já que as palavras, e, portanto, as ideias e coisas que elas significam, têm uma história (SCOTT, 1995). Palavras essencialmente neutras são lidas como masculinas e a forma masculina fala por todos os gêneros. Isso repercute em como pensamos e interpretamos o mundo ao nosso redor. Por isso, essa é uma razão para entender as diferenças entre “homem”, “mulher” e “gênero”, na intenção de transformar leituras.

A distinção básica entre homem e mulher acontece pelo “sexo”, que, a partir de características biológicas, determina se um ser é masculino ou feminino. Levando em consideração o “gênero”, a distinção ganha traços mais sociais, sendo culturalmente construído.

Gramaticalmente, "gênero" é uma forma de classificação de seres ou objetos, por meio de agrupamento de similaridades e particularidades. Em uma aparição mais contemporânea, gênero tem significados sociais impostos sobre os fatores biológicos, ou seja, "a forma como as mulheres são tratadas porque são percebidas como mulheres" (PEREZ, 2019, p.76). Butler (2019) traduz esse entendimento de gênero em significado cultural assumido pelo corpo sexuado. Para essa autora, o termo é um artifício flutuante, já que “homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino” (p.19).

¹⁴ Povo da Antiguidade Clássica formado por nômades. O pastoreio era a principal atividade econômica desenvolvida por eles. Os citas estabeleceram-se em uma antiga região conhecida como Cítia, entre as fronteiras de Mongólia, China, Rússia e Cazaquistão.

A partir dessa concepção, fortalece-se que “ser mulher” está associado ao papel assumido.

Scott (1995) menciona que entender o processo histórico da utilização de "gênero" pode ajudar a entender no que as pesquisas se sustentam. A autora explica que algumas pesquisadoras feministas eram focadas em estudos sobre as mulheres, e que essa seria uma maneira de impor um "reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente" (SCOTT, 1995, p.73). Em uma utilização simples, "gênero" é tido como sinônimo de "mulheres" (SCOTT, 1995). Isso justifica a utilização dos termos "violência contra mulher" e "violência de gênero" como equivalentes, apesar do último se referir a uma violência exercida contra uma pessoa com base em seu sexo ou gênero, sendo as mulheres as maiores vítimas.

Scott (1995) lembra que, dentro dos estudos feministas nos anos 80, tentou-se criar um distanciamento político nas pesquisas científicas e que o termo "gênero" é interpretado de maneira mais neutra e objetiva do que "mulheres". Segundo a autora, "história das mulheres" demonstra uma posição política, afirmando que mulheres são sujeitos históricos, ao contrário de "gênero", que inclui o sexo feminino sem nomear, não sendo "uma forte ameaça" (p.75).

"Gênero" é também utilizado nas relações sociais entre os sexos, distinguindo os papéis atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995). Gênero se refere a pessoa, tal como concebida em um esquema simbólico particular (HEILBORN, 2019). Mas quais os papéis atribuídos às mulheres? O que as caracteriza como mulheres?

Para Beauvoir (2009), a mulher é, como o homem, um ser humano. A afirmação é abstrata e esconde a construção social por trás do termo "mulher", em que a definição é relativa ao homem, não sendo considerada um ser autônomo. "O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro" (BEAUVOIR, 2009, p.15). Para esse Outro, há um papel de submissão.

os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado handicap. Em quase nenhum país seu estatuto legal é idêntico ao do homem, e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. (BEAUVOIR, 2019, p.19).

A ideia do papel submisso da mulher se perpetua fortemente na sociedade. No passado, para explicar esse fenômeno, razões religiosas eram apresentadas: para sacerdotes, filósofos, escritores e sábios, a submissão era desejada no céu e proveitosa à Terra (BEAUVOIR, 2009). Uma consequência desse comportamento é a definição de mulher se reduzir a aquela que pode gerar uma nova vida, biologicamente. Aqui, encontra-se um forte papel social: ser mãe. Está

tão naturalizado que não se leva em conta “que em nossas sociedades os nascimentos são planejados (demograficamente), esquecendo que nós mesmas somos programadas para produzir filhos, embora esta seja a única atividade social, ‘fora a guerra’, que representa um enorme risco de morte” (WITTIG, 2019).

O papel de submissão da mulher não está apenas na relação com a maternidade. Em um panorama histórico, Chauí (1985) explica o retrato da "imprudência feminina" (p.28) como a causa dos males do mundo. A Caixa de Pandora, o mito da chegada da primeira mulher à Terra e com ela a origem de todas as tragédias, ganha versões em todas as sociedades. No aspecto religioso há também uma versão, com Eva oferecendo o fruto proibido à Adão.

Na Antiguidade, as mulheres, como lembra Chauí (1985), eram representadas como trágicas, causadoras de crimes e as próprias criminosas. Nas histórias gregas, por exemplo, Helena e Antígona quebravam as leis aristocráticas; Jocasta foi uma vítima, mas justificou o crime de incesto de Édipo; Electra recusou o casamento e escolheu não ter filhos, ato considerado destruidor da feminilidade. Avançando para a Roma Antiga, as mulheres não possuíam nome próprio, sendo identificadas pelo nome do pai. Eram pessoas que possuíam direito, mas jamais o direito público, apenas o privado.

O nascimento e fortalecimento do Cristianismo fez surgir uma nova figura para a mulher: a Virgem Maria, "mediadora de todas as graças, imaculada na concepção" (CHAUÍ, 1985, p. 29). Iniciava-se aqui uma repressão sexual, principalmente em torno das mulheres, que deveriam se manter puras. Na Idade Média, com a Igreja Católica em constante convívio com religiões não-cristãs, a sexualidade era tratada de forma variada, tendo a repressão se fragilizado. Porém, a necessidade de estabelecer linhagens e dinastias gerou a institucionalização do casamento como algo feito para a perpetuação da família, e o sexo por prazer era abominado. Nesse ponto da história, o corpo feminino passa ser amplamente sexualizado e lido como fonte de pecado, "basta o desejo imaginário ou o prazer imaginário para que haja pecado, não sendo preciso sequer ver, ouvir ou tocar" (CHAUÍ, 1985, p. 30).

No século XVII uma forma interpretação do corpo da mulher sob a perspectiva religiosa ganha força: a de um ser assexuado, incapaz de prazer, constituído apenas para a procriação. Nesse mesmo século, o capitalismo já estava sendo moldado. Leacock (2008) aponta que a competitividade inerente à estrutura capitalista reforçou sistemas de opressão; a própria história do desenvolvimento capitalista foi escrita de uma perspectiva masculina - e branca - derivando quase totalmente de processos internos europeus. Nas origens desse sistema, ocorreu a introdução do trabalho assalariado para os homens. O comércio acelerou o processo de consolidação das famílias, resultando em mulheres e crianças dependentes de homens. Aqui,

nasceu ainda a ideia de que lugar de mulher era em casa (DARMANGEAT, 2017). O direito à propriedade foi garantido aos homens; atribuições formais de qualquer autoridade pública também eram exclusivas deles. Para Darmangeat (2017), em sociedades com classes sociais e Estado, há subordinação da mulher.

Por meio desse breve regaste histórico, é possível entender como se deu a construção social do "ser mulher". À mulher, foi estabelecido um exato lugar social e cultural, desprovido de liberdade, e amplamente dependente. "Não nos referimos apenas à dependência econômica, política, cultural, mas à dependência originária que legitima as outras, dela decorrentes" (CHAUÍ, 1985, p. 47).

Apesar de algumas sociedades antigas terem dado às mulheres papel igual ou superior aos homens (DARMANGEAT, 2017), eles conseguiram reverter os papéis e "impor o patriarcado, do qual as sociedades ocidentais nunca saíram" (DARMANGEAT, 2017, p.21)

Conquistas para as mulheres foram alcançadas: após o movimento das sufragistas, no início do século XIX, o direito ao voto foi dado às mulheres; em 2002, no Código Civil Brasileiro, a palavra "homem" foi substituída por "pessoa", dando ao homem e a mulher direitos iguais no casamento. Porém, as conquistas ainda não foram capazes de suprimir a relação de dependência imposta socialmente. Nessa dependência, as mulheres se tornam "seres para os outros" (CHAUÍ, 1985, p.47), em que são definidas como esposa, mãe e filha e essa subjetividade as colocam em uma posição de possíveis vítimas de violência, já que naturalizaram uma posição de submissão. Nas palavras de Han (2017), a dominação lança mão da internalização da violência. Dessa forma, a relação dominador-submisso conta com mecanismos para que o "sujeito de obediência internalize as instâncias de domínio exteriores transformando-as em parte componente de si" (p.13).

3.1 VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

A violência caracteriza-se por ser uma ruptura que qualquer forma de integridade da vítima (SAFFIOTI, 2004). Agressão física e psicológica; coerção; liberdade suprimida; humilhação; lesões; homicídios. Esses são alguns elementos que ferem a integridade, ou seja, são violência. Em definição, ela é compreendida como uma forma de restringir a liberdade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, por meio de repressões ou ofensas físicas e morais (TELES; MELO, 2002).

É importante compreender o que é a violência e não apenas reduzi-la ao homicídio. A Violência contra Mulher, por exemplo, não se manifesta unicamente pelos assassinatos. Estes

são “o resultado do acúmulo de 'pequenas' violências vivenciadas cotidianamente pela mulher” (SORJ; MONTERO, 1985, p.104). Uma mulher vítima de violência é vítima de um sistema de socialização, em que há uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher.

os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. Ou seja, não é a natureza a responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis e submissos às mulheres. Os costumes, a educação e os meios de comunicação tratam de criar e preservar estereótipos que reforçam a ideia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres. (TELES; MELO, 2002, p.11)

Darmangeat (2017) afirma que surgiu um amplo interesse pelas questões feministas em nos anos 1970. Com as discussões acontecendo, várias temáticas ganharam visibilidade, entre elas a Violência Contra a Mulher, amplamente debatida pelos movimentos feministas. A expressão "violência contra mulher", inclusive, foi trazida à tona por esses movimentos, no fim dos anos 70 (TELES; MELO, 2002). Essa década foi marcada por uma cobertura midiática de casos de assassinatos de mulheres, esses cometidos por maridos, ex-maridos e companheiros (BANDEIRA, 2019). A militância feminista se mobilizou para pedir políticas públicas de combate à violência contra mulher. Outro termo difundido por feministas, em especial as feministas inglesas, é o feminicídio, mulheres assassinadas por questões de gênero. Por homicídio carregar o prefixo de homem, as feministas optaram por um termo que desse visibilidade ao problema.

Por um determinado período, a Violência Contra Mulher era interpretada como uma defesa à honra. No caso da socialite brasileira Ângela Diniz, por exemplo, a legítima defesa da honra justificou o crime. Em 1976, Doca Street, como era conhecido Raul Fenando Street, matou Ângela, descarregando seu revólver no rosto da socialite. O réu foi absolvido, já que havia sido traído pela mulher, e os tiros foram efetuados para defender a honra. Porém, como explica Bandeira (2019), a reação popular resultou no cancelamento do julgamento e uma nova condenação aconteceu; dessa vez, Doca Street foi preso por homicídio. Saffioti (2004) também traz alguns exemplos de justificativas: no Nordeste, entre os anos 70-80, um homem marcou a companheira com ferro em brasa utilizado para marcar gado. As iniciais MGSM, da expressão *mulher galheira só morta*, passaram a fazer parte do corpo da esposa porque o marido suspeitou de infidelidade. Em 1987, em Rondônia, uma jovem de 22 anos foi atacada pelo ex-companheiro. Maria Celsa da Conceição, que trabalhava como modelo, teve álcool jogado no

corpo e foi empurrada sobre o fogão aceso, em uma ação de vingança pela separação. As queimaduras atingiram metade do seu corpo, incluindo a face. Feministas e médicos foram solidários e garantiram algumas cirurgias plásticas para Maria Celsa, que foi submetida a pelo menos 30.

Além da “defesa à honra”, outras justificativas são utilizadas pelos agressores para dar razão às situações de Violência. Saffioti (2001) interpreta essas justificativas como uma forma de os homens demonstrarem seu poder: se uma mulher foge à regra social do que é ser mulher, os homens têm autorização, ou pelo menos tolerância, para puni-las. "Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência" (SAFFIOTI, 2001, p.115).

O tratamento judicial e penal dado a Violência Contra Mulher transforma a ação de “defesa a honra” a um ato de violência, dando novos caminhos para punição dos agressores e não minimizando essa violência. Quando não há um tratamento adequado para os casos de violência, os culpados saem impunes. A impunidade de casos anteriores gerou revolta nas mulheres, que se mobilizaram para pedir ações. Na agenda feminista brasileira, essa mobilização tornou a Violência contra Mulher a pauta principal do movimento, o que permitiu um diálogo amplo para fora dos limites dos espaços de militância, como a academia, por exemplo. Permitiu ainda a organização da sociedade civil, por meio das organizações não governamentais (ONGs).

No Brasil, em 1980, surgiu o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher. Sorj e Montero (1985) explicam que o surgimento desse Centro era uma forma de combater, também, uma ideia divulgada nos meios de comunicação: o pensamento de que violência contra as mulheres se manifestava unicamente pelos assassinatos. A partir do entendimento que não apenas assassinatos significavam violência contra mulher, em meados de 1990, o movimento feminista começou a exercer uma forte pressão para que o sistema policial e de justiça amparassem as vítimas. Nessa época, foram criados o SOS Corpo de Recife, São Paulo, Campinas e Belo Horizonte, que contribuíam para a politização da violência contra mulher, buscando uma resposta do Estado. A resposta veio em 1985, com a criação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher - DEAMs. A iniciativa, como explicada por Bandeira (2019), era pioneira e vários países da América Latina adotaram o modelo. As DEAMs supriam a falta de uma delegacia especializada para o atendimento à mulher. Nas delegacias comuns, as vítimas eram submetidas a constrangimentos e humilhações, o que resultava em ausência do registro da

queixa em boletim de ocorrência (BO), ainda mais quando precisavam comparecer à delegacia de polícia repetidas vezes (BANDEIRA, 2019).

Para Bandeira (2019), as DEAMs traziam ainda mais uma contribuição: o reconhecimento de que a maioria das brasileiras sofria agressões cotidianas. Assim, uma DEAM é capaz de revelar fatos sociais, como por exemplo o fato de que "em qualquer classe social há violência contra a mulher" (TELES; MELO, 2002, p.7).

Ao lado das DEAMs, surgem as Casas Abrigo, um serviço de acolhimento institucional para mulheres vítimas de violência. Em 2005, mais uma conquista foi alcançada no combate à Violência contra a Mulher: a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres criou o Ligue 180, uma Central de Atendimento à Mulher. O serviço oferece acolhimento e atendimento qualificado às vítimas, registrando e encaminhando denúncias aos órgãos competentes, além de registrar reclamações, sugestões ou elogios sobre o funcionamento dos serviços de atendimento.

As conquistas institucionais refletiam na academia. No campo das ciências sociais, como exemplifica Bandeira (2019), disciplina, cursos e grupos de trabalhos foram criados, além de fóruns acadêmicos e a instalação de núcleos de estudos e pesquisas nas universidades. Apesar das conquistas de combate a violência, os tipos de violência para além do assassinato são compreendidos e ganham credibilidade apenas quando há registros concretos de que ocorreram. Assim, tem-se uma necessidade de categorizar os tipos de violência, para melhor compreensão do ato.

Na Violência contra Mulher, como aponta Teles e Melo (2002), a intenção do homem é ter esta mulher como propriedade, tê-la sob controle. Essa intenção pode se apresentar em diversas formas. Em *O que é Violência Contra Mulher*, Teles e Melo (2002) pontuam tipos de violência dos quais as mulheres podem ser vítimas:

1. Violência Doméstica - Acontece dentro de casa, no berço familiar, e, apesar de poder acontecer entre homens e mulheres, estas últimas são o alvo principal.

2. Violência intrafamiliar - Fora do espaço doméstico, entre membros de uma mesma família, sendo mulheres as vítimas principais.

3. Violência sexual - Abrange casos em que a pessoa é forçada por um agressor a manter relações sexuais contra vontade. Estupro, abuso sexual (praticada contra crianças e adolescentes), manipulação, importunação sexual, uso de força física e ameaças estão dentro deste tipo de violência.

4. Violência conjugal - Acontece dentro das relações entre marido e mulher, ou dentro de uniões estáveis. Pode ocorrer entre ex-cônjuges.

5. Violência interpessoal - Prática de violência entre pessoas que se conhecem

6. Violência Patrimonial - Danos aos bens materiais ou não de uma pessoa, além de retenção de objetos, documentos, valores econômicos etc.

7. Violência sexista - Discriminação sexual, em que casos de assédio sexual também estão presentes. Esse assédio se caracteriza por um homem em situação de poder ameaça constantemente a mulher.

8. Violência Psicológica - Ações ou omissão que resultam em humilhação da outra pessoa, além de controle de atos, comportamentos e decisões.

Dentro da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006¹⁵, são definidos 5 tipos de Violência Contra Mulher.

1. Violência Física - ofensa à integridade ou saúde corporal.

2. Violência psicológica - dano emocional, diminuição da autoestima, controle de ações, comportamentos e decisões, chantagem, violação da intimidade, ridicularização.

3. Violência sexual - constrangimento a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, além de limitação e anulação do exercício dos direitos sexuais e/ou reprodutivos.

4. Violência patrimonial, retenção, subtração, destruição de bens, valores, documentos pessoais ou direitos.

5. Violência moral - calúnia, difamação ou injúria.

A Lei n. 11.340 é conhecida como Lei Maria da Penha e representa um marco para o Combate à Violência contra Mulher no Brasil. Antes dessa Lei, os casos eram tratados pelo Juizados Especiais Criminais. Criados pela Lei nº 9.099 de 1995, a competência dos Juizados era julgar os crimes classificados como de menor potencial ofensivo, entre eles o de violência contra a mulher. Segundo Bandeira (2019), esses juizados nasceram da necessidade de ampliar o acesso da população à justiça. Porém, a classificação de "menor potencial ofensivo" não considerava as relações de poder envolvidas nos casos de violência contra mulher. Por exemplo: conflitos domésticos não eram bem analisados, e havia uma incapacidade de proteger a vítima. Esses Juizados Especiais não eram suficientes para comportar a complexidade dos casos, levando feministas, pesquisadores e ONGs a reagir. Era preciso uma lei específica. O Estado, conforme explicita Bandeira (2019), já havia assumido compromisso com tratados internacionais de direitos humanos para trazer políticas institucionais ao combate à violência contra mulher. A Convenção de Belém do Pará era uma iniciativa do compromisso brasileiro: o instrumento internacional da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização

¹⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

dos Estados Americanos foi adotado por vários países em conferência realizada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994. Foi o primeiro tratado internacional que criminalizava todas as formas de violência contra a mulher.

Esse instrumento considerava violência psicológica e moral como violência contra a mulher, o que "deu margem para a elaboração assertiva da Lei Maria da Penha" (BANDEIRA, 2019, p.332).

Assim, a Lei Maria da Penha, que completou 15 anos em 2021, define as formas de violência, além de estabelecer estratégias de prevenção, assistência e proteção às mulheres. Por meio dessa Lei, há articulação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Para Bandeira (2019), um dos benefícios da implementação dessa Lei é a visibilidade dada à violência praticada contra a mulher. Desde que foi sancionada as denúncias têm crescido, o que resulta em dados sobre a temática.

3.2 VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO MARANHÃO

Com a visibilidade dos dados sobre Violência contra Mulher, é possível entender o cenário brasileiro e fazer recortes locais. Segundo o Atlas da Violência 2021 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada¹⁶, 50.056 mulheres foram assassinadas no Brasil de 2009 a 2019. Desse total, 31.267 eram mulheres negras. No Maranhão, no mesmo período, 1.402 mulheres foram mortas, sendo 1.170 negras.

Só em 2019, 3.737 mulheres brasileiras tiveram suas vidas tiradas e 66% eram negras. Neste mesmo ano, o Maranhão registrou 114 casos de homicídios de mulheres, sendo 93 negras.

Se dentro uma sociedade com cultura patriarcal as mulheres encontram-se vulneráveis, para as negras a situação é intensificada, pois elas estão expostas a diversos outros fatores geradores de violência: desigualdades socioeconômicas, racismo, intolerância religiosa, conflitos conjugais entre outros (ROMIO, 2013). Para Carneiro (2003), o racismo é fator que mais gera impactos nas relações de gênero e resulta em desigualdade.

Raça e sexo são categorias que justificam discriminações e subalternidades, construídas historicamente e que produzem desigualdades, utilizadas como justificativas para as assimetrias sociais, que explicitam que mulheres negras estão em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais (CARNEIRO, 2017, p. 19).

¹⁶ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>

A raça é um marcador social de diferença, que constrói hierarquias e gera discriminações (SCHWARCZ, 2012). No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE mostra que 54% da população é negra. No Maranhão, este grupo representa 74% da população.

Historicamente, opressões baseadas em raça resultaram em exclusão social para essa maioria brasileira. A escravidão no Brasil começou no início do século XVI, em 1535 e só terminou 353 anos depois em 13 de maio de 1888. Os escravizados eram os homens e mulheres negras e serviam como mão de obra na produção açucareira, trabalho que realizavam sob duras repressões. No Repertório Bibliográfico sobre a Condição do Negro no Brasil, Souza e Paiva (2018) afirmam que a história da desigualdade racial se confunde com a própria formação da identidade nacional. O fim do regime escravocrata veio sem qualquer compensação pelos anos de escravidão. Os quilombos, o local de liberdade para os negros, por vezes instalados longe dos centros urbanos, se estabeleceram como refúgio para os recém-libertos. Trabalho remunerado era um sonho distante: o Estado pós-escravidão optou por investir na imigração europeia como fonte de mão de obra.

Essa iniciativa estatal teve o intuito declarado de “embranquecer” o povo brasileiro, com base em uma visão eugenista da sociedade e no racismo científico em voga no início do século XX, reforçando o racismo cultural que possibilitou a manutenção da escravidão de negros no Brasil por mais de três séculos. (SOUZA; PAIVA, 2018, p.13).

Desde o fim da escravidão por meio da Lei Áurea, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, os negros viviam na ilegalidade. Um século sem direitos. Com a Constituição, a expectativa era fomentar a igualdade racial. Em 2003, houve a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Em 2010, foi aprovada a Lei nº 12.288/2010, o Estatuto da Igualdade Racial. O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça foi lançado em 2011. Apesar dos avanços nos campos social, legal e institucional, o racismo ainda faz partes das estruturas do Brasil. Para Ramos (2021), esse preconceito pode resultar em discriminação racial, violência racial e genocídio negro. em 2019, os negros representaram 77% das vítimas de homicídios no país.

Os anos de escravidão configuraram as relações subsequentes que os negros vivenciaram - e vivenciam - na história nacional. As mulheres negras não estiveram - a não estão - isentas dessa opressão. Elas representam 23,4% do total da população brasileira.

Nos Estados Unidos, o feminismo negro ganhou força entre 1960 e 1980, com a fundação do *National Black Feminist*, grupo organizado que passou a estudar e escrever sobre

suas lutas, criando uma literatura feminista negra. No Brasil, foi em 1980 que o movimento mostrou sua presença. Moreira (2007) estabelece que a partir do III Encontro Feminista Latino-Americano ocorrido em Bertioga, São Paulo, em 1985, aconteceu uma expressão coletiva de mulheres negras, com realizações de encontros estaduais e nacionais, consolidando um discurso feminista negro.

Nos estudos brasileiros dessa corrente, entende-se que, associado à História do Brasil, o papel da mulher branca é o de esposa e mãe. Em contrapartida, "sua correspondente no outro polo, a mulher negra é considerada uma mulher essencialmente produtora, papel semelhante ao do homem negro, isto é, desempenha um papel ativo" (NASCIMENTO, 2019, p. 284). Além de produtora, esta mulher era percebida, no papel de mãe, como fornecedora de mão de obra em potencial (NASCIMENTO, 2019, p. 285).

Em 1930, o processo de industrialização mudou as dinâmicas sociais, já que a expansão industrial e do setor de serviços pedia mudanças nos papéis exercidos. Porém, o critério racial manteve-se como dinâmica de estabelecimento de ocupação de espaço nas hierarquias de classes. "Assim, os negros ocupam de maneira contínua os mesmos lugares na hierarquia social, desobrigando-se a penetrar em espaços designados para os grupos de cor mais clara e perpetuando dialeticamente o processo de domínio social e privilégio racial" (NASCIMENTO, 2019, p.286).

À mulher negra restou o mesmo espaço e papel que lhe foi atribuído na época da escravidão. O papel de trabalhadora a fez ser recrutada para empregos domésticos nas áreas urbanas ou que permanecesse como trabalhadora na zona rural. "Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra como por seus antepassados terem sido escravos." (NASCIMENTO, 2019, p.286).

A negação de direitos e privilégios aos negros e às negras resultaram na vulnerabilidade desses grupos. Dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e a cargos públicos, exclusão de espaços sociais e acadêmicos, recusa de tratamento igualitário no sistema de justiça. Todos esses fatores fizeram com que homens e mulheres negras estivessem à margem da sociedade.

[...] pesquisas recentes baseadas nos recenseamentos de 1940, 1950 e 1970 registram que a mulher branca conseguiu maior acesso ao curso superior, diminuindo proporcionalmente a desigualdade entre ela e o homem branco. A realidade não é a mesma quanto à população negra e mestiça, menos ainda em relação à mulher negra. (NASCIMENTO, p. 287)

Sendo a educação um fator essencial para acesso às melhores oportunidades de empregos, a mulher negra tem possibilidades menores que qualquer outro grupo. Para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a educação permite prevenção de casos de violência, pois ela garante o acesso à informação, o que leva a vítima (ou as pessoas de seu convívio), a reconhecerem os casos de violência para além da física (DATAFOLHA; FBSP, 2019).

Se o retrato da mulher vítima de violência é representado por uma negra, esse retrato não parece deixar visível a idade. Segundo os dados da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, em São Luís, foram 280 mulheres vítimas de importunação sexual do período de 2019 a 2020. A grande maioria delas eram jovens de 18 a 24 anos. No mesmo período, 2597 mulheres sofreram lesão corporal, e adultas de 35 a 64 anos totalizaram o maior número de casos: 1054. Ainda nesse recorte temporal, 44 foram vítimas de assédio sexual e mulheres de 18 a 24 foram a que mais sofreram: 16 delas registraram a violência.

No Maranhão, há esforços institucionais para mudar esses números. A 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher foi criada em 2008, em São Luís, e representou uma ação do judiciário para julgar práticas de violência doméstica. Em 2017, a 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar foi estabelecida para dar celeridade aos processos e medida protetivas.

A Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada em 2017 na capital maranhense, sob responsabilidade da Secretaria da Mulher do Estado do Maranhão. À esta instituição compete os atendimentos aos serviços que compõem a Rede de Atendimento Especializada à Mulher: delegacia da mulher, juizado, apoio psicossocial etc. No mesmo ano, a 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar passou a funcionar dentro da Casa.

As duas Varas são responsáveis por divulgar a Pesquisa Social, instrumento que contém relatórios anuais sobre os processos registrados. Os relatórios também ajudam a traçar o cenário local de violência. Bezerra e Rodrigues (2021) analisaram os registros da Pesquisa Social dos anos de 2009 a 2019, com o objetivo de definir o perfil da vítima e do agressor. As mulheres declaradas solteiras foram as que mais procuraram os serviços de proteção oferecidos pelas Varas. Para as autoras, o estado civil é um fator que predispõe as denúncias, já que o vínculo matrimonial é inexistente. No quesito escolaridade, a Pesquisa Social carece de dados. Isso compromete a compreensão da relação entre escolaridade e denúncia na capital maranhense, mas, conforme Bezerra e Rodrigues (2021), políticas públicas com foco em educação da população, como campanhas de prevenção, são aliadas no combate à Violência contra Mulher.

Os dez anos de registros analisados pelas pesquisadoras apontam que a maioria das mulheres se autodeclaram donas de casa, ou seja, dependentes de terceiros. Apesar da Pesquisa

Social não compreender o quesito raça, Bezerra e Rodrigues (2021) conversaram com os servidores responsáveis pelos relatórios, que afirmaram serem as mulheres negras a maioria das vítimas que buscam a assistência.

A visibilidade que divulgação de relatórios e dados traz à Violência Contra Mulher é reflexo do direito universal ao acesso a informações públicas, garantido pela Declaração Universal de Direitos Humanos. Por meio desse direito, a proteção dos outros direitos humanos é praticada (ARTIGO 19, 2015), já que funciona como uma forma de mobilização da sociedade civil e do Estado. Assim, se há acesso às informações sobre Violência Contra Mulher, há maneiras de criar políticas públicas para o combate ao problema. Portanto, a utilização de dados fazem parte da disponibilização de informações e o jornalismo pode funcionar como ferramenta social para dar mais visibilidade a essa violência.

3.3 JORNALISMO, DADOS E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Políticas públicas inadequadas ou insuficientes podem ser resultantes da falta de informação (ARTIGO 19, 2015). A Convenção de Belém do Pará, chamada de Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher no decreto n. 1.973 de 1º de agosto 1996¹⁷, dispõe que é dever do Estado pesquisar e coletar dados e informações sobre violência contra a mulher, na intenção de avaliar a eficiência das medidas tomadas para o combate dessa violência. Na Lei Maria da Penha, dados estatísticos e informações são uma recomendação específica: a Lei institui que os dados precisam ser sistematizados e unificados nacionalmente.

O cumprimento dessas recomendações encontra suas dificuldades, entre elas: ausência de dados categorizados por idade, raça, bairro etc. de fontes confiáveis; diferentes órgãos e setores dos governos nos estados e municípios armazenando dados, sem uma padronização; inexistência de dados desagregados por variáveis relevantes para as análises das políticas; baixa qualidade das informações existentes; forma não padronizada de divulgação e disponibilização; cobertura irregular e parcial das informações; insuficiência no cruzamento e análise de informações intersetoriais; falta de treinamento dos funcionários públicos para a prestação de informações (ARTIGO 2019, 2015).

A necessidade de acesso a dados consistentes e sistemáticos sobre Violência contra Mulher resultou na instituição da Política Nacional de Dados e Informações Estatísticas

¹⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm

Relacionadas à Violência contra a Mulher - PNAINFO. Estabelecida pela Lei n. 14.232, de 28 outubro de 2021¹⁸, essa Política visa integrar uma base de dados dos órgãos de atendimento à mulher dos poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, além de uma produção e gestão transparente das informações.

Ainda em construção, a Base de Dados Nacional pode solucionar problemáticas de acesso a informações sobre Violência Contra Mulher. Enquanto a Base não é concretizada, a sociedade se utiliza de outras ferramentas para dar visibilidade a essa violência. Entre as ferramentas, o jornalismo.

O jornalismo garante ao público o acesso ao entorno social a partir de uma interpretação do mundo (KARAM, 2014). Assim, ao trabalhar pautado na Violência contra Mulher, o jornalista gera informação e produz conhecimento. "Pode-se entender, por meio do jornalismo, no cotidiano e imediato, o que os estudos na área representam ou poderiam representar para as pessoas" (KARAM, 2014, p. 200).

Na construção da pauta, o jornalista deve ter alguns cuidados para não minimizar a Violência Contra Mulher ou culpabilizar a vítima. A abordagem também carece de atenção. Segundo Belisário e Reis (2019), uma cobertura individualizada, relatada a partir de um viés policial, não traz a amplitude do problema.

Nesse sentido, o Jornalismo Guiado por Dados pode ser interpretado como uma ferramenta capaz de trazer a Violência Contra Mulher em uma perspectiva para além do boletim de ocorrência, já que ao utilizar dados, como afirma Lorenz (2014), o jornalista será capaz de juntar informações, filtrar e visualizar o acontecimento para além do que os olhos podem ver.

No que tange a questões das mulheres de maneira geral, o JGD já se faz presente. D'Ignazio (2021) defende que uma abordagem feminista a partir desse jornalismo leva a um questionamento sobre quem está no poder, além de focar atenção nas instituições e práticas preexistentes, na intenção de analisar se elas favorecem o status quo de homens no topo. No livro *Data feminism*, D'Ignazio e Klein (2010) trazem o conceito de Feminismo de dados, uma maneira de pensar sobre os dados, seus usos e limites, alinhados ao pensamento feminista. O ponto de partida para o feminismo de dados é distribuição não igualitária de poder.

Ao trabalhar com dados em uma perspectiva feminista, as autoras elencam alguns pontos de ação inerentes ao trabalho desenvolvido: 1) análise do poder; 2) desafio do poder; 3) valorização de múltiplas formas de conhecimento; 4) avaliação e reavaliação de hierarquias; 5) incorporação do pluralismo; 6) consideração do contexto; 7) visibilidade ao trabalho.

¹⁸ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.232-de-28-de-outubro-de-2021-355729305>

Essas ações são encontradas em projetos de JGD com perspectiva voltada para mulheres. A *WanaData*¹⁹, iniciativa que reúne cientistas de dados, jornalistas e profissionais de tecnologia, fez uma cobertura especial sobre a pandemia do novo coronavírus que colocou o mundo em uma nova estrutura desde 2020, ano em que a Organização Mundial de Saúde declarou estarmos vivendo a pandemia de Sars-Cov-2, vírus causados da Covid-19. A cobertura esteve focada no Impacto da Covid-19 nas mulheres na Tanzânia, país da África, continente de atuação da *WanaData*. Uma das matérias tratou sobre como as gestantes permaneceram seguras durante o Covid-19 enquanto procuravam serviços médicos²⁰.

Na Alemanha, um centro de investigação nacional trabalho ao lado de 32 meios de comunicação locais para coletar dados e compartilhar histórias sobre o aumento da violência doméstica durante a pandemia e a falta de recursos para lidar com as consequências. No *lockdown*, os abrigos de mulheres, locais para acolher as vítimas de violência, estavam superlotados. Foram mapeados os abrigos existentes e investigado como esses locais estavam lutando para atender as necessidades de sobreviventes de violência doméstica.

Figura 16 - Mapeamento dos abrigos para mulheres em cidades da Alemanha



¹⁹ Disponível em: <http://wanadata.africa/>

²⁰ Disponível em: <https://www.mwananchi.co.tz/mw/habari/kitaifa/jinsi-wajawazito-walivyopambana-na-corona-3221764>

Fonte: The European Investigative Journalism Conference. (2021) <https://dataharvest.eu/2021/05/11/domestic-violence-data-driven-and-cross-newsroom-journalism/>

O projeto Sobreviventes, da Colômbia, reuniu dados de homicídios e agressões não fatais a mulheres no contexto de supostos crimes sexuais e violência doméstica entre 2012 e setembro de 2017. Além disso, a equipe do projeto coletou dados da Procuradoria Geral da Colômbia, com os casos que a entidade analisou sobre feminicídio, ou tentativa de feminicídio, de 2015 a março de 2017. A coleta resultou em visualizações e histórias publicadas em endereço na web.

Figura 17 - Página Inicial do projeto Sobreviventes



Fonte: Sobreviventes (2018). Disponível em: <http://especiales.datasketch.co/sobreviventes/index.html>

Em 2015, a Organização Mundial de Saúde publicou um relatório com dados alarmantes: naquele ano, 300.000 mulheres haviam morrido por complicações relacionadas à gravidez ou parto, sendo os Estados Unidos os detentores da maior taxa de mortalidade materna no mundo. Diante desse cenário, a Propublica, corporação sem fins lucrativos com sede em Nova York, quis dar visibilidade a questão. O resultado foi o projeto *Lost Mothers*, que quantifica o número de casos e identifica as vítimas, contando suas histórias e divulgando seus obituários.

Figura 18 - Página Inicial do Lost Mothers



Fonte: ProPublica (2017). Disponível em: <https://www.propublica.org/article/lost-mothers-maternal-health-died-childbirth-pregnancy>

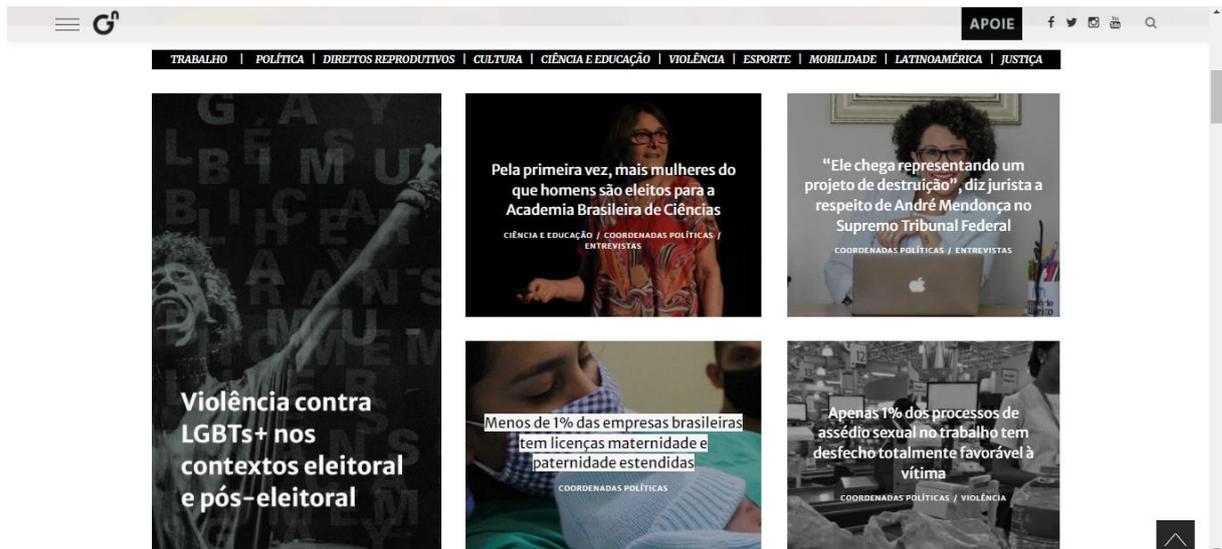
No Brasil, também existem iniciativas que seguem o percurso citado por D'Ignazio e Klein (2010), de analisar o poder, desafiá-lo, avaliar hierarquias, incorporar pluralismo, considerar contexto e dar visibilidade. A Gênero e Número, por exemplo, é a autodeclarada primeira organização midiática brasileira orientada por dados para qualificar o debate sobre igualdade de gênero. Os resultados dos trabalhos com dados são muitos: *Menos de 1% das empresas brasileiras tem licenças maternidade e paternidade estendidas*²¹; *Um retrato das mães solo na pandemia*²² e *Invisíveis, moradoras de rua estupradas não têm acesso ao aborto legal*²³.

²¹ Disponível em: <https://www.generonumero.media/licenca-maternidade-paternidade/>

²² Disponível em: <https://www.generonumero.media/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/>

²³ Disponível em: <https://www.generonumero.media/moradoras-de-rua-estupro-aborto/>

Figura 19 - Página principal da Gênero e Número



Fonte: Gênero e Número (2022). Disponível em: <https://www.generonumero.media/>

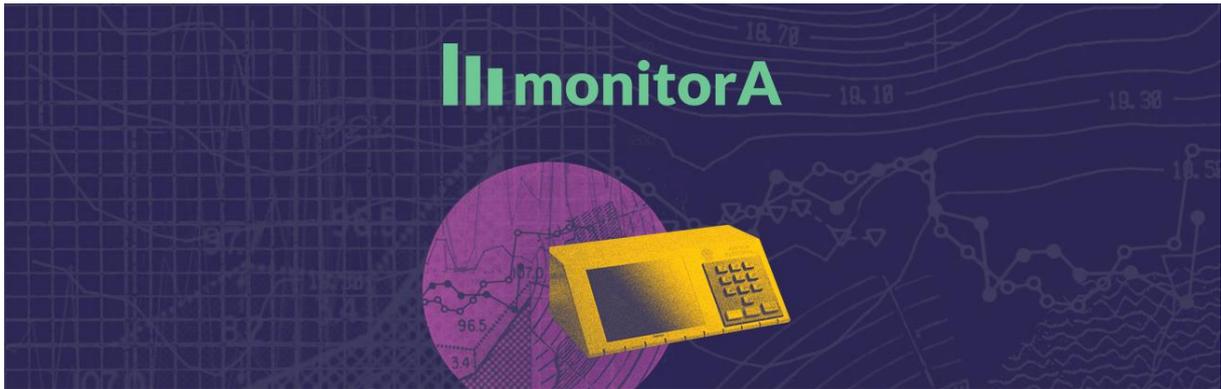
Outro projeto brasileiro é o MonitorA, com enfoque na violência política de gênero. O projeto desenvolvido pela Revista AzMina, em parceria com o Instituto Update e InternetLab, monitora o discurso de ódio contra candidatas nas eleições de 2020. A metodologia de trabalho do projeto envolve o monitoramento de perfis de candidatas de diferentes regiões brasileiras no Twitter, Instagram e Facebook. São coletadas postagens, comentário de usuários, e interações diversas. O projeto gerou matérias como “Gorda”, “porca”, “burra”: candidatas recebem mais de 40 xingamentos por dia no Twitter durante campanha eleitoral²⁴; Candidatas das periferias de SP sofrem ataques virtuais e intimidação durante disputa eleitoral²⁵ e Mulheres negras são o principal alvo da violência política nas redes sociais em eleições na Bahia²⁶.

²⁴ Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/violencia-politica-genero-eleicoes/>

²⁵ Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/candidatas-das-periferias-de-sp-sofrem-ataques-virtuais-e-intimidacao-durante-disputa-eleitoral/>

²⁶ Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-negras-sao-o-principal-alvo-da-violencia-politica-nas-redes-sociais-em-eleicoes-na-bahia/>

Figura 20 - Identidade Visual do Projeto MonitorA



Fonte: Revista AzMina (2021). Disponível em: <https://azmina.com.br/projetos/monitora/>

Na lista de participantes das edições 2019, 2020 e 2021 do Prêmio Claudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados, prêmio brasileiro envolvendo Jornalismo Guiado por Dados, organizado pela Open Knowledge Brasil e a Transparência Brasil, com apoio da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - ABRAJI, é possível identificar mais iniciativas do JGD com abordagem voltada para mulheres. O Jornal O Povo, de Fortaleza, a partir de análise de dados, produziu a reportagem seriada *Apenas 9 estados têm licença-adotante igual à de maternidade*²⁷.

A Gênero e Número configura a lista dos participantes do Prêmio com o trabalho Câncer de Mama Hoje, que faz um levantamento de dados do Sistema Único de Saúde (SUS) sobre tratamento e diagnóstico de câncer de mama desde o início da pandemia. O trabalho resultou na reportagem *Fases avançadas do câncer de mama consomem 80% dos recursos do SUS para tratamento da doença*²⁸.

O Jornal O Globo produziu *Em ano de aumento da violência contra mulher, Damares usa apenas 1/4 do orçamento, o menor gasto da década*²⁹, resultado de um levantamento do uso do orçamento federal disponível para ações de combate à violência contra a mulher.

A editoria Mais Conteúdo, do jornal mineiro O Tempo, fez um mapeamento de 56 empresas de diversos ramos com atuação em Minas Gerais para analisar ações voltadas para diversidade e inclusão. A série de reportagens *Olhares Diversos*³⁰ traz os resultados da investigação.

²⁷ Disponível em:

<https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/2021/06/03/apenas-9-estados-tem-licenca-adotante-igual-a-de-maternidade.html>

²⁸ Disponível em: <https://www.generonumero.media/fases-avancadas-cancer-de-mama-recursos-sus/>

²⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/dia-internacional-da-mulher-2021-em-ano-de-aumento-da-violencia-contra-mulher-damares-usa-apenas-14-do-orcamento-menor-gasto-da-decada-24907681>

³⁰ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/hotsites/olhares-diversos>

Outros trabalhos ainda fazem parte da lista do Prêmio Claudio Weber: *Passo importante na indústria de brinquedos: bonecas que homenageiam cientistas mulheres numa perspectiva étnico racial*³¹, de O Globo; *40 Semanas: Grávidas durante a pandemia de Covid-19*³², da Agência Esther; *No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza*³³, da Gênero e Número e *Monitor da Violência*³⁴, do G1.

De alguma maneira, todas essas ações contribuem para a elaboração de políticas públicas mais consistentes (BANDEIRA, 2019). Elas chamam a atenção para os fenômenos e geram novos estudos e ações para as questões que envolvem as mulheres (SAFFIOTI, 2001). Mas percebe-se uma ausência do jornalismo do Maranhão nessas ações. No recorte específico da Violência contra Mulher, os portais de notícias de São Luís pouco fazem uso do Jornalismo Guiado por Dados para compor matérias que tratem da temática. Em 50 notícias sobre o tema analisadas do Portal Imirante, em um processo mais bem descrito no capítulo de Percurso metodológico, 31 eram reproduções de publicações nacionais, sem nenhuma aplicação de recursos de visualização.

Em um questionário on-line aplicado com jornalistas de São Luís, ação também descrita no capítulo de Percurso metodológico, percebeu-se a pouca familiaridade dos profissionais com gráficos, infográficos e análise de dados. É neste contexto que o desenvolvimento do produto Femini se insere.

³¹ Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ciencia-matematica/post/passo-importante-na-industria-de-brinquedos-bonecas-que-homenageiam-cientistas-mulheres-numa-perspectiva-etnico-racial.html>

³² Disponível em: <https://agenciaesther.com.br/40-semanas-gravidas-durante-a-pandemia-de-covid19/>

³³ Disponível em: <http://www.generonumero.media/casas-mulheres-negras-pobreza/>

³⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2018/09/05/monitor-da-violencia-um-ano-depois-apenas-2-dos-casos-de-morte-violenta-tem-condenados-pelos-crimes.ghtml>

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa aplicada de caráter exploratório utiliza-se de combinação de coleta de dados qualitativos e quantitativos, que resultam no método de triangulação, além de utilizar-se de método digitais. É aplicada porque busca desenvolver uma aplicação prática para a solução de problemas específicos (BERTOLINI et al, 2016). No que se refere a pesquisa aplicada em Comunicação, utiliza-se o *Design Science*, que Santos (2018) aponta como um percurso que irá resultar em um artefato, produto final associado ao contexto do problema a ser resolvido.

É uma pesquisa exploratória porque, segundo Gil (1989), nesse tipo de pesquisa são desenvolvidas investigações para esclarecimentos e delimitação do tema, exigindo revisão de literatura, sendo esta uma das etapas do desenvolvimento deste trabalho.

O método de triangulação foi utilizado a partir da necessidade de combinar a coleta de dados qualitativos. Azevedo et al (2013) fala que essa combinação pode incluir entrevistas, questionários, observação e notas de campo, documentos, além análise de conteúdo, análise de discurso, métodos e técnicas estatísticas descritivas e/ou inferenciais.

A triangulação metodológica refere-se ao uso de múltiplos métodos para obter os dados mais completos e detalhados possíveis sobre o fenômeno. Este tipo de triangulação é a mais estudada e aplicada. Envolve a combinação de diversos métodos, geralmente observação e entrevista, de modo a compreender melhor os diferentes aspectos de uma realidade e a evitar os enviesamentos de uma metodologia única. (AZEVEDO et al, 2013, p.5).

Os procedimentos metodológicos deste trabalho são organizados nas seguintes etapas, sendo descritos posteriormente:

Quadro 3 - Procedimentos metodológicos

1	Identificação do JGD em notícias sobre Violência Contra Mulher em São Luís
2	Aplicação de questionário com jornalistas de São Luís para entender a relação destes com JGD e a pauta de Violência contra Mulher.
3	Levantamento de literatura sobre os temas
4	Aplicação de Roteiro para o design de projetos orientados a produtos
5	Percurso para o desenvolvimento do produto

Fonte: A autora (2022)

Para os primeiros passos deste trabalho, a partir do interesse pelas temáticas de Jornalismo Guiado por Dados e Violência Contra Mulher, criou-se a necessidade de entender

como essas duas temáticas se cruzam, em especial no contexto de jornalismo local, um jornalismo mais próximo de se acompanhar. Para Peruzzo (2005, p.77-78), esse jornalismo retrata “a realidade regional ou local, trabalhando, portanto, a informação de proximidade. O meio de comunicação local tem também a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais etc.”. Assim, o jornalismo local permite que o público acompanhe os acontecimentos de forma mais direta, possibilitando o confronto entre os fatos e a versão midiática (PERUZZO, 2005).

No contexto de Violência contra Mulher, ao entender como o jornalismo local trata a problemática, podemos identificar se os portais da cidade cometem o erro apontado por Andi Galvão (2011): tratar do problema de forma descontextualizada das esferas de governo e dos esforços empreendidos – ou não – para gerar soluções diante da questão. Além disso, é possível analisar se as notícias e outros produtos jornalísticos produzidos estão fomentando o debate sobre Violência Contra Mulher, contribuindo para o combate, pois, como afirmam Andi Galvão (2011, p.5),

um maior investimento por parte da imprensa em entrevistas com especialistas, artigos de opinião e editoriais poderia contribuir para uma compreensão mais ampla do fenômeno e suas correlações no âmbito das relações familiares, da diminuta rede de acolhimento e atenção disponível no País, do descompasso entre o discurso de representantes do poder público e da dotação orçamentária para ações de prevenção e atenção às vítimas, entre outros pontos.

Assim, o recorte pelo jornalismo local traz à luz qual a abordagem da Violência contra Mulher escolhida pelos veículos de comunicação de São Luís, além de ajudar a identificar a presença do Jornalismo Guiado por Dados.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO JGD EM NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER EM SÃO LUÍS

Foram realizadas pesquisas no Google, por meio de operadores de busca avançada, para entender qual a relação entre os portais jornalísticos de São Luís e a Violência Contra Mulher. Essa primeira etapa foi realizada em dezembro de 2020.

Os filtros de busca avançada da plataforma Google permitem que apareçam, por exemplo, resultados de palavras-chaves de sites específicos. Na própria página de suporte do site³⁵, há informações disponíveis de como realizar esse tipo de busca.

³⁵ Disponível em: https://support.google.com/websearch/answer/35890?hl=pt-br&ref_topic=3081620

Figura 21 - Trecho do Tutorial de como fazer pesquisa avançada no Google

Fazer uma pesquisa avançada no Google

Você pode usar a Pesquisa avançada para restringir os resultados de pesquisas complexas. Por exemplo, é possível encontrar sites em alemão que foram atualizados nas últimas 24 horas ou imagens clip art em preto e branco.

Dica: na caixa de pesquisa do Google, você pode usar filtros de pesquisa avançada com operadores de pesquisa, como aspas, sinais de subtração e `site:`. Saiba mais sobre os operadores de pesquisa.

Computador Android No iPhone e iPad

Fonte: Google (2022)

Dessa forma, realizaram-se buscas avançadas nos portais G1 Maranhão³⁶, Imirante³⁷ e O Imparcial³⁸ para obter resultados de notícias sobre Violência Contra Mulher. Tais portais foram escolhidos a partir de análise de dados do *Traffic Estimate*³⁹, ferramenta que estima a quantidade de acessos únicos nos últimos trinta dias. Assim, é possível estimar quais portais foram mais acessados, e o resultado dessa estimativa foram os portais escolhidos para as buscas avançadas.

Nas buscas, foram consideradas as palavras-chaves “violência contra mulher”, “violência de gênero” e “feminicídio”. Na página de suporte às pesquisas avançadas do Google, a empresa fornece diversas orientações sobre como operar com as palavras-chaves, ilustrado a seguir.

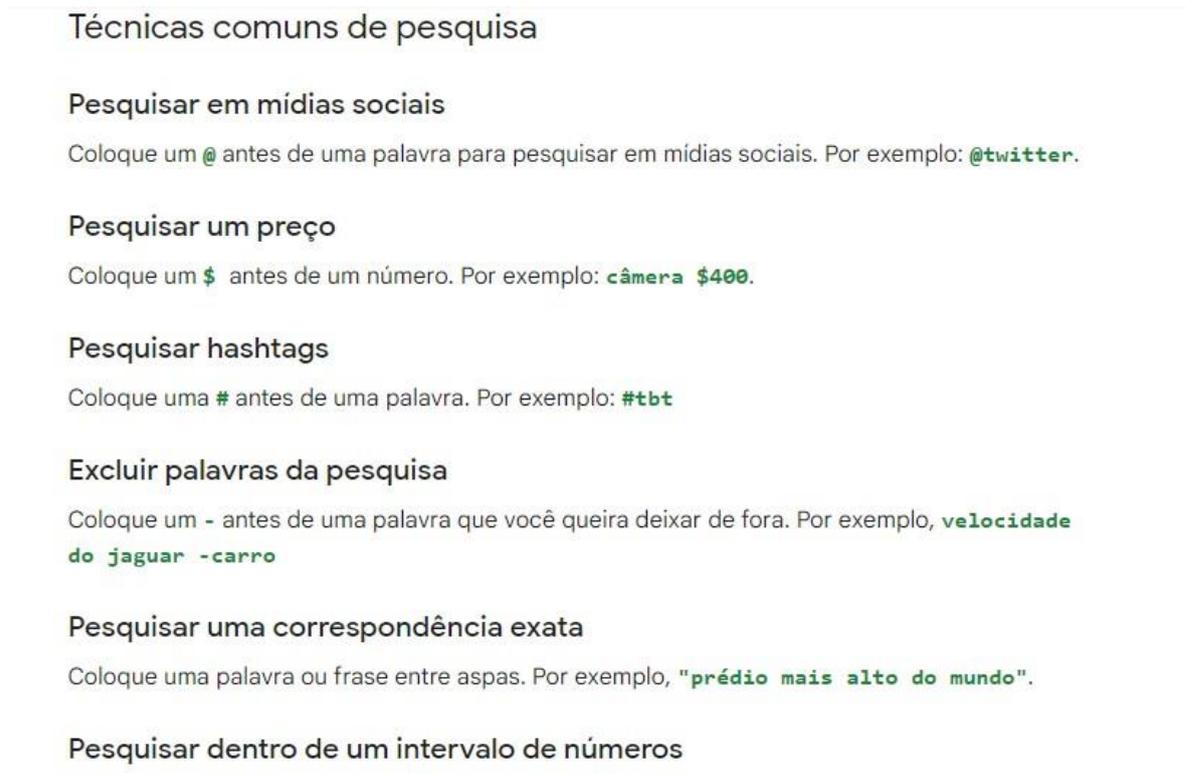
³⁶ Disponível em <https://g1.globo.com/ma/maranhao/>

³⁷ Disponível em <https://imirante.com/>

³⁸ Disponível em <https://oimparcial.com.br/>

³⁹ Disponível em <https://www.trafficestimate.com/>

Figura 22 - Trecho de tutorial de técnicas de pesquisa do Google



Fonte: Google (2022)

A partir do estudo e teste dos operadores de busca, optou-se por buscas a partir do termo de pesquisa “*palavra-chave*” + *site: endereço do portal de notícia*. Na inserção da palavra-chave, deu-se preferência para utilização de aspas, que retorna resultados de correspondência exata. Essa escolheu se deu após utilizar a palavra-chave *violência de gênero*, que retornou resultados não relacionados à Violência contra Mulher.

Ao definir os operadores, a pesquisa foi iniciada e as notícias foram analisadas, com o olhar voltado para a identificação de possíveis problemáticas. Por meio dos resultados, foi possível perceber a pouca ou quase nenhuma inserção da infografia ou outras visualizações nas notícias sobre Violência contra Mulher, mesmo que nos textos estivessem inseridos porcentagens e outros dados. Ao realizar a busca pelo operador "*violência contra mulher*" *site:oimparcial.com.br*, por exemplo, foram retornados aproximadamente 70 resultados. Desses, apenas uma notícia apresentou utilização de infografia. Porém tal resultado estava registrado com autoria de “Da Redação com informações do Correio Braziliense”, não deixando claro se o infográfico foi uma produção local ou reprodução. O portal G1 MA apresentou uma maior utilização de infografia ou outras visualizações, apesar de que ainda de uma forma tímida.

A questão das fontes também foi analisada. A partir da busca "*violência contra mulher*" *site:imirante.com*, foram retornados 463 resultados. Cinquenta deles foram analisados para levantamentos de fontes.

Tabela 1 - Dados quantitativos de busca avançada do Imirante

Fonte	Em quantas notícias apareceu
Reprodução nacional / Divulgação&Assessoria	31
Polícias Civil e Militar	8
Casa da Mulher Brasileira / Delegacia da Mulher	7
Acervo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (TJMA)	1
Fórum Brasileiro de Segurança Pública	1
Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão	1
Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas	1

Fonte: Autora (2020)

Das notícias analisadas, 31 se caracterizavam por serem de reprodução nacional, contendo assinaturas da Agência Brasil, por exemplo, ou eram reproduções de release de eventos promovidos por instituições públicas. As notícias de reprodução nacional abordavam análise de leis, falas de políticos e eventos nacionais, como o Dia Nacional de Luta Contra a Violência à Mulher.

As outras 19 notícias, com uma abordagem mais local, trouxeram as Polícias Civil e Militar como fonte (8 notícias), dando um teor de boletim de ocorrência às publicações. Sete notícias usaram dados divulgados pela Casa da Mulher Brasileira ou Delegacia da Mulher. Demais notícias utilizaram outras fontes, todas institucionais. Nenhuma das notícias analisadas contou com visualizações, seja infografia ou outro formato, em sua construção, apesar de apresentar dados. Nesta análise, nenhuma notícia abordou outros tipos de violência para além da física e sexual.

Ao realizar a busca por "feminicídio" site: <https://g1.globo.com/ma/maranhao>, foram aproximadamente 3.150 resultados. Dos 50 analisados, 5 apresentaram infografia ou algum tipo de visualização.

Nesta análise inicial, percebeu-se a pouca inclusão da visualização de dados no jornalismo local. Em uma comparação empírica com portais nacionais, é possível perceber a pouca exploração das possibilidades digitais. Portais como Estadão e O Globo possuem em suas redações funcionários exclusivos para trabalhar com dados e visualizações.

Em uma comparação com portais nacionais ou com os trabalhos participantes do Prêmio Claudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados, percebe-se a pouca exploração das possibilidades digitais. Aqui, era necessário entender razões para essa situação.

4.2 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

Para combinar com os resultados dos dados quantitativos de busca avançada do Imirante, aplicou-se um questionário produzido na plataforma Google Forms com jornalistas de São Luís.

Foram construídas 24 perguntas que abordavam como era a rotina de trabalho e localização das fontes na produção de notícias sobre Violência contra Mulher, além de questões voltadas para a utilização de ferramentas digitais na atuação profissional, já que foi percebida a pouca utilização dessas ferramentas e este contexto precisava ser compreendido. Além disso, questionou-se sobre os conhecimentos em JGD, sendo referido no questionário como Jornalismo de Dados. Perguntou-se sobre o interesse de jornalistas de utilizarem uma plataforma em que poderiam ter acesso a dados e informações sobre Violência contra Mulher. No questionário, a plataforma é referida como "base de dados", por esta ser a nomenclatura adotada para definir inicialmente qual tipo de produto a Femini seria.

Quadro 4 - Perguntas de questionário aplicado com jornalistas de São Luís

1. Em qual portal jornalístico você trabalha?
2. Nas notícias sobre Violência contra Mulher, como é o processo de produção?
3. Quais as fontes utilizadas nas notícias sobre Violência contra a Mulher?
4. Como você tem acesso a essas fontes?
5. Quais dificuldades no processo de acessar as fontes sobre Violência contra Mulher você encontra?

6. Quais os tipos de Violência contra Mulher você conhece?
7. Sobre quais tipos de violência você já produziu notícias?
8. É utilizado algum manual que auxilie na escrita de notícias sobre Violência contra Mulher?
9. Quais detalhes sobre os fatos de Violência contra Mulher você prefere destacar nas notícias?
10. Quais dificuldades você encontra para produzir notícias sobre Violência contra Mulher?
11. Os meios digitais são boas fontes de informação para a produção dessas notícias? (ex: sites, bases de dados, aplicativos)
12. Você utiliza alguma base de dados sobre Violência Contra Mulher para buscar dados e informações? (As bases de dados são fontes de informação digitais, pesquisáveis de modo interativo ou conversacional através de um computador.)
13. Em caso positivo, quais são essas bases de dados?
14. Você tem dificuldades para encontrar dados sobre Violência contra Mulher em São Luís nos meios digitais?
15. Quais dificuldades encontradas?
16. Você utilizaria uma base de dados com foco em dados sobre Violência contra Mulher em São Luís? A base de dados reuniria números dos diversos tipos de violência (ex.: número de casos de violência física por bairros/regiões, além de oferecer informações sobre Violência contra Mulher e fontes)
17. Quais motivos te levariam a utilizar uma base de dados como essa?
18. Quais funcionalidades você imagina serem essenciais em uma base de dados como essa?
19. Que outras ferramentas digitais podem auxiliar no processo de produção de notícias sobre Violência Contra Mulher?
20. Você utiliza visualizações nas notícias sobre Violência contra Mulher? (Ex.: infográficos, ferramentas interativas)
21. Em caso negativo, por que você não utiliza visualizações?
22. Em caso negativo, por que você não utiliza visualizações?
23. Você considera o Jornalismo de Dados importante para seu trabalho?
24. Como o Jornalismo de Dados pode beneficiar seu trabalho como jornalista?

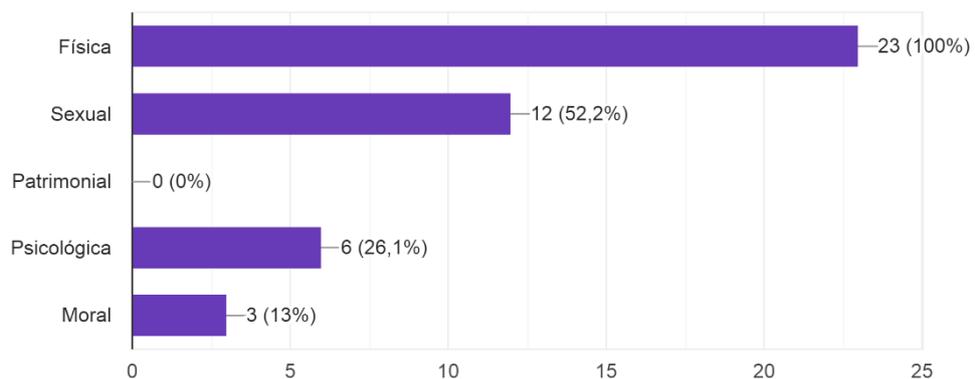
O questionário foi distribuído via link por e-mail e mensagens no WhatsApp para jornalistas ou grupos de profissionais entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021. Foram contactados jornalistas das redações do Imirante, G1 Maranhão, Maranhão Hoje, Atual7, Jornal Pequeno, O Imparcial, O Quarto Poder, Portal Guará, O Maranhense, Ilha Rebelde e profissionais independentes, por meio de mailing pré-existente utilizado em atividades profissionais da pesquisadora.

Vinte e três jornalistas responderam ao questionário. Os jornalistas respondentes eram das redações dos portais G1 Maranhão, Imirante, O Imparcial, ou jornalistas freelancers, que prestam serviços a esses e outros portais, apesar de não serem do quadro oficial de funcionários.

Na pergunta de múltipla escolha “Sobre quais tipos de violência você já produziu notícias?”, aberta para escolher mais de uma opção, foram dados os itens Violência Física, Sexual, Psicológica, Moral e Patrimonial. Dos jornalistas que responderam ao questionário, nenhum produziu notícias sobre a Patrimonial. Todos produziram sobre Violência Física.

Figura 23 - Gráfico de respostas sobre os tipos de violência que os jornalistas já produziram notícias

Sobre quais tipos de violência você já produziu notícias?
23 respostas



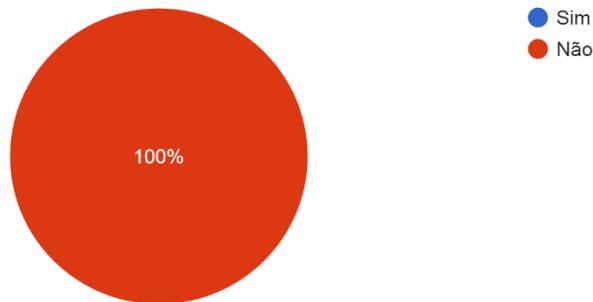
Fonte A autora (2022)

Foi perguntado sobre a utilização de algum manual que auxilie na escrita de notícias sobre Violência contra Mulher e 100% dos respondentes disseram que não. Tal resultado pode ter relação com as respostas da pergunta “Quais dificuldades você encontra para produzir notícias sobre Violência contra Mulher?”, em que os jornalistas relataram que conversar com as vítimas é a principal dificuldade.

Figura 24 - Gráficos com respostas sobre utilização de manual para produção de notícias sobre Violência contra Mulher

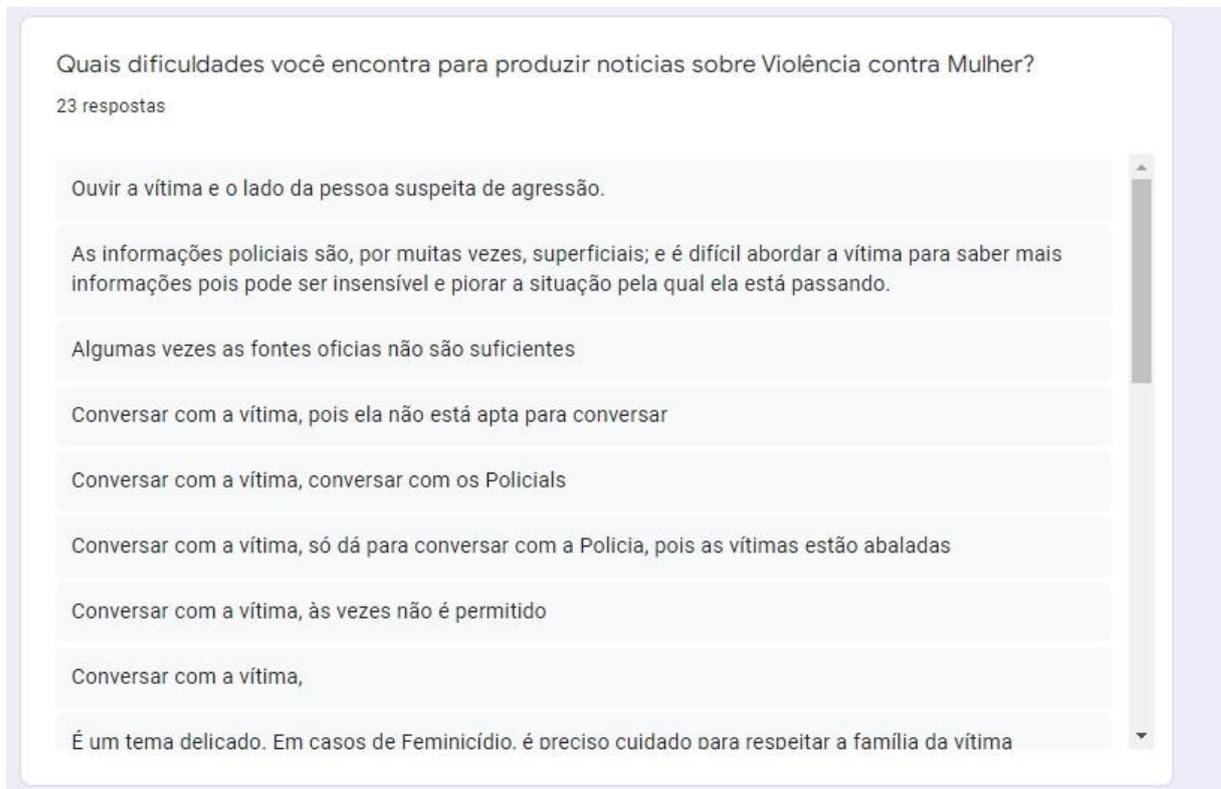
É utilizado algum manual que auxilie na escrita de notícias sobre Violência contra Mulher?

23 respostas



Fonte: A autora (2022)

Figura 25 - Recorte das respostas sobre dificuldades encontradas para produzir notícias sobre Violência Contra Mulher

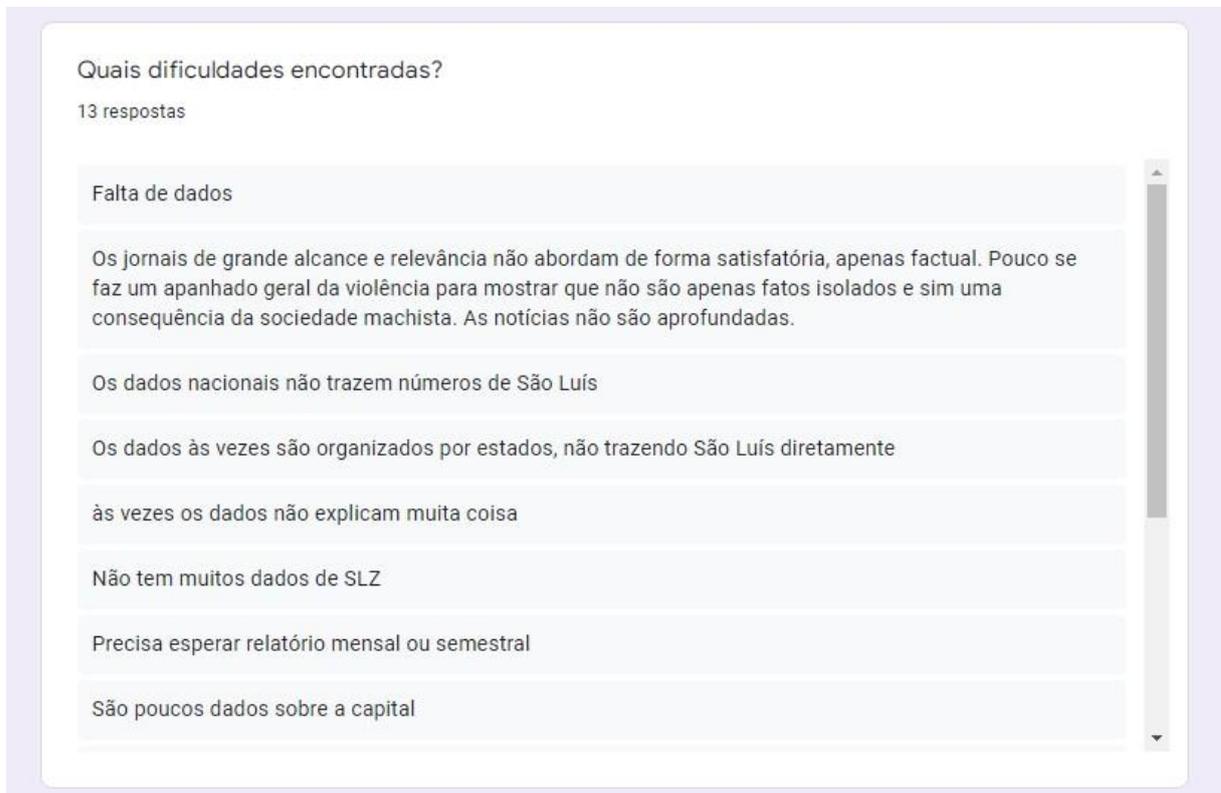


Fonte: A autora (2022)

Em “Os meios digitais são boas fontes de informação para a produção dessas notícias? (ex: sites, bases de dados, aplicativos)”, todos disseram que sim. Em contrapartida, todos

disseram sim para “Você tem dificuldades para encontrar dados sobre Violência contra Mulher em São Luís nos meios digitais?”. A pergunta seguinte “Quais dificuldades encontradas?” trouxe as explicações para as dificuldades: jornalistas listaram a “falta de dados” como principal problema. Responder esta pergunta não era obrigatório, e 13 respostas foram coletadas.

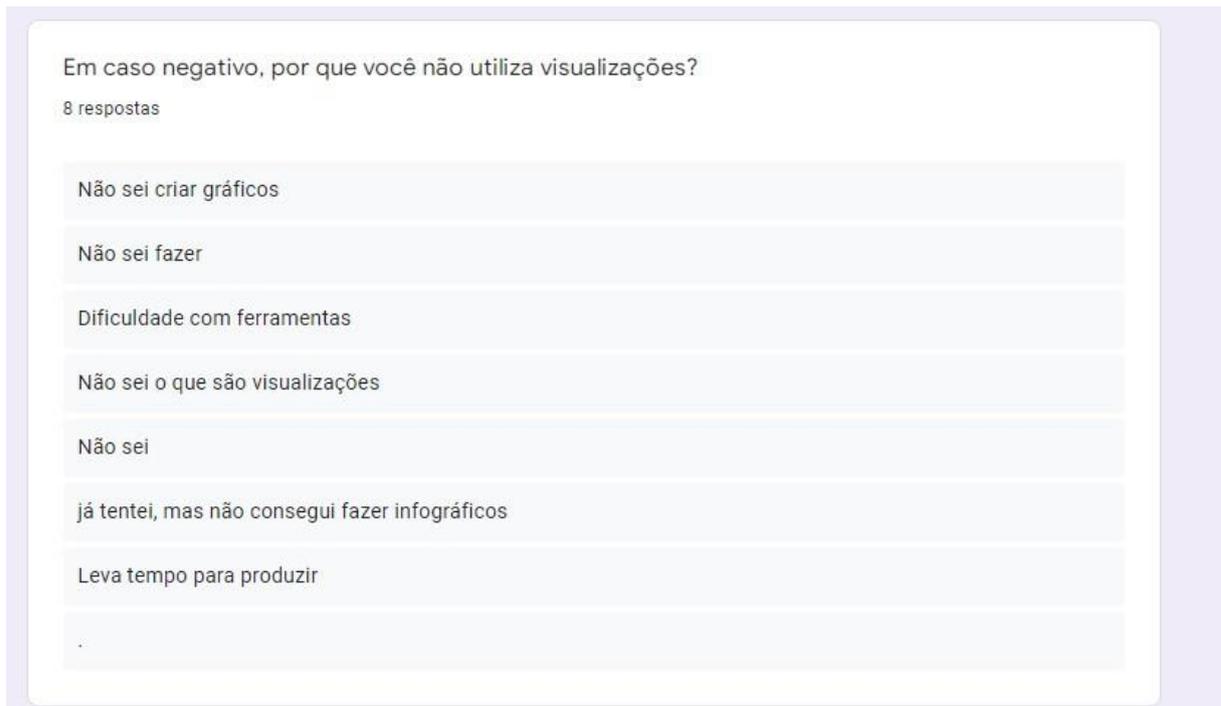
Figura 26 - Recorte das respostas sobre dificuldades encontradas para encontrar dados sobre Violência contra Mulher em São Luís nos meios digitais



Fonte: A autora (2022)

Para a pergunta “Você utiliza visualizações nas notícias sobre Violência contra Mulher? (Ex.: infográficos, ferramentas interativas)”, 14 pessoas disseram que sim e 9 disseram que não. Em “Por que você não utiliza visualizações?” as respostas eram curtas e se resumiam a: “não sei criar gráficos”.

Figura 27 - Recorte das respostas sobre dificuldades com visualizações



Fonte: A autora (2022)

Aproveitou-se o questionário para perguntar se “Você utilizaria uma base de dados com foco em dados sobre Violência contra Mulher em São Luís?”, em que todos os jornalistas disseram que sim. A “base de dados” refere-se à Femini, à época ainda identificada dessa forma.

A partir da análise das notícias e das respostas do questionário, foi possível tomar algumas decisões sobre o direcionamento da pesquisa.

4.3 LEVANTAMENTO DE LITERATURA SOBRE OS TEMAS

Para contribuir com o direcionamento da pesquisa, o entendimento sobre Jornalismo Guiado por Dados e Violência contra Mulher também foi uma necessidade. Para definir essa literatura, fontes como livros, artigos científicos, teses de doutorado e dissertações foram buscados. O levantamento desses documentos foi feito por buscas no Google Scholar, plataforma Periódicos CAPES, SciELO e repositórios digitais de teses e dissertações de universidades brasileiras. Para JGD, foram utilizadas as palavras-chaves: jornalismo de dados, jornalismo guiado por dados, jornalismo digital, e os termos em inglês *data-journalism* e *data-driven journalism*. Para Violência, optou-se por: violência contra mulher, feminicídio, gênero e feminismo. Estes dois últimos termos foram utilizados para acessar literatura feminista e discussões de gênero, relevantes para os debates de Violência contra Mulher.

Os artigos também foram acessados por meio de planilha resultante de uma raspagem web feita na página do Google Scholar (Google Acadêmico), a partir das buscas por Jornalismo Guiado por Dados, Jornalismo de Dados, Femicídio, Infografia e Violência Contra Mulher. Essa raspagem, do inglês *scraping*, faz parte das técnicas de Métodos Digitais, definido por Santos como o "conjunto de ferramentas, processos e abordagens de pesquisa que consideram a ontologia dos objetos digitais e as estruturas de redes por onde circulam, utilizando-se de recursos computacionais intensivos para coleta e análise de dados" (SANTOS, 2019, p.153). Por meio do *scraping*, ocorre a automatização da coleta de dados. Para fins acadêmicos, pode ser utilizado para a execução de rotinas repetitivas (SANTOS, 2015).

Por meio do *scraping*, ocorre a automatização da coleta de dados, em que um algoritmo é programado para realizar a tarefa, resultando em um número massivo de dados coletados. Tal atividade feita de maneira manual seria exaustiva e passível de erros, já que o usuário acessaria o site de interesse, pesquisaria pela palavra-chave e salvaria os resultados um a um. A raspagem pode ser utilizada para a execução de rotinas repetitivas (SANTOS, 2015).

Esta etapa foi feita com o apoio do Laboratório de Convergência de Mídias - LABCOM da Universidade Federal do Maranhão, utilizando o L Scholar, ferramenta para buscas automatizadas no Google Acadêmico. O L Scholar foi desenvolvido na linguagem de programação Python. Em seu ambiente, o pesquisador insere a palavra-chave escolhida e o número de páginas a serem coletadas. Na pesquisa acadêmica do Google, cada página traz 10 resultados. Após execução das ferramentas, são retornados os artigos com títulos, links de acesso, parte dos resumos e número de citações. A coluna "Citações" quantificou quantas vezes o artigo foi citado por outros trabalhos, ajudando a identificar quais artigos possuíam relevância. O resultado é salvo em arquivo .CSV, podendo ser acessado posteriormente via Excel.

Figura 28 - Recorte da planilha resultante da raspagem do L Scholar para o termo "Femicídio"

	A	B	C	D
1	Título	Link	Resumo	Citações
2	Femicídio: uma perspectiva global	https://books.goc	" El femicidio-crimen de odio	184
3	Femicidio sexual serial en Ciudad Juárez: 1993-2001	https://www.jstor	El serie do femicidio2 en de	184
4	La cultura del femicidio en Ciudad Juárez, 1993-1999	http://www.scielo	En este trabajo se estudian,	174
5	Del femicidio al femicidio	http://repositorio	Texto editado de la conferencia	148
6	femicidio	http://corporacion	El objetivo del presente	101
7	Delito de femicidio. Muerte violenta de mujeres por	https://revistas.u	El propósito de este artículo es	83
8	Femigenocidio y femicidio: una propuesta de tipificación	http://repositorio	Presento aquí un nuevo paso	73
9	Trama de una injusticia: femicidio sexual sistémico en	http://www.miu.b	El primer aspecto que se	71
10	Que és un femicidio: notas para un debate emergente	http://mujeresdec	Una de las polémicas	62
11	Femicidio no Brasil: uma análise crítico-feminista	https://revistasel	Este artioo analisa. desde uma	60

Fonte: LABCOM (2021)

Como apontado por Gil (1989), o resultado da pesquisa exploratória trouxe um problema mais esclarecido, agora pronto para ser trabalhado de maneira sistematizada. Ao cruzar os resultados da pesquisa exploratória e os dados coletados por meio de análise de portal e questionário, em um trabalho de triangulação, fez-se necessário pensar na aplicação prática da pesquisa, ou seja, o desenvolvimento de um produto.

4.4 APLICAÇÃO DE ROTEIRO

O "Roteiro para o design de projetos orientados a produtos" de Santos (2021) foi aplicado para auxílio da estruturação do produto. A ferramenta é apresentada em quatro partes:

1. Verificação de premissas: composto de sete perguntas sobre o objetivo do produto, qual problema a ser resolvidos e possíveis beneficiários.
2. Avaliação de contexto: quatro perguntas sobre a existências de produtos semelhantes e quais fatores culturais, econômicos etc. impactam o desenvolvimento do produto.
3. Avaliação do produto: oito perguntas sobre funcionalidades, levantamento prévio de necessidades do público-alvo, tipo de tecnologia relacionada ao produto, como os usuários irão utilizar.
4. Avaliação de implementação: três perguntas sobre estratégias de adoção do produto e fases de disponibilização.

Em uma das etapas do roteiro, é preciso definir qual artefato será o produto.

Segundo March;Smith (1995), são quatros os tipos de artefatos da *Design Science*: constructos, modelos, métodos e instanciações. Para os autores, esses tipos podem ser descritos da seguinte forma:

1. Constructo - Também entendido como conceito, constitui uma definição usada para descrever problemas e especificar suas soluções;
2. Modelo - Um conjunto de proposições ou declarações para expressar relações entre constructos. Pode ser visto como uma representação de como as coisas são, levando em conta a utilidade;
3. Método - Conjunto de etapas usadas para realizar uma tarefa ou apresentar a solução de um problema,
4. Instanciação - Nível mais tangível de uma solução. A instanciação operacionaliza constructos, modelos e métodos.

A partir dessas descrições, estabeleceu-se que o artefato construído é uma instanciação, que, por ser tangível, pode apresentar a solução de problemas de forma mais acessível para os usuários. Estes foram escolhidos após a análise do cenário local: não se pode falar de uma relação de Jornalismo Guiado por Dados e Violência contra Mulher sem que antes os responsáveis pelas produções jornalísticas, ou seja, os jornalistas, conheçam as possibilidades disponibilizadas pelo JGD. Portanto, os jornalistas dos portais de notícias de São Luís foram definidos como usuários.

A aplicação do roteiro marcou o início do processo de desenvolvimento do produto em si, em que as etapas podem ser resumidas de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 5 - Etapas de desenvolvimento do produto

1. Aplicação do roteiro para o design de projetos orientados a produtos
2. Construção da Plataforma Femini
3. Coleta e Extração de dados
4. Construção de visualizações
5. Apontamento de dificuldades

Fonte: A autora (2022)

As etapas são detalhadas no capítulo a seguir.

5 PERCURSO PARA DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO

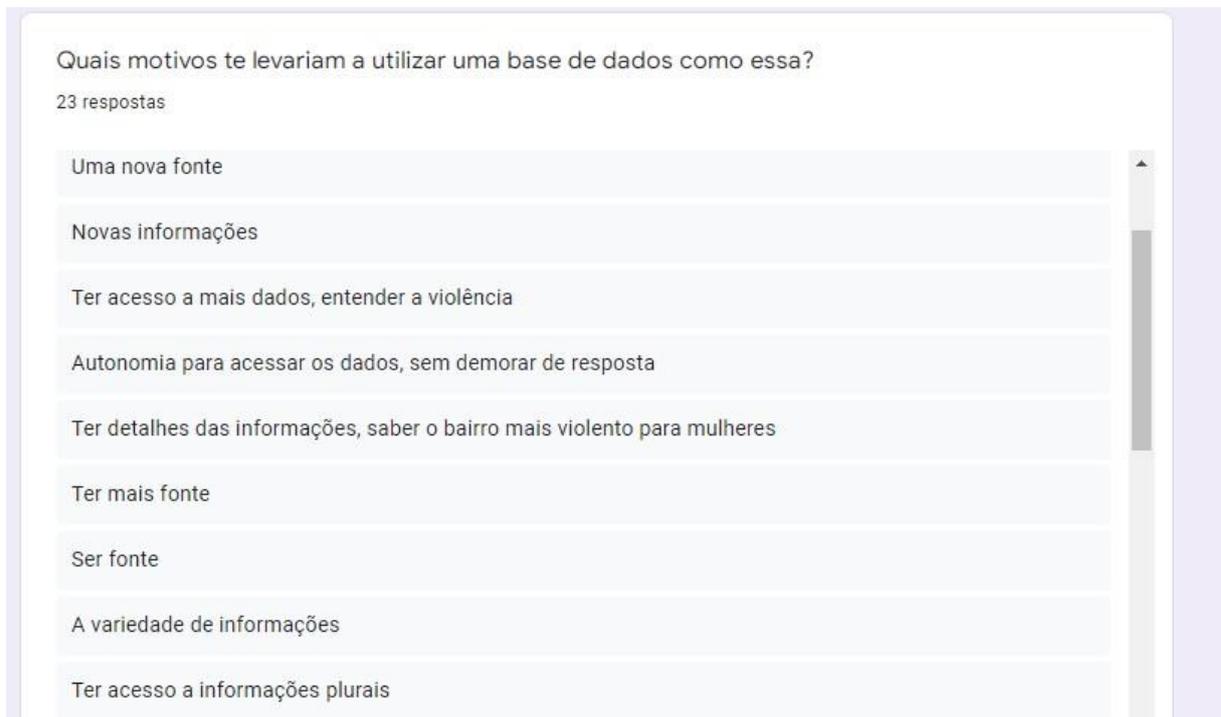
Após análise de notícias e aplicação de questionário com jornalistas, utilizou-se o Roteiro para o design de projetos orientados a produtos para trazer mais especificidades para o produto. Ao verificar as premissas, etapa proposta pelo roteiro, definiu-se o objetivo do produto, quais problemas pretende-se resolver, possíveis usuários e validações. Na análise de contexto, estabeleceu-se quais fatores legais, tecnológicos e culturais estariam associados ao produto, além de definição de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (matriz SWOT).

Quadro 6 - Matriz SWOT do produto

Strengths	Weaknesses	Opportunities	Threats
Dados específicos de São Luís	Funcionalidades dependendo de dados extraídos de fontes externas	Fortalecimento da cultura de infografia nos portais jornalísticos de São Luís	Jornalistas com pouco tempo de produção de notícias, o que afeta a disponibilidade para acessar a base de dados
Personalização de resultados por meio de filtros	Sem acesso à internet = sem acesso à base de dados	Inovação em produção jornalística para os portais	Jornalistas com resistência a experiências tecnológicas
Oferecimento de gráficos e infográficos	Problemas no servidor de hospedagem = problemas no acesso ao produto	Utilização da base de dados por outros usuários para além de jornalistas (pesquisadores, advogados, órgãos institucionais)	Preferências por base de dados institucionais, mesmo que o produto faça extração dessas bases.
		Integração da Base de Dados pelos órgãos institucionais	

Fonte: A autora (2021)

Na avaliação do produto, foram levantadas as seguintes necessidades que os jornalistas locais possuem: ter nova opção de fonte de informação; superar a dificuldade de encontrar dados sobre Violência contra Mulher em São Luís nos meios digitais; utilizar visualizações nas; conversar de maneira apropriada com as vítimas. Essas necessidades foram observadas a partir da aplicação do questionário, como ilustrado abaixo.

Figura 29 - Recorte das respostas de jornalistas ao questionário aplicado

Fonte: A autora (2022)

Figura 30 - Recorte das respostas de jornalistas ao questionário aplicado

Você tem dificuldades para encontrar dados sobre Violência contra Mulher em São Luís nos meios digitais?

23 respostas

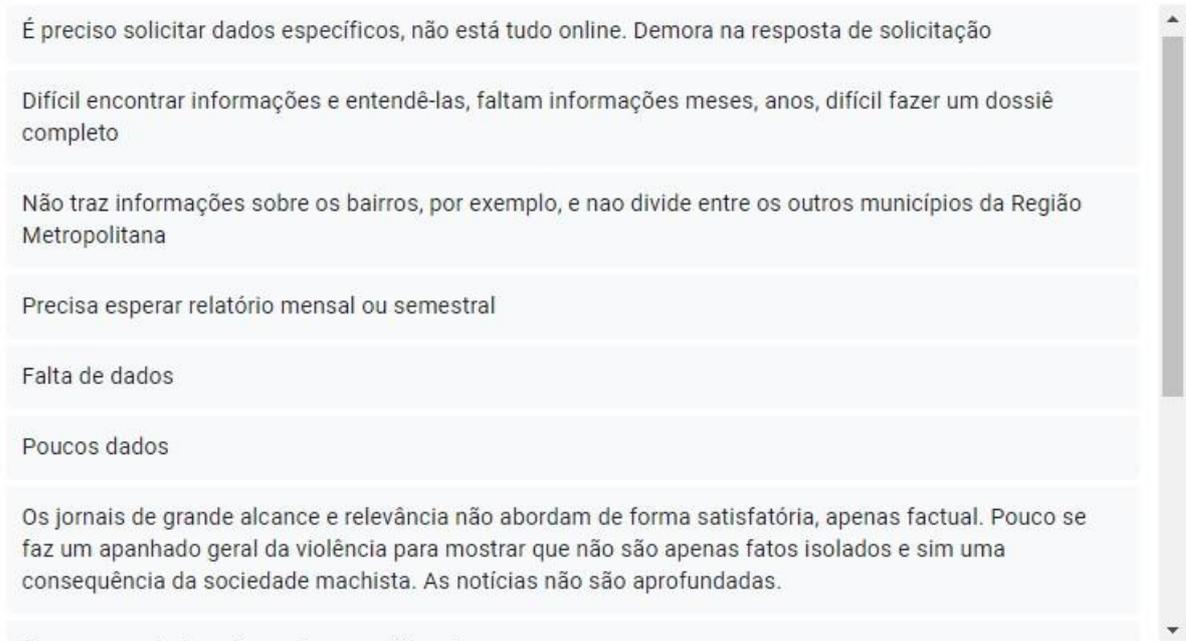


Fonte: A autora (2022)

Figura 31 - Recorte das respostas de jornalistas ao questionário aplicado

Quais dificuldades encontradas?

13 respostas

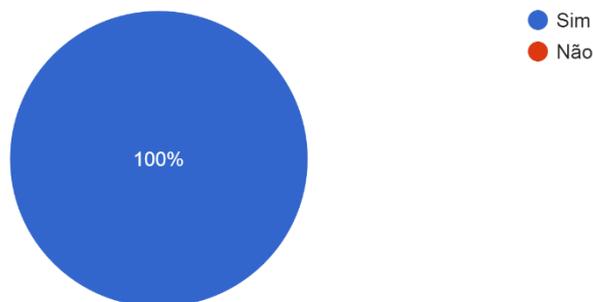


Coletadas 13 respostas nesta pergunta não obrigatória. Fonte: A autora (2022).

Figura 32 - Recorte das respostas de jornalistas ao questionário aplicado

Você utilizaria uma base de dados com foco em dados sobre Violência contra Mulher em São Luís?
A base de dados reuniria números dos diversos ti...ormações sobre Violência contra Mulher e fontes)

23 respostas

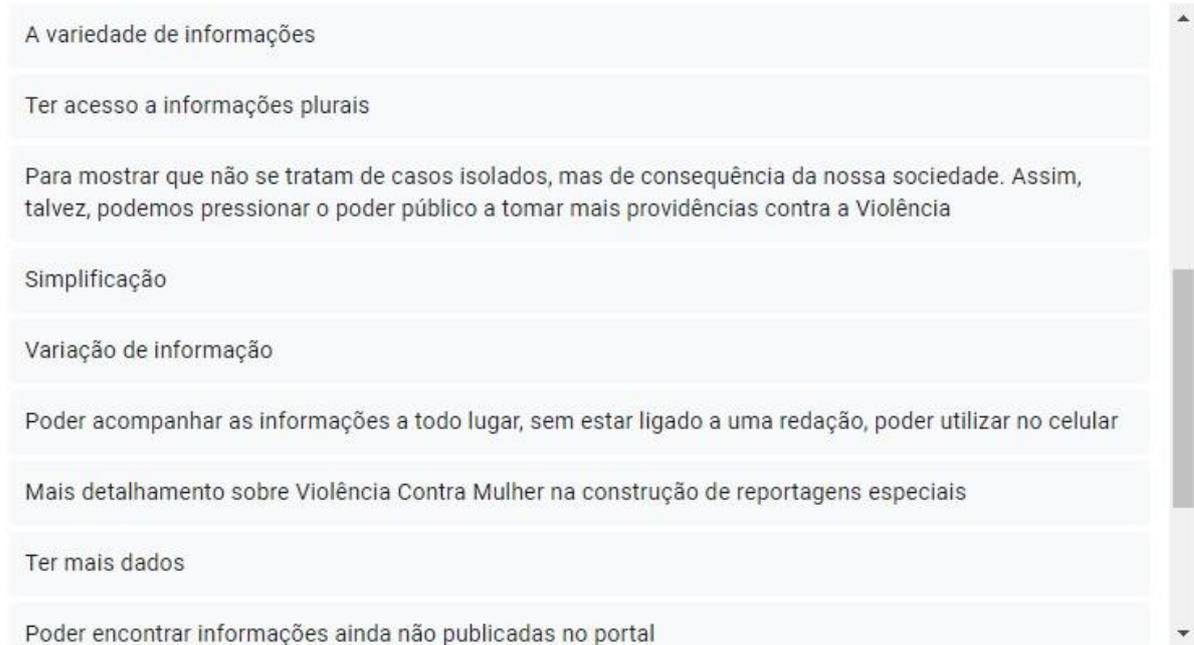


Fonte: A autora (2022)

Figura 33 - Recorte das respostas de jornalistas ao questionário aplicado

Quais motivos te levariam a utilizar uma base de dados como essa?

23 respostas



Fonte: A autora (2022)

Em respostas às necessidades, foram definidas as seguintes funcionalidades:

1. Acesso a banco de dados: Permitindo que o jornalista seja capaz baixar as bases de dados disponibilizadas.
2. Acesso a Visualização: Produzidos previamente, disponibilizados em formato de imagem ou incorporação para a utilização dos jornalistas em suas produções.
3. Informações sobre Violência contra Mulher: Páginas com conteúdo referentes a temática geral da Violência contra Mulher, o que dizem as Leis, quais tipos de violência reconhecidas legalmente etc.
4. Banco de fontes: Aqui, procura-se oferecer as fontes disponíveis na cidade de São Luís que possam ser consultadas e documentos e pesquisas que possam ser utilizados como fontes.

Por algumas especificações de dificuldades e necessidades apontadas pelos jornalistas se estabelecerem no meio digital, optou-se pela construção do artefato nesse mesmo ambiente com acesso por meio de página na web, um site. Assim, a instanciação é um produto digital para jornalistas, funcionando como uma plataforma sobre Violência Contra Mulher em São Luís.

Como etapa do estabelecimento de definição do produto, pesquisou-se a existência ou não de produtos semelhantes, por meio de leituras de trabalhos acadêmicos relacionados a Jornalismo Guiado por Dados e Violência Contra Mulher; buscas simples no Google com os termos “base de dados” e “violência contra mulher”; buscas avançadas com os operadores de pesquisa "violência contra mulher" site:github.com e "feminicídio" site:github.com e acesso a sites de iniciativas jornalísticas especializadas em Violência Contra Mulher.

EVA⁴⁰, Gênero e Número⁴¹ e Agência Patrícia Galvão⁴² são alguns exemplos de produtos semelhantes, e há iniciativas internacionais existentes. As reportagens e trabalhos indicados no Prêmio Cláudio Weber Abramo também foram considerados como produtos de comparação, em que se notou, também, a ausência do jornalismo de São Luís. Tais produtos não trazem os dados específicos da cidade de São Luís e infografias relacionadas, não sendo suficientes para solucionar a problemática de “falta de dados” apontadas por jornalistas ao se referirem a produção de notícias sobre Violência Contra Mulher em São Luís.

5.1 CONSTRUÇÃO DA PLATAFORMA FEMINI

Para construir o produto digital, foi necessária uma etapa para conhecer ferramentas digitais, já que elas "abriram um novo caminho para jornalistas do mundo inteiro, com um profundo impacto na forma de contar as notícias" (CRUCIANELLI, 2013, p.10). Para Crucianelli (2013), o ambiente digital com uma grande quantidade de recursos on-line à disposição constitui suporte básico de método de trabalho. Quanto aos recursos, "é preciso conhecê-los e dominá-los, já que desse aproveitamento pode depender em grande medida a qualidade do nosso trabalho" (CRUCIANELLI, 2013, p.10).

A etapa de exploração de ferramentas digitais foi integralizada à disciplina de Jornalismo Convergente e Guiado por Dados do Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Maranhão. Durante a disciplina cursada em 2021.1, foram estudadas algumas ferramentas, entre elas: Google Sheets, Google Forms, Google Maps, ferramentas para construção de visualizações, como Piktochart e Flourish e para construção de Timelines.

Além disso, durante a disciplina foram trabalhados conceitos de *Design Science*, Inovação e Jornalismo Digital/Jornalismo Guiado por Dados, para auxiliar no desenvolvimento

⁴⁰ Disponível em: <https://eva.igarape.org.br/>

⁴¹ Disponível em: <https://www.generonumero.media/>

⁴² Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/>

da instanciação e na construção das respostas para as perguntas "O quê? Quem? Que Dados? Como? Onde? Por quê? Benefícios?", essenciais para a reflexão sobre usabilidade e utilidade do artefato, já que, como afirmam March;Smith (1995), as tecnologias são frequentemente desenvolvidas em resposta a requisitos de tarefas específicas usando raciocínio e conhecimento experiencial, e o processo de construção de um artefato é voltado para um determinado objetivo, em que é preciso ocorrer um processo de avaliação para determinar o desempenho desse artefato.

Um desafio na construção de um artefato é antecipar os potenciais efeitos colaterais de seu uso, assegurando que os efeitos colaterais indesejados sejam evitados (MARCH; SMITH 1995). Por isso, fez-se necessária a construção de um mapa de site, funcionando como rascunho para o desenvolvimento da página web, em uma tentativa de prever os caminhos a serem percorridos pelo usuário dentro do artefato.

Figura 34 - Mapa do Site



Após definição do mapa e especificação de conteúdo de cada página, iniciou-se a construção do artefato. Primeiro, o nome. A partir do fato de o termo “feminismo” ter alcançado o status de “Palavra do Ano” pelo dicionário Merriam-Webster, que desde 2003 avalia a popularidade das palavras em língua inglesa, optou-se por ter um produto com um nome relacionado ao termo.

Feminismo é um movimento coletivo de luta de mulheres, que reivindica direitos e espaço para as mulheres (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009). Nesse sentido, entende-se o produto aqui descrito também como uma forma de reivindicação, em especial, reivindicar o Jornalismo Guiado por Dados nas pautas de Violência Contra Mulher no jornalismo local. Assim, o produto ganha o nome de Femini, em um recorte da palavra feminismo.

Para as cores do produto, lilás e suas variações, em uma referência ao *Agosto Lilás*, campanha lançada oficialmente no Maranhão em 2021, pelo Ministério Público - MPMA⁴³. O objetivo da campanha é promover o combate à Violência contra Mulher. A cor também é frequentemente ligada a características femininas.

Para a identidade visual da instanciação, misturou-se o nome do produto com o espelho de vênus, símbolo de representação do feminino que ganhou status de símbolo do movimento feminista.

Figura 35 - Identidade Visual do produto Femini



Fonte: A Autora (2022)

Para construir a página on-line do produto, foi utilizada a ferramenta Wix, plataforma de criação e edição de sites que não exige conhecimento prévio e específico em programação ou design. O Wix foi utilizado durante a disciplina de Jornalismo Convergente e Guiado por Dados, mostrando-se como eficiente e utilitária para o desenvolvimento do produto digital.

O site construído foi intitulado Femini (<https://femini-dados.wixsite.com/femini>), em que na página inicial é descrito como uma plataforma com os principais dados, informações e visualizações sobre Violência Contra Mulher para auxiliar jornalistas nas rotinas de produção

⁴³ Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/index.php/lista-de-noticias-gerais/18167-mpma-vai-lancar-campanha-agosto-lilas-no-dia-9>

e garantir acesso à informação qualificada. A Femini, na descrição do site, afirma que traz dados de São Luís, dentro do seu contexto estadual e nacional, já que a Violência Contra Mulher não é um problema local, às vezes necessitando de uma contextualização mais abrangente.

Figura 36 - Página Inicial da Femini



Fonte: A autora (2022)

O site leva em consideração as seguintes características do Webjornalismo:

a) **Hipertextualidade:** A partir do artefato, é possível acessar visualizações e infográficos que podem ser utilizados em possíveis reportagens, oferecendo “diversas possibilidades de leitura” (CANAVILHAS, 2014, p.5). Dessa forma, a “oferta de uma notícia com todos os contextos necessários (CANAVILHAS, 2014, p.13) se torna possível

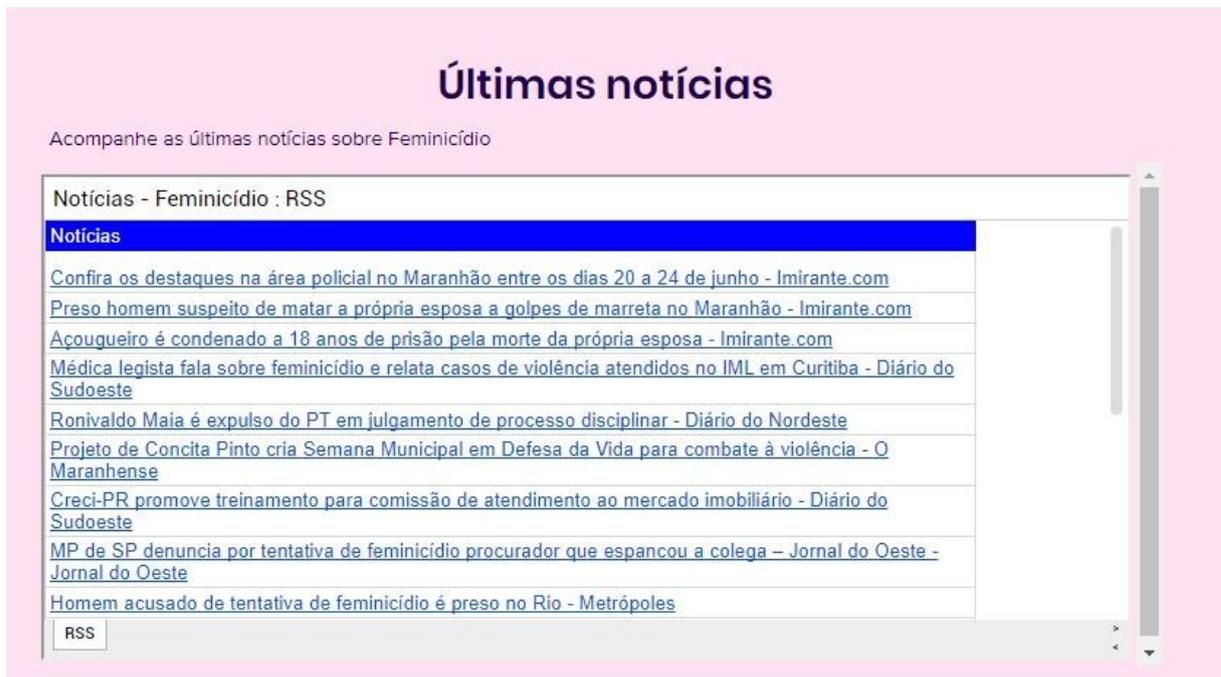
b) **Multimedialidade:** Os usuários terão acesso as bases de dados, o que permite que eles possam esses dados na linguagem mais apropriada para a narrativa a ser construída. Cada utilizador construirá uma representação da realidade (SALAVERRÍA, 2014).

c) **Interatividade:** O produto proposto tem em sua essência as interatividades seletiva e comunicativa (ROST, 2014), dando ao utilizador um perfil aberto à participação.

d) **Memória:** Palacios (2014) pensa que as bases de dados podem ser conjugadas, interligadas e estabelecer comunicação entre elas. Assim, a plataforma de Violência Contra Mulher em São Luís se comunica com outras bases, mesmo que indiretamente por meio de redirecionamento, assim tornando-se o passado relatado, a memória.

Na página inicial da Femini há uma seção chamada últimas notícias, construída a partir da utilização da função IMPORTFEED do Planilhas Google. Essa função é responsável por importar um feed RSS. O *Rich Site Summary* ou *Really Simple Syndication* - RSS é um formato de distribuição de informações em tempo real pela internet. Na plataforma, a função está configurada para trazer para a planilha publicações do Google Notícias que estejam relacionadas ao Femicídio. Assim, a planilha é incorporada à plataforma e exibe uma lista de últimas notícias com título e link em que o visitante pode clicar e ser redirecionado.

Figura 37 - Feed RSS na plataforma Femini



Fonte: A autora (2022)

As notícias dessa planilha são atualizadas automaticamente, não necessitando de edições.

5.2 COLETA E EXTRAÇÃO DE DADOS

Para coletar os dados para a construção das visualizações, primeiro definiu-se os locais de buscas. No questionário aplicado com jornalistas, uma das perguntas tratava sobre quais fontes os profissionais utilizam para a produção de notícias sobre Violência contra Mulher.

Figura 38 - Recorte das respostas sobre quais fontes *utilizadas*

Fonte: A autora (2022)

A partir da análise das respostas, das fontes constantes nos dados quantitativos de busca avançada do Imirante (Tabela 1, ilustrada na metodologia) e de busca on-line por órgãos institucionais que trabalham no combate à violência contra mulheres, estabeleceu-se quais instituições seriam contactadas para a coleta de dados.

Quadro 7 - Fontes para coletas de Dados

Casa da Mulher Brasileira – Maranhão
Núcleo da Mulher do Ministério Público do Maranhão
Secretaria Estadual da Mulher
Tribunal de Justiça do Maranhão
IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão
Defensoria Pública do Maranhão

Fonte: A autora (2022)

Nos sites dessas instituições, foi possível coletar alguns dados. Alguns deles e outras informações estavam em formato PDF, como no caso do material disponibilizado pelo Ministério Público do Maranhão.

Figura 39 - Arquivo PDF de quantitativo de Femicídios no MA



Fonte: Ministério Público do Maranhão (2019).

Ao serem contactados por e-mail, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça informaram não possuir uma base própria de dados sobre Violência contra Mulher. Os dois órgãos coletam diretamente com a Secretaria de Segurança Pública. A Secretaria deu retorno à solicitação feita para esta pesquisa, disponibilizando dados dos anos de 2019, 2020 e 2021. Os dados englobam assédio sexual, tentativa de feminicídio, importunação sexual e lesão corporal. Também foram enviadas solicitações para as violências psicológicas, moral e patrimonial, mas sem sucesso na resposta.

O IMESC disponibiliza os dados públicos em ambiente digital, nos formatos PDF e .CSV, ambos disponíveis para download. A Defensoria Pública do Estado, a Secretaria Estadual da Mulher, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e a Casa da Mulher Brasileira, onde fica localizada a Delegacia Especial da Mulher, não responderam à solicitação. A Casa foi contactada por e-mail e telefone, mas a solicitação não foi atendida. Em conversa com uma das assessoras de comunicação da instituição, foi explicado que a Casa da Mulher estava passando por mudanças estratégicas internas, que afetavam as prestações de serviços. Além disso, é preciso considerar a situação extraordinária de pandemia, em que o novo coronavírus modificou o *status quo* e muitos espaços de trabalho foram afetados.

Durante a fase de coleta de dados, percebeu-se uma não sistematização de dados, em que cada órgão organiza os dados de acordo com seu regimento interno, não havendo uma organização padrão geral para dados de Violência contra Mulher.

5.3 CONSTRUÇÃO DAS VISUALIZAÇÕES DA PLATAFORMA

Na página inicial da Femini (<https://femini-dados.wixsite.com/femini>) foi inserida uma visualização, construída por meio do Piktochat⁴⁴. O infográfico traz um pequeno panorama da realidade de Violência contra Mulher no Maranhão, a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Os dados e informações foram apresentados em formato de infografia por esta ferramenta auxiliar na compreensão de um acontecimento.

Figura 40- Página inicial com recorte da visualização



Fonte: A autora (2022)

⁴⁴ Disponível em: <https://piktochart.com/>

Figura 41 - Infográfico inserido na página Femini



Para Teixeira (2010), umas das principais características do infográfico é possuir uma relação indissociável entre imagem e texto. “Afirmamos que o infográfico é composto por elementos icônicos e tipográficos e pode ser constituído por mapas, fotografias, ilustrações, gráficos e outros recursos visuais, inclusive aqueles mais abstratos e não necessariamente icônicos” (TEIXEIRA, 2010, p. 18).

A autora estabelece, ainda, que a produção de infográfico na internet pode incluir recursos multimídia, como vídeos e áudios, e permitir, também, que sejam utilizadas informações disponibilizadas em banco de dados para construir a infografia, estabelecendo a interatividade. Porém, Teixeira (2010) esclarece que o infográfico, enquanto discurso, deve passar uma informação de sentido completo, em que nem imagem nem texto devem se sobressair a ponto de tornar um ou outro dispensável.

Na página “Visualizações e Dados” (<https://femini-dados.wixsite.com/femini/visualiza%C3%A7%C3%B5es-e-dados>), há mais infográficos e dois mapas, em uma iniciativa de apresentar os dados de forma dinâmica e interativa.

No caso específico dos mapas, o processo de produção envolveu a adição manual do número de casos em cada estado (Figura 31) e adição automatizada de número de casos em cada bairro de São Luís (Figura 32).

Figura 42 - Página Visualizações e Dados



Feminicídios no Brasil, em 2018



Fonte: A autora (2022)

Figura 43 - Mapa na página Visualizações e Dados**Importunação Sexual em São Luís em 2021 - Bairros**

Fonte: A autora (2022)

Para criar os mapas, foi utilizada a ferramenta My Maps⁴⁵ do Google. Nela, é possível utilizar o mapa mundial já existente e criar camadas, adicionando marcadores com informações escolhidas. Pode-se trabalhar com todo o globo e por meio do zoom no mapa, aproxima-se ou distancia-se dos locais escolhidos.

Em "Número absoluto de feminicídio por estado, em 2018" (Figura 31, acima), os marcadores foram adicionados manualmente. Cada estado brasileiro possui um marcador, inserido de maneira aleatória, respeitando as divisas de cada um. As informações sobre o número de casos de feminicídio eram digitadas a cada novo marcador.

Para o mapa de "Casos de Importunação Sexual por Bairros - 2021" o processo foi automatizado. Eram 96 bairros no total. Na planilha com as informações do nome do local e o número de casos, foram adicionadas as colunas Latitude e Longitude, com as coordenadas geográficas de cada bairro. As informações das coordenadas já estavam em posse da pesquisadora por meio de trabalhos anteriormente realizados. Porém, no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, é possível ter acesso a bases de geolocalização. Após agrupar o bairro com suas respectivas coordenadas, importou-se a planilha no My Maps, e foram definidas as colunas para posicionar e identificar os marcadores. O mapa pronto foi incorporado ao site da plataforma Femini. Abaixo, etapas do processo.

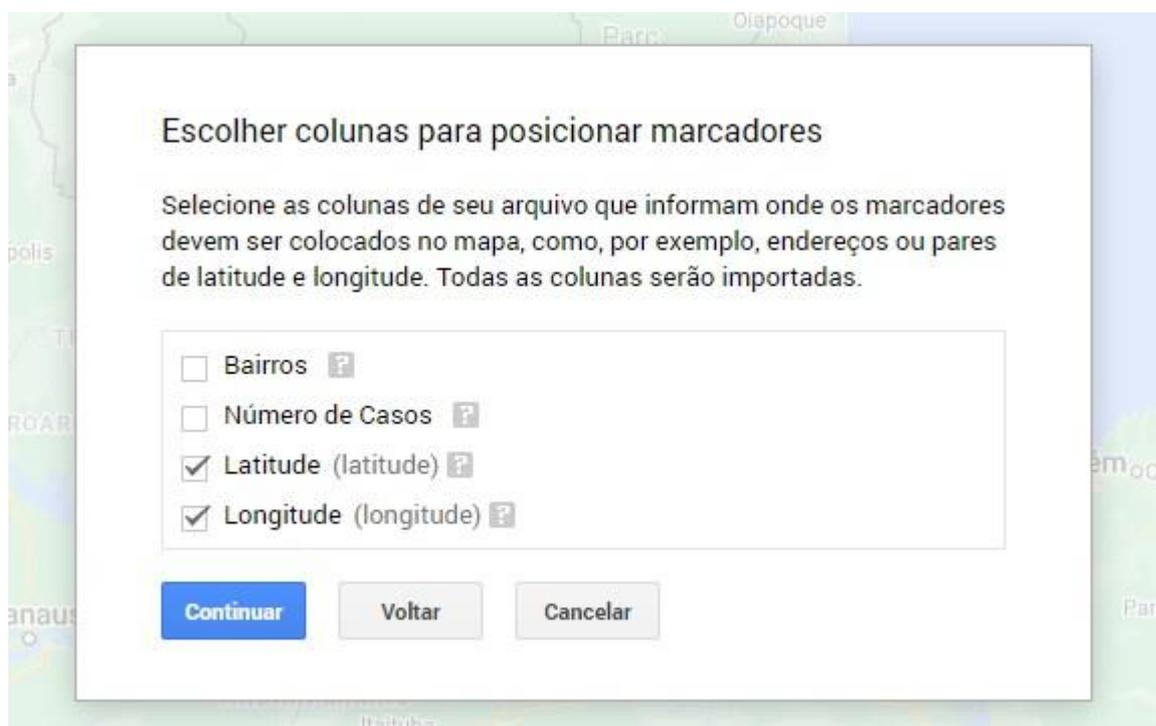
⁴⁵ Disponível em: <https://mymaps.google.com>

Figura 44 - Recorte da planilha com colunas de latitude e longitude dos bairros de São Luís

1	Bairros	Número de Casos de Importunação Sexual em 2021	Latitude	Longitude
2	Angelim		1 2°31'59.7"S	44°14'09.1"W
3	Anil		2 2°32'59.1"S	44°14'28.5"W
4	Anjo da Guarda		1 2°33'08.5"S	44°19'51.2"W
5	Apedouro		1 2°32'30.6"S	44°16'20.2"W
6	Araçagi		2 2°28'37.6"S	44°11'57.7"W
7	Areinha		0 2°32'54.6"S	44°17'36.9"W
8	Aurora		1 2°32'48.5"S	44°14'08.2"W
9	Bairro de Fátima		1 2°32'44.3"S	44°16'44.0"W
10	Benedito		1 2°31'24.8"S	44°14'40.8"W

Fonte: A autora (2022)

Figura 45 - Escolha de colunas para posicionar marcadores no mapa, após importação da planilha no My Maps



Fonte: A autora (2022)

Figura 46 - Informação de um dos marcadores inserido no mapa



Fonte: A autora (2022)

Nesta versão da Femini, há a opção para fazer download de uma das bases de dados e uma lista links para redirecionamentos para outras bases, em que a lista possui opção de busca. O objetivo é que os jornalistas possam ter acesso aos dados de maneira mais rápida e em um só lugar, além de poder conhecer exemplos de visualizações e aplicá-las em suas produções jornalísticas. Essas funcionalidades são apresentadas sob a ideia de inovação, já que, como afirmam Mielniczuk;Träsel,

A utilização de fontes documentais e bases de dados no processo de apuração de informações para a realização de reportagens, embora não se trate de algo novo, é muito pouco praticado e recentemente parece ter tido o seu valor descoberto em meio à necessidade de construir novos caminhos para o jornalismo. (MIELNICZUK; TRÄSEL, 2017, p.612).

Storsul;Krumsvik (2013) percebem a inovação na mídia como algo que pode incluir mudanças em vários aspectos: desde o desenvolvimento de novas plataformas de mídia, a novos modelos de negócios, a novas formas de produzir textos de mídia.

Para esses autores, a inovação no jornalismo pode acontecer por meio de inovação de produto, relacionada a novas plataformas de mídias, novos serviços, ou mudanças em gêneros e padrões de comunicação; inovação de processo, que inclui mudanças na forma em que produtos/serviços são criados e entregues; e inovação de posição, que envolve mudanças em como os produtos ou serviços são enquadrados em contextos específicos. Nessas definições, o artefato desenvolvido enquadra-se em um processo de inovação de produto e processo.

Na página "Violência contra Mulher" (<https://femini-dados.wixsite.com/femini/viol%C3%Aancia-contra-mulher>), e nas subpáginas "Leis" e "Fontes para Jornalistas", são apresentadas as informações sobre a temática principal do

produto. As informações foram disponibilizadas em formatos com interatividade e hipertextualidade e incluem: infográfico sobre os tipos de Violência contra Mulher, base de fontes, e linha do tempo sobre as leis que garantem proteção às mulheres. Esta última foi construída por meio da ferramenta TimelineJS⁴⁶, que fornece uma planilha padrão em que cada campo preenchido será convertido em partes de uma visualização de linha do tempo.

Figura 47 - Recorte da planilha para construção da linha do tempo

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
1	Year	Month	Day	Time	End Year	End Month	End Day	End Time	Display Date	Headline	Text	Media	Media Credit
2										Leis brasileiras que protegem as mulheres	<p>Conheça as leis que protegem mulheres em situação de violência, salva vidas, pune os agressores, fortalece a autonomia das mulheres, educa a sociedade, cria meios de assistência e atendimento humanizado, além de agregar à política pública, valores de direitos humanos.</p> <p>A Lei 11.340/2006 tem o objetivo de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher de forma a prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, através de medidas protetivas</p>	https://drive.google	

Fonte: A autora (2022).

Figura 48 - Linha do tempo da página "Leis"



Fonte: A autora (2022)

⁴⁶ Disponível em: <http://timeline.knightlab.com/#make>

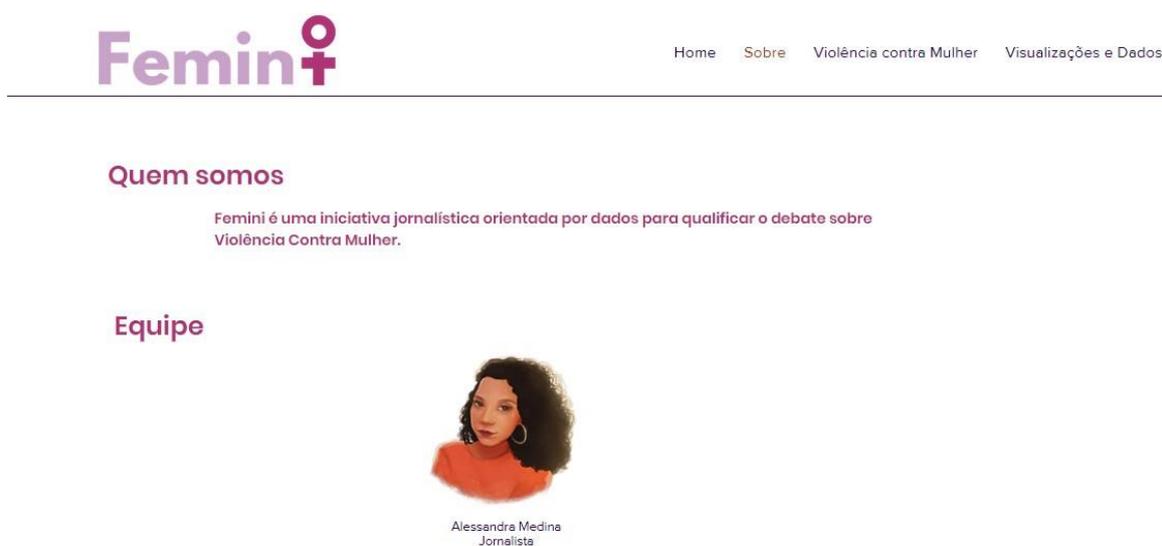
Figura 49 - Página Fontes para jornalistas



Fonte: A autora (2022)

Na página “Sobre”, informações institucionais sobre a Femini e a equipe de trabalho podem ser encontradas. Um formulário de contato é encontrado em todas as páginas, além de um formulário para inscrição em *newsletter*. A intenção dessa inscrição é que os usuários possam receber novidades atualizações sobre visualizações e dados disponibilizados no site, ou outras informações sobre Violência Contra Mulher.

Figura 50 - Página Sobre



Fonte: A autora (2022)

A Femini sofreu diversas mudanças ao longo de sua construção. Desde a própria percepção do seu formato até a versão aqui apresentada, a plataforma passou por momentos de

construção e reconstrução. Ao comparar o produto com o roteiro, é possível perceber novas decisões tomadas para funcionalidades, objetivos e usuários, e o que antes estava planejado foi repensado. Avalia-se aqui que as divergências entre plano e prática estão longe de demonstrar uma falha da aplicação do roteiro ou uma falha metodológica, mas apenas representam o processo foi realizado. Estudos, testes e aplicações foram necessários para definir o que funciona ou não dentro da plataforma, sem esquecer as funcionalidades propostas e o público-alvo pensado.

5.4 DIFICULDADES ENCONTRADAS

Durante o percurso de desenvolvimento desta versão da Femini, dificuldades foram encontradas. São elas:

- a) Acesso aos dados: Apesar de identificadas as instituições que trabalham com Violência contra Mulher, poucas têm, de fato, uma base de dados e a disponibilizam no ambiente virtual. Quando disponibilizam, são em formato PDF, um formato que, para Rogers (2013), dificultam o trabalho de coleta e análise, tornando o trabalho, que poderia ser automatizado, em uma tarefa manual e longa.
- b) Controle de utilização do conteúdo: Ainda não há forma de controle para identificar se as visualizações e informações foram utilizadas por jornalistas em suas produções. Estuda-se a aplicação de questionário com jornalistas com envio de uma nova versão do produto, a fim de perceber como os usuários interagem com o produto e verificar a inclinação deles para fazer registros no site.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que uma dissertação e um relatório técnico de desenvolvimento de produto, este trabalho é um relato de formação de jornalista de dados. A pandemia de COVID-19 configurou novos funcionamentos para as dinâmicas sociais e profissionais e a busca por novas perspectivas de mercado de trabalho surgiram. Os cursos on-line se expandiram e a temática de Jornalismo Guiado por Dados ganhava novas aulas e materiais.

Aproveitou-se a nova rotina para participar dessas oportunidades de aquisição de conhecimento e a empolgação estava ali representada em um objetivo: tornar-se jornalista de dados. Portanto, direcionar todos os aspectos profissionais e acadêmicos para este caminho era inevitável. Convergir estudo e prática era essencial.

Assim, a escolha de se trabalhar com JGD durante o percurso do Mestrado Profissional em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão nasceu, visto que o interesse pela área já dava seus indícios desde os anos de graduação.

Até aquele momento, sabia-se o que a teoria dizia: os dados, responsáveis por estruturar o mundo, têm uma história a contar e é preciso desvendá-la. As possíveis histórias que os dados sobre Violência contra Mulher poderiam revelar chamavam a atenção, pois havia a possibilidade de elas serem mais do que os boletins de ocorrência poderiam registrar.

Se nesta pesquisa tentou-se resumir o fluxo de trabalho do JGD em extração, análise e visualização, o processo de prática deste fluxo mostra que somente três etapas parecem ser simples, mas englobam especificidades que exigem atenção do profissional.

Extrair os dados é o primeiro passo e ele, por si só, carrega um alto grau de complexidade. Para o trabalho com Violência contra Mulher, listou-se instituições para o processo de coleta de informações, mas cada órgão funciona à sua maneira. Enquanto um registra apenas tentativas de feminicídio, outro divulga relatórios sobre os homicídios de mulheres. Alguns sequer registram a violência patrimonial. Mais do que uma biografia de dados, é preciso uma biografia da cidade e das próprias instituições. Em alguns relatórios e pesquisas, o recorte racial não é revelado, em outros a idade das vítimas não é considerada, e às vezes os locais dos crimes não são compreendidos, resultando em tabelas com registros diferentes de uma mesma localidade.

O volume de dados também pode ser frustrante. A teoria prepara para uma quantidade massiva, mas algumas tabelas possuem 4 colunas e 5 linhas e a primeira impressão é a de que falta algo. Mas se a falta de dados é um dado, uma linha e duas colunas podem ser suficientes para revelar um aumento de número de casos de importunação sexual de 2019 para 2020, por

exemplo. O jornalista não deve ter receio de trabalhar com os dados, mesmo que eles não atendam à sua expectativa.

O processo de análise traz consigo o viés de quem analisa. O recorte de Violência contra Mulher às vezes leva a um caminho de apenas considerar esses dados em um relatório geral de violência, quando as próprias mulheres estão inseridas em um contexto nacional e que envolvem outros grupos sociais ou minoritários. Entender o impacto da violência contra as mulheres requer o entendimento do número geral de violência e de números populacionais. Requer, ainda, a compreensão do que é ser mulher e qual papel social destinado a ela. Se em uma análise de dados percebe-se que mulheres são vítimas de violência, os números são alarmantes, e as mulheres negras são mais vulneráveis, é preciso buscar cada desdobramento dessa análise. Ir para além do enviesamento pode resultar em questionamentos sobre a representação da realidade em números, se os dados conseguem ser precisos ou se há subnotificação.

A etapa de visualização requer cuidado. As representações visuais podem levar a interpretações errôneas do que números disseram. Dados mal analisados podem resultar em péssimos gráficos, mapas imprecisos ou infográficos que comunicam algo distante do que era intencionado.

Além do cuidado, é preciso uma certa frieza. Escolher a melhor forma de representar o cenário de um crime é cruel. Nos infográficos de Violência contra Mulher, a vítima é ilustrada de forma triste, sofredora, ou em poses e situações que performam o silenciamento que sofre diariamente.

Recursos interativos, de hipermídia, visuais atrativos, cores chamativas ou sóbrias, sem deixarem de apelar para os olhos, tipografia correta, tamanhos proporcionais. Todos são elementos a que se recorre para fazer o público consumir a visualização. É quase uma exposição lúdica do que é violência. Cruel, mas necessário para revelar as nuances desse ato que vitimiza mulheres dia a dia.

À plataforma Femini, cabe este papel de ser uma ferramenta reveladora. A princípio, na versão descrita neste trabalho, ela se propõe a ser útil a jornalistas, se propõe a ser fonte para trazer novas perspectivas sobre a Violência contra Mulher, apresentando informações sobre a Lei Maria da Penha, realidade do Maranhão quanto à violência e o panorama dos bairros de São Luís.

Na construção da Femini, foram adicionados às etapas de extração, análise e visualização alguns elementos, como: (1) questionamentos, visto que a todo instante perguntas surgiam, por exemplo: *por que este dado foi armazenado desta forma?* ou *por que esta*

instituição demora tanto a disponibilizar os dados?; (2) compartilhamento, pois a plataforma em sua própria estrutura é uma ferramenta de compartilhamento de informações; (3) empoderamento, por disponibilizar informações que dão às cidadãs poder de conhecer e reconhecer as violências.

Além do caráter social, a Femini representa um resultado prático do que é ser jornalista de dados, funcionando como espaço de aplicação e experimentação de novas ferramentas e possibilidades do JGD.

A plataforma está longe de estar perfeita e completa. Sempre há espaço para melhorias e elas serão aplicadas para além da execução deste trabalho. Não se tem a intenção de deixar a Femini limitada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mestrado Profissional da UFMA, sendo ela um artefato pensado para ir além do ambiente acadêmico e para ser utilizado como espaço profissional.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Trad. Jacob A. Pierce. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 (Clássicos da Comunicação).

ANDERSON, C.; BELL, Emily e SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. In: **Revista de Jornalismo ESPM**, n. 5, ano 2, São Paulo, p. 30-89, abril/maio/junho 2013.

ANDERSON, Christopher William. **Apostles of certainty**: Data journalism and the politics of doubt. Oxford University Press, 2018.

ANDI, Comunicação e Direitos; GALVÃO, Instituto Patrícia. **Violência contra a mulher**: estudo revela predominância de viés policialesco na cobertura noticiosa do tema. Brasília. 2011. Disponível em <http://www.andi.org.br/sites/default/files/resumo_executivo_mulher_violencia_ANDI_2011.pdf>.

ARAÚJO, L. V. **A web e o jornalismo de dados**: mapeamento de conceitos chave. *Dispositiva*, v. 5, n. 1, p. 144–163, 2018.

ARTIGO 19. **Violência contra a mulher no Brasil**. Acesso à informação e políticas públicas. 2015.

BANDEIRA, Maria Lourdes. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de Holanda. *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. Bazar do Tempo, 2019.

BARBOSA, Suzana. Sistematizando conceitos e características sobre o jornalismo digital em base de dados In: BARBOSA, Suzana. **Jornalismo Digital de Terceira Geração**. Covilhã: LABCOM - Universidade Beira Interior, 2007.

BARBOSA, Suzana. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. In: CANAVILHAS, João. **Notícias e Mobilidade**. O Jornalismo, na era dos dispositivos móveis. Covilhã: LABCOM Universidade Beira Interior, 2013.

BARR, Caelainn. Construindo seu próprio conjunto de dados: crimes com armas brancas no Reino Unido. In: GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana. **Manual de Jornalismo de Dados**: Rumo a uma prática crítica de dados. Tradução de ABRAJI. Disponível em: http://datajournalismcom.s3.eu-central-1.amazonaws.com/handbooks/The-Data-Journalism-Handbook-2_PT.pdf. Acesso em: 21 dez. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELISÁRIO, Katia Maria; REIS, Anna Caroline Magalhães. A cobertura midiática dos crimes de violência contra a mulher: preconceito e silenciamentos. **Communication, technologies et développement**, n. 7, 2019.

BERTOCCHI, Daniela. **Dos dados aos formatos**: a construção de narrativas no jornalismo digital. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2016.

BERTOLINI, Sonia Maria Marques Gomes et al. Pesquisa científica: Do planejamento à divulgação. Paco Editorial, 2016.

BOUNEGRU, Liliana. Jornalismo de dados em perspectiva. In: **Manual de Jornalismo de Dados**. Cambridge: Open Knowledge Foudation, 2014.

BRADSHAW, Paul. O que é o jornalismo de dados? In: **Manual de Jornalismo de Dados**. Cambridge: Open Knowledge Foudation, 2014.

BRADSHAW, Paul. The “second wave” of data journalism. In: MAIR, John et. al (Ed.). *Data Journalism: past, present and future*. [S.l.]: Abramis, 2017. p. 244-253.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. 16a. edição. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAIRO, Alberto. **El Arte Funcional**. Infografía y visualización de información. Madrid: Alamut, 2011.

CAIRO, Alberto. **The Truthful Art: Data, Charts, and Maps for Communication**. New Riders, 2016.

CANAVILHAS, João. Hipertextualidade: Novas arquiteturas noticiosas. In: CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 caraterísticas que marcam a diferença**, 2014.

CARD, S. K.; MACKINLAY, J. D.; SHNEIDERMAN, B. **Readings in Information Visualization: Using Vision to Think**. Academic Press. 1999. Disponível em <https://bit.ly/2MMp52i>. Acesso: 11 mar. 2022.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. IN: CARDOSO, Ruth et al. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Sobre a Violência. Rio de Janeiro, Zahar Editores: 1985.

COSTA, Adriano Belisário Feitosa et al. **Fluxo do Trabalho com dados**: do zero à prática. São Paulo: Open Knowledge Brasil, 2020.

CRUCIANELLI, Sandra. **Ferramentas Digitais para Jornalistas**. Tradução de Marcelo Soares. Knight Center for Journalism in the Americas. 2013.

DARMANGEAT, Christophe. **A opressão das mulheres, no passado e presente—para acabar no futuro!** Uma perspectiva marxista. Rio de Janeiro, Rizoma, 2017.

DE LIMA SANTOS, Mathias Felipe. 2019. “TEM #DDJBR AQUI? Mapeando a Presença Do Jornalismo de Dados No Brasil.” In **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares Da Comunicação**, 1–16. Belém. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2019/resumos/R14-1396-1.pdf>. Acesso em 20. out. 2021.

- D'IGNAZIO, Catherine. Jornalismo de dados: o que o feminismo tem a ver com isso? In: GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana. **Manual de Jornalismo de Dados: Rumo a uma prática crítica de dados**. Tradução de ABRAJI. 2021. Disponível em: http://datajournalismcom.s3.eu-central-1.amazonaws.com/handbooks/The-Data-Journalism-Handbook-2_PT.pdf. Acesso em: 21 dez. 2021.
- D'IGNAZIO, Catherine; KLEIN, Lauren F. *Data feminism*. MIT press, 2020.
- FEITOSA, Marcio Porto. *Fundamentos de banco de dados*. Clube de Autores (managed), 2008.
- FERRARI. **Jornalismo Digital**. 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- FIDALGO, António. A resolução semântica no jornalismo online. In: BARBOSA, Suzana. *Jornalismo Digital de Terceira Geração*. Covilhã: LABCOM - Universidade Beira Interior, 2007.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editona Unesp, 2009.
- GARRISON, Bruce. **Computer-Assisted Reporting**. 2nd ed. University of Miami, 1998.
- GEHRKE, Marília. **Os elementos de transparência no jornalismo guiado por dados**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021
- GUILHERME, Andrielle Cristina Moura Mendes. *Jornalismo de Dados e o Combate à Violência contra as Mulheres: um estudo sobre a Gênero e Número*. **Âncora - Revista Latino-Americana De Jornalismo**, v. 6, p. 258-277, 2019.
- GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana. **Manual de Jornalismo de Dados: Rumo a uma prática crítica de dados**. Tradução de ABRAJI. 2021. Disponível em: http://datajournalismcom.s3.eu-central-1.amazonaws.com/handbooks/The-Data-Journalism-Handbook-2_PT.pdf. Acesso em: 21 dez. 2021.
- HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: HOLLANDA. Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.
- HERAVI, Bahareh R. Data journalism in 2017: A summary of results from the global data journalism survey. In: **International Conference on Information**. Springer, Cham, 2018. p. 107-113.
- HOLOVATY, Adrian. **A fundamental way newspaper sites need to change**. 2006. Disponível em: <http://www.holovaty.com/writing/fundamental-change/>. Acesso em 15 out. 2021.

HOW to Understand the Data You're Working With. Produção: Knight Center. YouTube. 8:30. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t5ku0MhmBB8>. Acesso em: 15 out. 2021.

HOWARD, Alexander Benjamin. The art and science of data-driven journalism. Tow Center for Digital Journalism, Columbia University, 2014.

HUGHES, Nicola. A beginner's guide to data journalism and data mining/scraping. In: MAIR, John et al. Data journalism: Mapping the future. Arima publishing, 2014.

KANNO, MARIO; BRANDÃO, Renato. Manual de Infografia. Folha de São Paulo, 1998.
KARAM. Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. Summus Editorial, 2014.

KIND, Luciana et al. Subnotificação e (in) visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, p. 1805-1815, 2013.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Myths of Male Dominance: Collected Articles on Women Cross-Culturally**. Haymarke Books, 2008.

LONGHI, Raquel Ritter; CORDEIRO, William Robson. No jornalismo imersivo, o infográfico é hiper. **LÍBERO**, n. 42, p. 159-174, 2018.

LORENZ, Mirko. Por que os jornalistas devem usar dados? In: **Manual de Jornalismo de Dados**. Cambridge: Open Knowledge Foundation, 2014.

LORENZ, Mirko. Status and Outlook for data-driven journalism. In: JOURNALISM meets data. Data-driven journalism: What is there to learn? A paper on the data-driven journalism roundtable. Amsterdam, 2010.

MA, Yolanda Jinxin. Práticas alternativas de dados na China. In: GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana. **Manual de Jornalismo de Dados: Rumo a uma prática crítica de dados**. Tradução de ABRAJI. 2021. Disponível em: http://datajournalismcom.s3.eu-central-1.amazonaws.com/handbooks/The-Data-Journalism-Handbook-2_PT.pdf. Acesso em: 21 dez. 2021.

MACHADO, Elias. A Base de Dados como espaço de composição multimídia. In: BARBOSA, Suzana. **Jornalismo Digital de Terceira Geração**. Covilhã: LABCOM - Universidade Beira Interior, 2007.

MANCINI, Leonardo; VASCONCELLOS, Fabio. Jornalismo de Dados: conceito e categorias. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 18, n. 1, p. 69-82, 2016.

MANOVICH, Lev. The Language of New Media. MIT Press, 2002.

MANOVICH, Lev. O que é visualização? Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 1, n. 8, p.146-172. 2011.

MARCH, S. T.; SMITH, G. F. Design and natural science research in Information Technology. **Decision Support Systems**, v. 15, p. 251-266, 1995.

MARCHAND, Isabelle. Storytelling: the key to unlocking the meaning of data. In: MAIR, John et. al (Ed.). *Data Journalism: past, present and future*. [S.l.]: Abramis, 2017. p. 244-253.

MEYER, Philip. **Precision Journalism**: A reporter's introduction to Social Science Methods, 4th ed. Rowman & Littlefield Publishers, 2002.

MIELNICZUK, Luciana; TRÄSEL, Marcelo. Jornalismo Guiado por Dados como Inovação Profissional e seus Desafios para a Educação. **Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 609-629, 2017.
MOREIRA, Núbia Regina Moreira. **FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO**: igualdade, diferença e representação. 2007

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Bazar do tempo, 2019.

NEPOMUCENO, Margarete Almeida. "Um grito por elas": notas sobre o midiativismo do projeto de extensão sobre violência contra as mulheres na UFPB. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em:
<http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499478731_ARQUIVO_artigofinalfazendogenero.pdf>. Acesso em 20 dez. 2020.

OCHOA, Beatriz Elena Marín. *La Infografía Digital – Una Nueva Forma de Comunicación*. Barcelona. 2009. Tese.
Universitat Autònoma de Barcelona.

PALACIOS, Marcos. Memória: Jornalismo, memória e história na era digital.
CANAVILHAS, João. **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença, 2014.

PARA iniciantes: o que são dados? Escola de Dados, 2022. Disponível em:
<https://escoladedados.org/tutoriais/o-que-sao-dados/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PEREZ, Caroline Criado. **Invisible women**: Exposing data bias in a world designed for men. Random House, 2019.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1o. sem. 2005.

RAMOS, P. C. **Gramática negra contra a violência de Estado**: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018). Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

RODRIGUES, Adriana Alves. **Visualização de dados na construção infográfica**: abordagem sobre um objeto em mutação. Pós-Graduação em Jornalismo e Convergência Midiática da Faculdade Social da Bahia (FSBA), 2010.

RODRIGUES, Fadja Mariana Fróes. **Memória e violência contra a mulher: o Femicídio como último ato da dominação masculina.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, UESB, 2020.

ROGERS, Simon. **Facts are Sacred:** Text only ebook. Guardian Faber Publishing, 2013.

ROGERS, Simon. Why data journalism e the new punk. In: MAIR, John et al. Data journalism: Mapping the future. Arima publishing, 2014.

ROGERS, Simon. Putting the gheart and humanity into DJ's hard numbers. In: MAIR, John et. al (Ed.). Data Journalism: past, present and future. [S.l.]: Abramis, 2017. p. 244-253.
ROST, Alejandro. Interatividade: Definições, estudos e tendências. In: CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 caraterísticas que marcam a diferença,** 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos pagu,** p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALAVERRÍA, Ramón. Multimedialidade: informar para cinco sentidos. In: CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 caraterísticas que marcam a diferença,** 2014.

SANTOS, Márcio Carneiro dos. Métodos digitais e a memória acessada por APIs: Desenvolvimento de ferramenta para extração de dados de portais jornalísticos a partir da WayBack Machine. **Revista Observatório,** v. 1, n. 2, p. 23-41, 8 dez. 2015.

SANTOS, Márcio Carneiro Dos. Pesquisa Aplicada em Comunicação - O estranhamento da interdisciplinaridade que nos assombra. **Comunicação & Inovação,** [s. l.], v. 19, n. 41, 2018. Disponível em: <https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/5469>. Acesso em: 27 out. 2021.

SANTOS, Márcio Carneiro Dos. A datificação de um campo de conhecimento. **Organicom,** [s. l.], v. 16, n. 31, p. 145–157, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/161444>. Acesso em: 31 out. 2021.

SANTOS, Márcio Carneiro dos Santos. Roteiro para o design de projetos orientados a produtos. 2021. Disponível em: <https://mcsufma.medium.com/roteiro-para-o-design-de-projetos-orientados-a-produtos-dc3268d7c2ea>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** 1ed. São Paulo: Claro enigma, 2012.

SOJO, Carlos Abreu. **La infografía periodística.** Fondo Editorial Humanidades, 2000.

SORJ, Bila. MONTERO, Paul. SOS-Mulher e a luta contra a violência. IN: CARDOSO, Ruth et al. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Sobre a Violência. Rio de Janeiro, Zahar Editores: 1985.

SOUZA, Giselle; PAIVA, Luzimar. **Repertório Bibliográfico sobre a Condição do Negro no Brasil**. Edições Câmara, 2018.

STORSUL, Tanja; KRUMSVIK, Arne. What is media innovation? In: _____ (Ed.). **Media innovations: a multidisciplinary study of change**. Göteborg: Nordicom, 2013.

TAURION, Cezar. **Big data**. Brasport, 2013.

TRÄSEL, Marcelo Ruschel. **Entrevistando planilhas: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. MELO, Mônica de. **O que é violência contra a Mulher**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense, 2002.

TEIXEIRA, Tattiana. **Infografia e Jornalismo**. Conceitos Análises e Perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2010.

WILKE, Claus O. **Fundamentals of Data Visualization: A Primer on Making Informative and Compelling Figures**. O'Reilly Media, 2019.

WILLIAMS, P.; NICHOLAS, D. **Journalists, news librarians and the Internet**. New Library World, 1997.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Ed.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo, 2019.

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro para o design de projetos orientados a produtos

Roteiro respondido em 2021.

Nome: Alessandra P. Ribeiro Medina

Título do Projeto: BASE DE DADOS E INFOGRAFIA NOS PORTAIS JORNALÍSTICOS DE SÃO LUÍS A PARTIR DE DADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

1.0 - Verificando as premissas:

1.1 - Quais os objetivos do projeto?

O objetivo do projeto é fortalecer a utilização de base de dados e infografia dentro dos portais jornalísticos de São Luís a partir de uma base de dados de Violência Contra Mulher, com dados da capital maranhense.

1.2 - Qual é o produto cujo desenvolvimento está associado ao projeto?

Base de dados sobre Violência contra Mulher, com dados da cidade de São Luís que, além de permitir acesso aos dados (visualização na própria página ou em CSV), **disponibilizará gráficos/infográficos para que os jornalistas possam utilizar em suas produções,** por meio de incorporação ou como imagem. O produto se propõe a oferecer o maior número de dados possíveis (ex: número de vítimas, tipo de violência, incidências em bairros, profissões de vítimas e agressores etc), em que possa ser possível entender qual o cenário da Violência Contra Mulher em São Luís

A base de dados estará disponível em uma página web, que contará com informações sobre Violência contra Mulher, por exemplo: quais tipos de violência, quais canais de denúncias e orientações para jornalistas conversarem com as vítimas (para os casos de violência física e sexual, que as vítimas estão fragilizadas, como manter a sensibilidade ao mesmo tempo que coleta informações).

Os dados que comporão a base serão coletados em bases de dados já existentes, no ambiente digital ou não. A intenção do produto é padronizar os dados e oferece-los em um único lugar. O usuário poderá filtrar resultados.

1.3 - Que problema(s) o produto pretende resolver ou ajudar a resolver?

O produto pretende resolver os seguintes problemas: falta de dados/falta de padronização de dados sobre Violência Contra Mulher em São Luís; dificuldades na produção de gráficos infográficos por parte dos jornalistas, e dificuldades na abordagem das vítimas que

são fontes para a notícia. Todas essas dificuldades foram identificadas por meio de aplicação de *Google Forms*, que contou com 23 respostas de jornalistas das redações G1 MA, Imirante, O Imparcial e jornalistas freelancers.

A pouca inserção de base de dados e infografia nos portais jornalísticos de São Luís também será uma problemática a ser resolvida. Ao realizar a busca avançada no Google “"violência contra mulher" site:oimparcial.com.br”, o retorno é de aproximadamente 70 resultados. Apenas 1 resultado apresentou utilização de infografia. Porém tal resultado estava registrado com autoria de “Da Redação com informações do Correio Braziliense”, não deixando claro se o infográfico foi uma produção local ou reprodução. Portais como G1 MA e Imirante apresentam a utilização de infografia, apesar de uma forma ainda tímida.

1.4 - Quem são os possíveis beneficiários do produto que o projeto vai desenvolver? Seja específico definindo de preferência algum tipo de segmentação.

Jornalistas que trabalham em portais jornalísticos de São Luís e precisam produzir notícias sobre Violência Contra Mulher e utilizar dados da capital maranhense.

1.5 - Em que sentido, aspectos ou métricas o produto pretende beneficiar os usuários?

O produto beneficia os usuários (jornalistas de portais jornalísticos de SLZ) ao trazer dados referentes a cidade de São Luís e, ainda, facilitar o processo de geração das visualizações de dados, otimizando tempo.

1.6 - Baseado em que fatos ou dados você acredita que o seu produto poderá ter tal utilidade(s)?

As utilidades de fornecimento de dados, infográficos e informações sobre Violência contra Mulher propostas pelos produtos surgem a partir do fato que os jornalistas dos portais jornalísticos de São Luís sentem dificuldades em encontrar os dados (ou encontra-los de forma padronizada) e carecem de técnicas para produção de infográficos.

1.7 - Como validou ou pretende validar esta presunção?

Essa presunção foi validada a partir de aplicação de *Google Forms* com jornalistas das redações G1 MA, Imirante, O Imparcial e jornalistas freelancers (não são oficialmente da redação, mas trabalham sob demanda). O questionário obteve 23 respostas.

Apesar de 100% dos jornalistas responderem “Sim” à pergunta "Os meios digitais são boas fontes de informação para a produção dessas notícias? (ex: sites, bases de dados,

aplicativos)", todos responderam "Sim" para "Você tem dificuldades para encontrar dados sobre Violência contra Mulher em São Luís nos meios digitais?". Em "Quais dificuldades encontradas?", as respostas variavam entre "Falta de dados", "Os dados nacionais não trazem números de São Luís" e "Faltam informações".

2.0 - Avaliando o contexto:

2.1 - Existem fatores legais, tecnológicos, culturais, sociais, econômicos ou outros que impactam o desenvolvimento e/ou a possível adoção do seu produto? Liste e explique a relação, nos que achar.

Fatores legais: Lei de Acesso à Informação. Os dados sobre Violência contra Mulher em São Luís serão coletados a partir de bases de dados já existentes, sejam elas em ambientes digitais ou não. Portanto, para o caso de algum órgão institucional não ceder os dados ou oferecer resistência, a LAI poderá ser utilizada. A Lei Maria da Penha também precisa ser consultada, para fins de informação sobre as definições de Violência contra Mulher.

Fatores tecnológicos: O meu produto precisa olhar para o fator tecnológico por ser um produto para o ambiente digital, em que precisa de uma página para estar hospedado, além de necessitar de ferramentas digitais para as etapas de extração e análise de dados. Por exemplo, extrair os dados das diferentes bases necessita de apoio tecnológico como ferramentas de extração ou ferramentas para organização de dados, a exemplos de softwares de planilhas, para reunir e padronizar os dados.

Fatores sociais: O produto trata de dados referentes à Violência Contra Mulher, o que necessita de sensibilidade na produção de infográficos e no fornecimento das informações sobre o tipo de violência e em como conversar com as vítimas. Os fatores sociais influenciam no produto na tomada de decisões de que tipo de informação será disponibilizada e como ela será disponibilizada.

2.2 - Faça uma matriz SWOT para o desenvolvimento do seu produto.

Strengths	Weaknesses	Opportunities	Threats
<p>Dados específicos de São Luís</p> <p>Personalização de resultados por meio de filtros</p> <p>Oferecimento de gráficos e infográficos</p>	<p>Funcionalidades dependendo de dados extraídos de fontes externas</p> <p>Sem acesso à internet = sem acesso à base de dados</p> <p>Problemas no servidor de hospedagem = problemas no acesso ao produto</p>	<p>Fortalecimento da cultura de infografia nos portais jornalísticos de São Luís</p> <p>Inovação em produção jornalística para os portais</p> <p>Utilização da base de dados por outros usuários para além de jornalistas (pesquisadores, advogados, órgãos institucionais)</p> <p>Integração da Base de Dados pelos órgãos institucionais</p>	<p>Jornalistas com pouco tempo de produção de notícias, o que afeta a disponibilidade para acessar a base de dados</p> <p>Jornalistas com resistência a experiências tecnológicas</p> <p>Preferências por base de dados institucionais, mesmo que o produto faça extração dessas bases.</p>

2.3 - Há produtos semelhantes ao seu? Se positivo, que diferenciais seu produto oferece para justificar o desenvolvimento de algo que já está disponível?

Sim. [EVA](#), [Gênero e Número](#) e [Instituto Patrícia Galvão](#) são alguns exemplos de produtos semelhantes, e há iniciativas internacionais existentes. Porém, os produtos existentes não trazem os dados específicos da cidade de São Luís e infografias relacionadas, não sendo suficientes para solucionar a problemática de “falta de dados” apontadas por jornalistas ao se referirem a produção de notícias sobre Violência Contra Mulher em São Luís.

2.4 - Como pesquisou a existência ou não de produtos semelhantes?

A partir de leituras de trabalhos acadêmicos relacionados a Jornalismo de Dados e Violência Contra Mulher; buscas simples no Google com os termos “base de dados” e “violência contra mulher”; buscas avançadas com os operadores de pesquisa “*violência contra*

mulher" site:github.com e "feminicídio" site:github.com e acesso a sites de iniciativas jornalísticas especializadas em Violência Contra Mulher.

3.0 - Avaliando o produto:

3.1 - Considerando a terminologia da Design Science seu produto estaria relacionado a que tipo de artefato (constructo, modelo, processo, instanciação, recomendações de projeto, outro)?

Instanciação, pois o produto estará em operação no ambiente que gerou a necessidade da solução

3.2 - Que funcionalidades seu produto vai oferecer?

Acesso a base de dados – O usuário será capaz de visualizar e baixar as bases de dados disponibilizadas. Os dados podem ser filtrados.

Acesso a Gráficos e Infográficos – o usuário será capaz de gerar gráficos a partir dos filtros que selecionar. Exemplo: ao acessar a base de dados, o usuário optou por serem mostrados dados referentes a Ano e Número de vítimas, assim será gerado um gráfico. Pretende-se seguir a lógica dos editores de planilha (ou até mesmo utiliza-los dentro da página, a exemplo do Google Sheets). O usuário poderá gerar um código de incorporação deste gráfico, assim permitindo que o gráfico, caso seja interativo, mantenha essa interatividade em outras páginas. Há ainda a opção de o usuário salvar o gráfico como imagem, para simplificar o processo de utilização dentro da notícia.

Os infográficos serão oferecidos também em forma de imagem ou de incorporação, mas estes serão produzidos previamente para serem disponibilizados na base de dados. Os infográficos podem aparecer relacionados aos filtros. Por exemplo: caso o usuário use os filtros de Ano e Número de Vítimas, pode aparecer a sugestão de Infográfico relacionado abaixo dos dados disponibilizados.

Informações sobre Violência contra Mulher e Orientações de como conversar com as vítimas – Páginas com conteúdos referentes a essas duas temáticas.

Banco de Fontes – Aqui, procura-se oferecer as fontes disponíveis na cidade de São Luís que possam ser consultadas e documentos e pesquisas que possam ser utilizados como fontes (Ex.: Atlas da Violência).

3.3 - Você fez um levantamento prévio das necessidades do público-alvo do seu produto? Como fez ou pretende fazer?

Sim. O levantamento prévio foi realizado por meio de Google Forms, que alcançou 23 jornalistas, entre funcionários dos portais G1 MA, Imirante, O Imparcial e jornalistas freelancers. O formulário contou com perguntas relacionadas à rotina de produção de notícias sobre Violência contra Mulher e sobre a utilização de ferramentas do ambiente digital.

Algumas perguntas realizadas: "Quais as fontes utilizadas?"; "Quais dificuldades no processo de produção de notícias sobre Violência contra Mulher?", "Sobre quais tipos de violência você já produziu notícias?", "É utilizado algum manual que auxilie na escrita de notícias sobre Violência contra Mulher?"; "Você utiliza alguma base de dados sobre Violência Contra Mulher para buscar dados e informações?"; "Você tem dificuldades para encontrar dados sobre Violência contra Mulher em São Luís nos meios digitais?"; "Quais funcionalidades você imagina serem essenciais em uma base de dados como essa?"

3.4 - Seu produto pode ser considerado como um produto digital ou que de alguma forma tem relação com o ambiente digital?

Sim, é um produto digital.

3.5 - Seu produto envolve algum tipo de tecnologia específica relacionada ao ambiente digital? Qual?

Sim. Para a base dados, o produto prevê a utilização dos editores de planilhas (nos operadores de filtro e geração de gráficos, por exemplo). Além disso, a base de dados está prevista para ser hospedada em uma página web, o que envolve o desenvolvimento de site. Para os infográficos, editores de imagens serão explorados. Para os conteúdos informativos (tipos de violência, por exemplo) será utilizado HTML para personalização do texto e adição de hiperlinks. *Google Forms* também é tecnologia prevista para uso, já tendo sido utilizada na validação da ideia, mas será usada posteriormente.

3.6 - Como você imagina que os usuários vão utilizar o seu produto?

Pretende-se manter o acesso simples e sem necessidade de registro ou login, mantendo os dados abertos. Os usuários acessarão o produto por meio de um endereço web, em que no menu poderão escolher acessar a base de dados ou os outros *features*.

Ao acessar a base de dados, o usuário poderá escolher entre visualizar todos os dados disponíveis, ou realizar busca por filtros. Ao filtrar, o usuário visualiza a planilha relacionada, e opta por “Baixar CSV” ou “Gerar Gráfico”. As outras opções disponíveis serão sugestões de infográficos. Ao gerar Gráfico, o usuário terá opção de incorporá-lo ou salvá-lo como imagem.

3.7 - Se for um produto digital ou que opere no ambiente digital como pretende implementar ou potencializar as características de hipertextualidade, multimídia, interatividade, personalização e memória?

Em sua essência, o produto permite que essas características sejam potencializadas. A partir da base de dados, será possível gerar infográficos (que funcionam como hiperlinks). A base permitirá a aplicação da multimídia, em que jornalistas transformarão os dados na linguagem mais apropriada para a narrativa a ser construída. A base de dados de Violência Contra Mulher em São Luís pode se comunicar com outras bases, posteriormente interpretadas e tornando-se o passado relatado, a memória. O produto também leva em conta as características de personalização e interatividade, gerando conteúdos que seguem esses fatores, mas que também são gerados a partir deles (ex.: o infográfico pode ser interativo e o gráfico surge a partir de uma personalização de filtros).

3.8 - Seu produto prevê métricas de utilização para monitoramento e controle de utilização? Quais ?

O controle de utilização será a partir da quantidade de acessos ao endereço web, tempo gasto no site e quantidade de downloads (das bases CSV e dos infográficos e gráficos).

4.0 - Avaliando a implementação:

4.1 - Seu projeto prevê alguma estratégia para potencializar a adoção? Qual?

O projeto ainda não prevê nenhuma estratégia deste tipo, pois ainda tratará estudar os cenários das fraquezas. A partir delas serão pensadas estratégias de adoção.

4.2 - Como seu projeto pode utilizar os fatores clássicos que impactam a velocidade de adoção (vantagem relativa, compatibilidade, complexidade, testabilidade, observabilidade) ?

A base de dados aqui proposta pode ser percebida como substituta para outras bases de dados no caso de produção de notícias sobre Violência contra Mulher em São Luís. Pode ser,

também, geradora de pauta, não sendo apenas consultada quando a temática for pautada na redação.

Ao pensar em compatibilidade, o processo relativamente simples de utilização da base de dados é fator que potencializa esse aspecto. Para o usuário, utilizar a base de dados é a mesma experiência de acessar um site. Essa simplicidade também reflete no aspecto de "complexidade". O produto não é complexo, e, na verdade, propõe-se que ele seja intuitivo na utilização.

A testabilidade do produto se aplica na não obrigatoriedade de utilização das bases consultadas e nem dos gráficos gerados. A falta de necessidade de registro e login também permite que o usuário teste dentro do seu interesse.

Na observabilidade, os resultados poderão ser percebidos a partir da produção de notícias a partir da utilização de dados, gráficos e infográficos do produto.

4.3 - Ao final do mestrado em que fase imagina que poderá disponibilizar seu produto para o público-alvo (apenas descrição detalhada de características e funcionalidades, versão beta / entrega parcial com algumas funcionalidades, entrega para testes com todas as funcionalidades, pronto para ser colocado em operação)?

Pelo produto utilizar "lógicas existentes" (ex.: processo de filtragem, por exemplo), tendo a oportunidade de adaptar o que já existe, imagino que possa ser entregue uma versão com ao menos uma ou duas funcionalidades.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado a jornalistas para validação do projeto

1. Em qual portal jornalístico você trabalha?
2. Nas notícias sobre Violência contra Mulher, como é o processo de produção?
3. Quais as fontes utilizadas nas notícias sobre Violência contra a Mulher?
4. Como você tem acesso a essas fontes?
5. Quais dificuldades no processo de acessar as fontes sobre Violência contra Mulher você encontra?
6. Quais os tipos de Violência contra Mulher você conhece? () Física () Sexual () Moral () Patrimonial () Psicológica () Outra
7. Sobre quais tipos de violência você já produziu notícias? () Física () Sexual () Moral () Patrimonial () Psicológica () Outra
8. É utilizado algum manual que auxilie na escrita de notícias sobre Violência contra Mulher? () Sim () Não
9. Quais detalhes sobre os fatos de Violência contra Mulher você prefere destacar nas notícias?
10. Quais dificuldades você encontra para produzir notícias sobre Violência contra Mulher?
11. Os meios digitais são boas fontes de informação para a produção dessas notícias? (ex: sites, bases de dados, aplicativos) () Sim () Não
12. Você utiliza alguma base de dados sobre Violência Contra Mulher para buscar dados e informações? (As bases de dados são fontes de informação digitais, pesquisáveis de modo interativo ou conversacional através de um computador.) () Sim () Não
13. Em caso positivo, quais são essas bases de dados?
14. Você tem dificuldades para encontrar dados sobre Violência contra Mulher em São Luís nos meios digitais? () Sim () Não
15. Quais dificuldades encontradas?
16. Você utilizaria uma base de dados com foco em dados sobre Violência contra Mulher em São Luís? A base de dados reuniria números dos diversos tipos de violência (ex.: número de casos de violência física por bairros/regiões, além de oferecer informações sobre Violência contra Mulher e fontes) () Sim () Não
17. Quais motivos te levariam a utilizar uma base de dados como essa?
18. Quais funcionalidades você imagina serem essenciais em uma base de dados como essa?
19. Que outras ferramentas digitais podem auxiliar no processo de produção de notícias sobre Violência Contra Mulher?
20. Você utiliza visualizações nas notícias sobre Violência contra Mulher? (Ex.: infográficos, ferramentas interativas) () Sim () Não
21. Em caso negativo, por que você não utiliza visualizações?
22. Você sabe o que é o Jornalismo de Dados? () Sim () Não
23. Você considera o Jornalismo de Dados importante para seu trabalho? () Sim () Não
24. Como o Jornalismo de Dados pode beneficiar seu trabalho como jornalista?

Questionário aplicado via *Google Forms* no período de dezembro de 2020 a janeiro de 2021.

Um total de 23 respostas foram coletadas.

APÊNDICE B – Telas da plataforma Femini

Feimini - Página Inicial (<https://femini-dados.wixsite.com/femini>)



[Home](#) [Sobre](#) [Violência contra Mulher](#) [Visualizações e Dados](#)

Violência contra Mulher sob a perspectiva de Jornalismo Guiado por Dados

A Femini traz os principais dados, informações e visualizações sobre Violência Contra Mulher para auxiliar jornalistas nas rotinas de produção e garantir acesso à informação qualificada. A Femini traz dados de São Luís, dentro do seu contexto estadual e nacional.

f
t
v



Realidades da Violência contra Mulher no Maranhão

Dados obtidos pelo IPEA ajudam a desvendar o cenário de Violência contra Mulher no Estado

Acesse nossas visualizações e dados

Últimas notícias

Acompanhe as últimas notícias sobre Femicídio

Noticias - Femicidio : RSS

Noticias

[Polícia militar prende homem acusado de feticidio na cidade de Colinas - PMMA - Polícia Militar do Maranhão - SSP/MA \(.gov\)](#)

[Video: ladrões explodem carro-forte no interior do Maranhão - DOL - Diário Online](#)

[Agenda para Adiar o Fim do Mundo \(29/6 a 6/7\) - seLecT - seLecT](#)

[Conheça os principais canais de proteção e auxílio às mulheres vítimas de violência - Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos](#)

[Mulher é assassinada a tiros em Dom Pedro: marido da vítima é o principal suspeito - Globo.com](#)

[Câmara de Tururu cassa mandato de prefeita após acusações de irregularidades administrativas - Diário do Nordeste](#)

[Isso é Fantástico - Orfãos do feticidio: uma camada invisível da violência contra a mulher - Globo](#)

[Corpo de jovem vítima de feticidio é encontrado em barragem em São Francisco de Paula - Globo.com](#)

[Mortes violentas têm queda de 14% no Estado, diz Anuário da Violência - 28/06/2022 - Noticia - Tribuna do Norte](#)

[RSS](#)

Femini

São Luís, Maranhão, Brasil

Email
femini.dados@gmail.com

Tel
123-456-7890

Follow Us

f t v

Entre em contato

Nome Sobrenome

Email * Assunto

Deixe sua mensagem

Inscreva-se para receber nossa newsletter

Email

Q Busca



[Home](#)
[Sobre](#)
[Violência contra Mulher](#)
[Visualizações e Dados](#)

Quem somos

Femini é uma iniciativa jornalística orientada por dados para qualificar o debate sobre Violência Contra Mulher.

Equipe



Alessandra Medina
Jornalista



[Home](#)
[Sobre](#)
[Violência contra Mulher](#)
[Visualizações e Dados](#)

Violência Contra Mulher

A Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) reconheceu formalmente a violência contra as mulheres como uma das formas de violação dos direitos humanos. A violência contra a mulher não significa apenas violência física. É muito mais amplo e inclui abuso sexual, emocional, psicológico e financeiro.



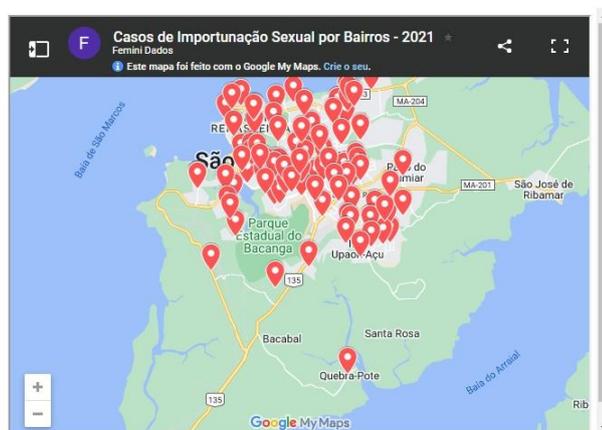
Femini – Páina Visualizações e Dados


Home Sobre Violência contra Mulher Visualizações e Dados

Visualizações e Dados

Conheça o cenário da Violência contra Mulher no Brasil, no Maranhão e em São Luís por meio de Números e Dados. Todo conteúdo está disponível para livre utilização

Importunação Sexual em São Luís em 2021 - Bairros



Fonte: SSP/MA

Bases de dados

Acesso às principais bases de dados sobre Violência Contra Mulher

Base de Dados	Link	Ano	Instituição
Dados de Estupro no Brasil	https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/89	2011-2016	IPEA
Crimes violentos contra mulheres no MA	http://imesc.ma.gov.br/porta/Post/View/socioeconomicos/332	2020	IMESC
Os diversos tipos de violência no MA	http://imesc.ma.gov.br/porta/Post/View/socioeconomicos/410	2020	IMESC
Assassinatos de pessoas trans	https://bit.ly/35ZbYm8	2020	Gênero e Número

 A Flourish data visualization